

Avante!

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 57 - Série VII - N.º 730
23 de Dezembro de 1987
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

O PCP comenta:

Em face das especulações orquestradas por alguns jornais, pela RDP e, de forma particularmente manipulada pela RTP, acerca do sentido das decisões da recente reunião do Comité Central do PCP em relação ao XII Congresso do Partido, a SIP do PCP está em condições de esclarecer:

1. O que o Comité Central decidiu sobre a data do Congresso consta da resolução política tornada pública e diz o seguinte: «O Comité Central considera que a situação política que actualmente se atravessa, designadamente o processo de revisão da Constituição, cria factores de grande instabilidade e incerteza que dificultam a definição rigorosa de uma perspectiva política e de acção a médio prazo. Estes factores poderão influir na escolha da data precisa para a realização do XII Congresso».

Ao mesmo tempo o Comité Central definiu a metodologia e outros aspectos práticos de orientação para os trabalhos preparatórios do Congresso.

2. É particularmente significativo que se tenham silenciado as conclusões do Comité Central sobre os mais importantes problemas da vida nacional, e, ao mesmo tempo, se empolem meras especulações e falsidades a respeito da data do Congresso.

3. Desta forma, é legítimo concluir que certos órgãos de comunicação social manifestam a pretensão de interferir nos trabalhos preparatórios do Congresso, procurando condicionar e influenciar os temas do debate, tentando provocar divisões e mal-estar no interior do PCP.

O PCP rejeita estas ilegítimas interferências, não se perturba com estas campanhas sobre alegadas questões da sua vida interna e não permitirá que elas prejudiquem os trabalhos preparatórios do Congresso, assegurando com determinação a unidade e a coesão que são características do Partido.

22 de Dezembro de 1987

A SIP DO PCP

CEE retira 3000 toneladas de bacalhau à pesca portuguesa

1. A perda de 10% da quota portuguesa de pesca em águas estrangeiras confirma que os interesses nacionais continuam a ser sacrificados aos interesses da CEE. Revela também o fracasso da estratégia negocial do Governo. Uma estratégia de submissão dos interesses de Portugal aos dos países mais ricos da CEE a troco, em compensação, de algumas migalhas de co-financiamentos.

2. Portugal perde ao todo uma quota global de 3 325 toneladas para a pesca do bacalhau e em águas norueguesas passa de uma quota de 4000 toneladas de cantarilho e peixe fino para 810 toneladas em 1988.

3. O PCP responsabiliza o Governo pelas graves consequências desta negociação, pela sua atitude de subserviência face à CEE e pela falta de transparência na condução dos negócios externos, apresentando depois às instituições democráticas e à opinião pública, resultados extremamente gravosos, como factos consumados, que não se iludem com um simples voto contra a título de desculpa.

4. O PCP defende que, nomeadamente em face do «Acto Único», Portugal deverá exigir sem mais delongas o maior número de tratamentos específicos, nomeadamente em relação à agricultura, pescas, indústrias siderúrgica e naval.

Os factos confirmam que é cada vez mais urgente a renegociação ou a «readaptação» dos aspectos mais lesivos dos acordos de adesão.

5. Portugal que com a adesão entregou a nossa Zona Económica Exclusiva de pesca às frotas pesqueiras da Comunidade, transformando-a em Zona de Interesse Comunitário, sem qualquer contrapartida, não pode agora ser lesado nas quotas das chamadas águas comunitárias, para cuja diminuição dos stocks em nada contribuiu e, muito menos, ser severamente penalizado nas águas de países terceiros.

22 de Dezembro de 1987
A SIP PCP

Queda da Bolsa é da responsabilidade do Governo PSD/Cavaco Silva

1. A persistência da queda das cotações na Bolsa e de Fundos a suspenderem resgates, revela e confirma, com clareza, as advertências e prevenções feitas há muito pelo PCP, sobre o carácter e a dimensão altamente especulativa da vertiginosa alta de cotações, provocada (com o apoio do Governo) de forma artificial, designadamente pelas Ofertas Públicas de Venda e por uma intensa propaganda mistificadora.

2. A alta de cotações, nomeadamente das OPV's, que o Primeiro-Ministro quis associar à saúde da economia, não correspondia, tal como disse o PCP, a qualquer aumento da produção ou da riqueza nacional, mas apenas à transferência — e futura espoliação — para a mão de grandes empresários de poupanças que assim foram desviadas das actividades produtivas criadoras de emprego.

3. O PCP considera inadmissível:
a) que continuem isentas da tributação directa as mais-valias da especulação bolsista que só nas OPV's permitiram a um reduzido número de capitalistas um encaixe superior a 80 milhões de contos;

b) que o Governo continue a pressionar a banca e as seguradoras nacionalizadas a comprar papel espe-

culativo, depois de já terem injectado somas consideráveis em socorro dos respectivos fundos de investimento.

A execução das pressões governamentais levaria a que dentro em pouco as instituições de crédito tivessem de criar uma nova rubrica contabilística: a das «carteiras de títulos mal-parados».

4. O PCP entende que o Governo não pode continuar a eximir-se das suas responsabilidades em todo este processo, e que a gravidade da crise bolsista e a espoliação de milhares de pequenos aforradores exige do Governo uma completa informação à opinião pública sobre a situação das Bolsas, com respeito pelos princípios do rigor, da transparência e da verdade.

5. Os artificiais emolumentos do valor real das acções, cujos PER's, taxas de capitalização e de rentabilidade, ainda se encontram muito elevados, não deixarão de traduzir-se em novas quedas que aproximem as cotações dos valores patrimoniais que representam.

21 de Dezembro de 1987
A SIP DO PCP

ACÇÕES DE MASSAS COM EXPRESSÃO PÚBLICA PRECONIZADAS PELA CGTP

Págs. 4 e 5/Semana



FESTAS DE FIM DE ANO DO PCP

Agenda

Editorial

Avante!

Ano 57 - Série VII
N.º 730
23 de Dezembro de 1987
1.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente

Uma grande responsabilidade histórica

A Reunião Plenária do Comité Central do PCP dos dias 10 e 11 do mês em curso constituiu o acontecimento marcante da vida do nosso Partido neste final de 1987.

Desde a publicação da Resolução política do CC em separata do último «Avante!» dezenas de plenários de organização, em que até agora já participaram muitas centenas de camaradas, debateram as questões centrais examinadas no documento, as conclusões e propostas de acção, as tarefas imediatas que a complexa situação nacional coloca na ordem do dia.

De maneira empenhada um novo passo em frente na unidade, coesão e dinamização do Partido foi dado e vai continuar nos dias que vão seguir-se pelo nosso vasto e operoso colectivo partidário.

As conquistas históricas do 25 de Abril, a natureza e a institucionalização democrática da Revolução portuguesa, as profundas transformações operadas na vida nacional pelo heróico Movimento dos Capitães, em estreita conjugação com o movimento popular e democrático de massas, constituem um património irreversível do povo português.

Ao salientá-lo, no momento em que a contra-revolução levanta cabeça e se configuram perigos e ameaças reais contra o regime democrático, decorrentes da acção restauracionista do Governo Cavaco Silva/PSD, transitivamente reforçados pelos resultados eleitorais de 19 de Julho, o CC do PCP presta com a sua análise e as conclusões políticas um inestimável serviço à democracia portuguesa.

Compreende-se que a dinâmica dos comunistas, a sua vigorosa resposta aos desafios da hora presente, a sua intransigente defesa das conquistas fundamentais de Abril, as soluções que preconizam para os problemas nacionais, enchem de desgosto e raiva os próceres da contra-revolução e os seus sequeles confessos ou disfarçados, irritam os anticomunistas de todos os matizes.

Pela sua consequência e firmeza de princípios, os comunistas tornaram-se compreensivelmente o alvo principal da exasperada ofensiva dos inimigos de Abril, o objecto de uma orquestrada campanha de diversão ideológica tendente a apresentá-los aos olhos dos portugueses e do mundo como uma força em desintegração, isolada do povo e das realidades actuais, fechada nos seus horizontes, minada por rivalidades de chefia e por dissensões internas.

Um conspicuo órgão de imprensa da direita — o jornal «Expresso», actualmente em frenética ofensiva anticomunista — desdobra-se em acrobacias de primeira página em torno do tema do

«cerco do PCP» e escreve mesmo que «quase só, no extremo da Europa, o PCP já não tem pontos de apoio».

Outro, com fachada de esquerda mas onde pontuam alguns «comunístólogos» que se empenham sob o inocente pretexto de «critérios jornalísticos» numa sistemática e activa campanha de descrédito do PCP e dos seus dirigentes — referimo-nos a «o jornal» — dedilha no seu fraseado o «bordão» da luta entre os «velhos» e os «novos» dirigentes, entre os «históricos» e os «renovadores» estes «bem colocados para encetarem uma renovação política».

No último Telegiornal de anteontem a RTP, que silencia sistematicamente as iniciativas e as posições do PCP que põem em cheque a política cavaquista, teve mesmo o desplane («jornalístico» também, está claro!) de pôr um «diligente» repórter televisivo diante da porta da sede central do PCP a dizer que lá dentro, por detrás daquela porta, se trava uma luta de galos entre os «novos» e os «velhos»!

A preparação do XII Congresso — que toda esta gentinha desejava que fosse uma espécie de «Coliseu de Roma» e não uma grande afirmação da unidade política e da coesão ideológica que são apanágio dos comunistas portugueses e do seu Partido — está na mira dos inimigos e dos «amigos da onça» do PCP e da Revolução de Abril.

Tudo este frenesim anticomunista descabelado se processa no momento em que no

País se intensifica a luta de classes e a ofensiva restauracionista da direita contra as conquistas de Abril: no terreno institucional (revisão subversiva da Constituição); no terreno político (contra-revolução legislativa para a destruição das nacionalizações, da Reforma Agrária, dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores); no terreno social (pacote de leis laborais antioleiros, esbulhamento dos pequenos e médios agricultores, agravamento das condições de vida e de trabalho das classes trabalhadoras e dos sectores e camadas mais carenciadas da população); no terreno eleitoral (alterações antidemocráticas nas leis eleitorais para a eleição dos órgãos de soberania e do Poder Local); no terreno económico e financeiro (imposição de um Orçamento de Estado que agrava os encargos sobre a grande massa do povo e alivia os dos grandes detentores da riqueza, que torna mais inacessíveis às classes desfavorecidas os cuidados da saúde e o direito à cultura, à habitação, à segurança social); no terreno dos interesses nacionais (crescente submissão aos monopólios da CEE e à estratégia belicista da NATO comandada pelos Estados Unidos).

Conhecem-se os projectos de revisão dos di-

versos partidos com assento parlamentar, conhecem-se as propostas e posições de cada um sobre as questões essenciais do nosso ordenamento constitucional. Na batalha da revisão constitucional jogam-se os destinos imediatos do regime democrático e jogam-se decisivamente o carácter e a imagem política dos partidos democráticos que nela participam.

A revisão da Constituição não é, de maneira nenhuma, uma questão formal mas uma questão de conteúdo do regime democrático e das suas conquistas fundamentais saídas da Revolução de Abril.

A ela atribui a Resolução do Comité Central uma atenção de primeiro plano.

Em particular, à posição e ao papel do PS é dado um relevo compreensível — sem a participação e a cumplicidade do PS a revisão subversiva da Constituição que Cavaco Silva e o PSD pretendem não poderá ir avante.

O PS joga muito do seu futuro nesta batalha. Pontos como a «eliminação de Irreversibilidade das nacionalizações» e a privatização «caso a caso» na base de uma lei-quadro dos dois terços da AR; como o «reordenamento e reconversão agrárias» com que se baptisma a supressão das UCPS e da Reforma Agrária; a «moção de censura construtiva», as leis paraconstitucionais e outras propostas constituem uma base não de convergência com os outros partidos democráticos mas de conciliação e de entendimento com a direita restauracionista e o seu plano contra-revolucionário.

É evidente que a revisão formal da Constituição com todo o seu conteúdo tem de operar-se de acordo com as normas constitucionais e a votação de dois terços dos deputados na Assembleia da República.

Mas a batalha da defesa da Constituição é uma batalha de todo o povo, das forças democráticas no seu conjunto e de âmbito mais largo de toda a sua actuação política.

«O povo português tem uma palavra a dizer», diz-se na Resolução política do CC do PCP sobre a revisão da Constituição.

«O PCP tudo fará para impedir que uma revisão subversiva da Constituição seja combinada e negociada no segredo dos gabinetes e através de ocultas cumplicidades.»

Está o PS em condições de afirmar uma tão peremptória posição ou vai prestar-se à cavilosa iniciativa da contra-revolução contra o regime democrático no capítulo da revisão constitucional geminada por Cavaco Silva e pelo PSD?

Uma grande responsabilidade perante o País, a Democracia e a História assumem os partidos democráticos dos quais dependem a defesa, a continuidade e a consolidação de Portugal de Abril.

Resumo

16
Quarta-feira

O PCP condena, em comunicado, «a criminoso repressão exercida pelos sionistas de Israel contra a população dos territórios palestinos ocupados, à qual é preciso pôr termo imediato».

O vice-ministro das Relações Exteriores da República Popular de Angola entrega, em Madrid, uma mensagem a Mário Soares do presidente angolano, com uma informação sobre a situação na África Austral e reiterando o convite ao presidente português para visitar Angola.

A greve dos trabalhadores judiciais regista uma adesão superior a 97 por cento.

CEE aprova a distribuição de quotas pesqueiras para 1988 que representam grandes perdas para a pesca portuguesa.

Tribunal de Palermo condena a prisão perpétua 13 homens da Mafia.

O presidente do Quênia responsabiliza o Uganda pelos conflitos na região fronteiriça entre os dois países.

Na Nigéria são presos três dirigentes sindicais e o presidente do Congresso Nigeriano do Trabalho.

Os EUA e a Espanha decidem adiar conversações sobre os F-16 até Janeiro.

O candidato governamental sul-coreano à presidência apresenta vantagem na contagem dos votos das eleições, enquanto a oposição acusa o governo de ter cometido fraudes.

A Associação dos Médicos Portugueses para a Prevenção da Guerra Nuclear pronuncia-se, em conferência de imprensa, a favor de uma efectiva desnuclearização mundial.

17
Quinta-feira

As propostas de Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 1988 são aprovadas apenas com os votos do PSD.

Freitas do Amaral afirma que se candidatará à presidência do CDS durante o próximo congresso deste partido.

A Juventude Operária Católica denuncia, em conferência de



imprensa, o trabalho infantil.

A CGTP, reunida em Plenário Nacional, recusa mais uma vez o pacote laboral proposto pelo Governo.

A gerência da Petrogal propõe um aumento salarial de 7,5 por cento, o que ultrapassa o lecto salarial do Governo.

A Organização Mundial de Saúde anuncia que mais de 300 mil pessoas estarão afectadas pela SIDA no final de 1988.

Um porta-voz do exército norte-americano revela que os EUA recomeçaram a fabricar um gás paralisante para uso militar.

Milhares de sul-coreanos manifestaram-se contra as irregularidades cometidas nas eleições presidenciais de quarta-feira.

Registam-se greves e manifestações espontâneas nos territórios ocupados de Gaza e Cisjordânia, contra a repressão de Israel.

Milos Jakes é eleito secretário-geral do Partido Comunista da Checoslováquia, substituindo Gustav Husak.

Morre Marguerite Yourcenar, uma das grandes escritoras do século XX.

Dezenas de pessoas concentraram-se frente à Embaixada de Israel em Lisboa, para protestar contra o massacre de palestinos.

O embaixador itinerante soviético Igor Andropov chega a Portugal para informar as autoridades portuguesas sobre os resultados da cimeira soviético-norte-americana.

Os trabalhadores da INDEP bloqueiam a linha ferroviária da CP em Braço de Prata, como forma de

18
Sexta-feira

protesto pelo não pagamento do 13.º mês.

A CGTP acusa o Governo de decidir unilateralmente o aumento do salário mínimo.

A Assembleia da República aprova por unanimidade um voto de apoio ao povo timorense e realinha «a sua total solidariedade com a luta que promove» pelo seu direito à autodeterminação.

As forças progressistas desencadeiam uma greve geral no sul do Líbano de solidariedade com a luta dos palestinos nos territórios ocupados por Israel.

Milhares de sul-coreanos manifestam-se, exigindo a anulação das eleições presidenciais, marcadas por fraudes.

O Parlamento Europeu condena a repressão exercida por Marrocos sobre a população do Saara Ocidental.

É instalado em Paris um relógio espacial que assinala a multiplicação da Humanidade na Terra em cada minuto.



O PCP exige do Governo «uma completa informação sobre a situação das bolsas» com rigor e transparência.

Os trabalhadores da Cometa decidem, em plenário, paralisar no dia 23 deste mês, se não receberem o 13.º mês em dívida.

A Associação de Imprensa Diária anuncia o aumento de jornais diários para 50 escudos a partir de Janeiro.

É inaugurada em Cacém a primeira estação de correios informatizada.

O embaixador itinerante soviético, Igor Andropov, que se encontra em Portugal, afirma que a cimeira de Washington «teve uma importância transcendente para a história das relações entre a URSS e os EUA e para o clima político geral no mundo e na Europa».

Um petroleiro e um navio colidem, perto das Filipinas, provocando cerca de 1500 mortos.

A URSS e a Grã-Bretanha assinam um acordo de verificação, nos termos do tratado INF.

O governo da Nicarágua e os «contras» recomeçam as conversações indirectas.

No Haiti soldados disparam contra manifestantes pacíficos.

Dezenas de terroristas e ex-cativos da Penam rendem-se, informa a imprensa moçambicana.

19
Sábado

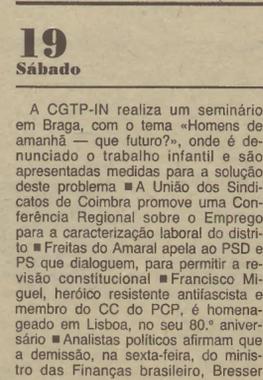
A CGTP-IN realiza um seminário em Braga, com o tema «Homens de amanhã — que futuro?», onde é denunciado o trabalho infantil e são apresentadas medidas para a solução deste problema.

A União dos Sindicatos de Coimbra promove uma Conferência Regional sobre o Emprego para a caracterização laboral do distrito.

Freitas do Amaral apela ao PSD e PS que dialoguem, para permitir a revisão constitucional.

Francisco Miguel, heróico resistente antifascista e membro do CC do PCP, é homenageado em Lisboa, no seu 50.º aniversário.

Analistas políticos afirmam que a demissão, na sexta-feira, do ministro das Finanças brasileiro, Bresser



EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda R.º António dos Capuchos,
6-D - 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50
R.º Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heika
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 04 02

Depósito legal n.º 205/87

Avante!

PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português, Rua Soares
Ferreira Gomes, 1899 - Lisboa
CODEX, Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Soares Ferreira Gomes - 1899 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57 - 2.º
1000 Lisboa
Tel. 77 99 28/77 99 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 89 - 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcargoa de Baixo, 13 - 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.ª de Dezembro, 23 -
8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 576 -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 29394

Tiragem média do mês de Novembro: 28 487 exemplares

Orçamento do Estado e GOPs

Escolhas dolorosas para o povo benesses para o grande capital

Ao concluir-se durante o dia de hoje na Comissão de Economia a análise na especialidade do Orçamento do Estado para o próximo ano com a respectiva votação da sua parte relativa às despesas, o calendário de trabalhos em torno desta proposta de lei aproxima-se do seu termo, restando agora a votação referente às receitas (impostos) e a votação final global, ambas agendadas para o plenário do próximo dia 30. Para breve temos, pois, o desfecho do debate relativo ao Orçamento para 1988, peça fundamental que condicionará de modo mais ou menos efectivo a vida dos portugueses no mínimo para o próximo ano.

Pelo que se conhece do seu conteúdo, pelo debate que suscitou e pelo comportamento das várias forças políticas em presença, algumas ideias importam, entretanto e desde já, reter e apreciar. A primeira, prende-se justamente com o facto de estarmos em presença de um Orçamento do PSD destinado a servir não o País no seu todo mas apenas uma pequena e restrita fatia que poderíamos definir como as clientelas mais chegadas do Governo.

Isolamento do Governo

Isto mesmo foi visível desde logo no completo isolamento para que o Executivo de Cavaco Silva e a bancada que o apoia foram remetidos, posição que no seu tom triunfal e de auto-suficiência, insensíveis às propostas e críticas da oposição, irredutíveis nas suas opções, os membros do Governo - a começar pelo Primeiro-Ministro - não conseguiram camuflar, antes acabaram por acentuar.

Apostado na centralização e na concentração de capitais (através da política económica e do incremento da ofensiva de liquidação do Sector Empresarial do Estado) e em implementar um pacote laboral que facilite os despedimentos e retire força aos trabalhadores, Cavaco Silva apareceu com efeito neste debate com um Orçamento pós-eleitoral que reflecte precisamente estes dois objectivos, cujas consequências se situam numa travagem do crescimento, no agravamento das condições de vida dos estratos da população mais desfavorecidos e em escandalosas benesses para o grande capital.

Benefícios para o capital

Ficou claro, quer pelo debate na generalidade quer

pelos trabalhos da Comissão de Economia, que entre os principais objectivos da política do Governo se inscrevem o regresso às políticas restritivas (apresentando como primeira prioridade a contenção dos défices externos), o agravamento da exploração dos trabalhadores, a travagem do investimento produtivo (privilegiando o predomínio do financeiro e da especulação relativamente ao económico e à criação de riqueza), o agravamento das injustiças fiscais (sobretudo

para aqueles cuja fonte de rendimento é o seu trabalho) e a redução real e mesmo nominal do esforço financeiro do Estado no tocante às áreas sociais e de infra-estruturas - o irrisório aumento de 1,9 por cento para as autarquias é disso um clamoroso exemplo - em simultâneo com um aumento substancial dos subsídios para o sector privado.

Como sublinhou Octávio Teixeira, os objectivos do Governo, visam em suma «travar o crescimento económico, conter por todos os meios os rendimentos dos trabalhadores e de outras camadas laboriosas, acelerar o enriquecimento do grande capital e transferir para as suas mãos o completo domínio da economia nacional, agravando as injustiças sociais e limitando as possibilidades de um desenvolvimento equilibrado da economia portuguesa».

Falta de transparência

Opinião partilhada pela generalidade dos partidos da oposição que em bloco votaram contra o Orçamento, não se ficaram por aqui as duras e contundentes críticas que Cavaco Silva e os membros do seu Governo tiveram de ouvir, perante um notório apagamento da bancada do seu partido.

Illegalidades, imperfeições, falta de transparência e verdade, foram outras tantas acusações feitas ao Orçamento - um instrumento fundamental da política de qualquer governo - pelos partidos democráticos da oposição, não merecendo melhor sorte as Grandes Opções do Plano (GOPs), classificadas por exemplo pela bancada comunista através de Carlos Carvalhas de um «conjunto prolixo de intenções abstractas e contraditórias, sem tradução orçamental, nem me-

didias de política para as concretizar».

Posição idêntica foi defendida por Raul de Castro, da Intervenção Democrática, ao considerar o Orçamento «claramente contraccionista» - «o consumo privado crescerá menos de metade, no próximo ano, do que aumentou no ano corrente», disse - e de ser, tal como as GOPs, um instrumento de travagem do crescimento económico, não obstante as «excepcionais condições externas dos preços do petróleo e das matérias-primas, da baixa do dólar e das taxas de juro de que o Governo pôde beneficiar».

O PS, pela voz do seu líder Vítor Constâncio, insistiu também na «falta de transparência e de rigor de execução do OE de 87 e das propostas de 1988», designadamente a sua subavaliação quanto ao défice que estimou em 100 milhões de contos, lembrando ainda a acentuação das injustiças fiscais, a «incoerência e incompatibilidade mútuas das GOPs, das políticas orçamental, monetária, de crédito e de mercado de capitais», o «cerceamento das autarquias» e o «privilegio a clientelas e subalternização dos interesses dos trabalhadores».

Reduções drásticas

Hermínio Martinho, do PRD, acentuou por sua vez que a «restritividade é a pedra de toque» deste Orçamento, facto que a seu ver adia» por mais um ano, o financiamento das medidas de ajustamento estrutural necessárias à redução da enorme distância que nos separa da Europa», enquanto que Maria Santos criticou entre outras coisas a redução das dotações em áreas como o ambiente, o sector de abastecimento e defesa do consumidor e os investimentos públicos em áreas onde releva a função social do Estado, chamando ainda particularmente a atenção para a restrição drástica no que respeita às autarquias locais, medida que reflecte a «tendência centralizadora da estrutura administrativa e o consequente bloqueio do processo de descentralização e regionalização».

Nem o próprio CDS se eximiu a tornar público o seu desacordo face à presente proposta de lei, recordando nomeadamente que ela

«agrava a situação dos portugueses condenados a pagar mais impostos, a ser menos apoiados na sua actividade empreendedora e a ver consideravelmente diminuídas as possibilidades daquelas entidades que melhor têm atendido e zelado pelos seus interesses - as autarquias locais».

Apertar o cinto

Citando a recente resolução do Comité Central do Partido, na qual se afirma que o Orçamento reflecte como um espelho a política de direita, Carlos Carvalhas na intervenção de encerramento considerou que a «demagogia eleitoralista cede definitivamente lugar a uma política claramente de classe, ao serviço dos detentores dos altos rendimentos e contra a maioria da população laboriosa».

Fundamentando a sua afirmação, que se traduzirá no futuro em «mais impostos e menos justiça social», o deputado comunista citou como exemplos os decréscimos nas verbas para a Saúde (menos um milhão de contos no PIDDAD), a pouca atenção à habitação social (uma quebra mesmo em termos nominais de 12,5 por cento), a estagnação das verbas na Segurança Social, os níveis muito baixos das pensões e reformas mínimas e as ameaças de despedimento que atingirão agora também, de acordo com o programa do Governo, os trabalhadores da Função Pública.

Em suma, piores dias se aproximam para a maioria dos trabalhadores e do povo português. As ilusões e à esperança alimentadas por uma monumental máquina de propaganda - tão preciosa no período que antecedeu as eleições de 19 de Julho - sucedem-se agora o sabor amargo da política de direita. As promessas de desenvolvimento, progresso, melhor nível de vida, dão agora lugar a uma política contraccionista, à «desaceleração dos salários» e do consumo para os portugueses de menores rendimentos, ao apertar do cinto para a maioria.

Motivos, pois, mais que suficientes, para uma reflexão que a grande maioria dos portugueses não deixará de fazer.

Propostas de solução

Entendendo que o que está verdadeiramente em causa na discussão do Orçamento é toda a política económica, financeira e social do Governo, o Grupo Parlamentar do PCP não deixou todavia de apresentar na Comissão de Economia várias propostas concretas tendentes a minorar ou a preencher os aspectos considerados mais gravosos e as lacunas existentes na Proposta de Lei.

O reforço das verbas a atribuir aos municípios através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) em mais de 9 por cento, elevando a verba global de 91,2 milhões de contos para 97,6 milhões, constitui um exemplo das propostas adiantadas pelos comunistas relativamente às Autarquias Locais, área em relação à qual foi também reclamada a eliminação das disposições que implicam a transferência de novas competências para as autarquias sem os correspondentes meios financeiros.

Para o PCP importa ainda garantir que todos os municípios com lotas recebam dois por cento do produto de cobrança da taxa devida pela primeira venda de pescado, sendo do mesmo modo necessário compensar as autarquias pelas novas isenções da sisa previstas no Orçamento e atribuir uma verba estimada em 375 000 contos às câmaras que exploram serviços de transportes colectivos urbanos (Aveiro, Barreiro, Braga, Coimbra e Portalegre) a título de indemnização compensatória devida pelo tarifário social em vigor.

Tendo em vista não agravar no próximo ano a carga fiscal sobre as famílias, os deputados comunistas propuseram

também a actualização dos escalões do imposto complementar e das isenções e deduções na matéria colectável de acordo com a taxa de inflação.

Em matéria de política fiscal foram ainda apresentadas várias propostas referentes ao IVA - a primeira das quais é o seu não agravamento em 1% - com o intuito de impedir que aumente a tributação de artigos de primeira necessidade, nomeadamente bens alimentares e equipamento para a agricultura.

As propostas do Governo relativamente à Função Pública, designadamente os anunciados aumentos salariais cujo valor é inferior à taxa de inflação, mereceram igualmente a frontal oposição do Grupo Parlamentar do PCP, tendo por isso mesmo sido objecto de uma proposta no sentido de que sejam retiradas do Orçamento todas as normas que autorizam o Governo a alterar profundamente o regime jurídico da Função Pública.

Por forma a eliminar distorções e salvaguardar a evolução profissional e os correspondentes níveis remuneratórios, o PCP propôs, por outro lado, a reconsideração global do sistema de carreiras do topo à base da Função Pública.

Entre muitas outras propostas levadas à Comissão de Economia, os deputados comunistas sugeriram ainda a inclusão de novos projectos de financiamento para a construção de escolas, melhoria dos acessos viários, para centros de saúde e hospitais, para apoio às crianças deficientes, para a habitação e recuperação de centros históricos.

Assembleia da República

Orçamento do Estado e GOPs

Conter rendimentos dos trabalhadores



(...)
Os objectivos da política governamental para 1988 visam travar o crescimento económico, conter por todos os meios os rendimentos dos trabalhadores e de outras camadas laboriosas, acelerar o enriquecimento do grande capital e transferir para as suas mãos o completo domínio da economia nacional, agravando as injustiças sociais e limitando as possibilidades de um desenvolvimento equilibrado da economia portuguesa.

Ataque ao consumo

Para reduzir a procura interna, o Governo ataca de imediato a parcela mais fácil, mais substancial e de efeitos mais seguros: o consumo privado. E nem se propõe analisar que consumos estão a ser excessivos, quais as camadas sociais que a eles têm acesso, qual a natureza dos rendimentos que os permi-

tem, ou se há alguns desses consumos que podem ser satisfeitos com produção interna. (...)

O segundo grande objectivo da política do Governo é, como já referi, o enriquecimento acelerado do grande capital e o seu domínio sobre a economia. A situação é tão clara que não carece de grande demonstração. É o reverso da medalha que sacrifica os trabalhadores e lesa o investimento produtivo. São as grandes empresas que se apropriam da parte de leão dos ganhos de produtividade, sem que sejam canalizados para o investimento pois o Governo quer travá-lo. São as grandes empresas que recorrem ao crédito externo mais barato e sem constrangimentos quantitativos, são elas que têm acesso ao mercado de capitais, são elas que não pagam sobretaxas e imposto de selo sobre os juros do crédito. São os grandes empresários que se locupletam com os ganhos especulativos das OPV's. (...)

O Orçamento do Estado

enviado à Assembleia da República está longe de ser um Orçamento de verdade.

(...)
O défice orçamental apresentado no OE nada tem a ver com a diferença registada entre a contabilização rigorosa das receitas e despesas previstas, nem com a determinação do volume de crédito disponível para financiamento do Estado. (...)

As operações de tesouraria ultrapassam vantajadamente os 100 milhões de contos. Operações de tesouraria que são criticadas foram em 1985 (e com toda a razão!), mas que afinal não só continuam a ser utilizadas como passam agora a ser moeda corrente e atingem já valores incontáveis e inadmissíveis. É o pedido de endividamento adicional de 260 milhões de contos para regularização de dívidas, mas que integra já os juros que deveriam ser pagos em 1988, juros que legalmente deveriam ser inscritos no Orçamento e que, no limite poderão atingir os 30 milhões de contos. São despesas a reali-

zar em 1988 mas que o Governo pretende que sejam contabilizadas em 1987, num montante elevado mas não quantificado.

São os muitos milhões de contos de dívidas dos sectores da saúde e da educação que o Governo diz não estarem inscritos no Orçamento e não diz como vai pagar.

É a construção de hospitais que não têm dotação no Orçamento, mas que a titular da pasta afirma que irão ser feitos com recurso a empréstimos que a Assembleia desconhece e não autorizou.

É, enfim, a inovação de uma dotação de 33 milhões de contos, dita «concorrencial», mas à qual ninguém pode concorrer pois é... negativa. (...)

Mas, sr. presidente e srs. deputados, os males deste Orçamento não estão apenas, nem fundamentalmente, na ausência de rigor, de transparência e de verdade. Os males do Orçamento estão essencialmente na política que prossegue. (...)

Octávio Teixeira

Contas

Parece que Freitas do Amaral aproveitou o encontro privado que teve um dia destes com Cavaco Silva, para solicitar o pagamento de dívidas ainda não liquidadas relativas à campanha presidencial de Fevereiro de 1986. «O Jornal» puxa mesmo a coisa para a primeira página e especula na última que «Freitas do Amaral, aparentemente pressionado pelos credores, terá pedido a Cavaco Silva a sua participação no pagamento dos cerca de 60 000 contos ainda em débito, propondo que ao PSD caiba a liquidação de 45 000 contos». Entretanto o mesmo Freitas do Amaral anunciou na televisão, com aquele ar de hesitação metódica que o caracteriza, a decisão de candidatar-se à liderança do CDS no próximo Congresso de Janeiro. É de líder, quanto mais de homem...

Tais eventos proporcionaram algumas reflexões, quiçá relevantes no que ao Freitas diz respeito, sem dúvida pertinentes em relação a um Cavaco-Silva-Primeiro-Ministro.

Comecemos pelo primeiro.

Freitas, a deambular pedinchices em encontros privados, não configura um escândalo político. Um homem que, no seu escasso passivo político-partidário, se perfilou como alguém que sempre entra demasiado tarde e sai excessivamente cedo, necessita certamente de encontros privados com regularidade e, até, profusão. Então se as vicissitudes desta jovem vocação política desembocam no (ainda que aparente) pressionamento de credores, ninguém de boa-fé poderá criticar a urgência — quanto mais a legitimidade — de tais privacidades. Sobretudo se as alternativas configuram privações.

Portanto o Freitas das presidenciais a pedir ao Cavaco dos mesmos arraias uma ajuda das tais, não é uma coisa de mais (e que rima, mais a mais). O que torna o imbróglio menos aparente do que, à primeira vista, uma apreciação liberal, ou mesmo social-democrata, poderia fazer supor.

Na verdade o Cavaco destas privacidades nem tem muito que mostrar ao Freitas.

Se este último é um «juvenil» na descoberta da vocação política, o homem de Boliqueime terá de alinhar de cueiros. Ainda que muito bem engomados. Se o Freitas é uma maçada seminarístico-professoral de cada vez que abre a boca, Cavaco debita grandiloquências políticas ao nível da disneylândia. Aí, as solicitações do pagamento de dívidas por parte do eterno candidato, são manifestamente mais ponderosas que o jogo do «abafa» ou uma troca de berlindes em maré de campeonato de rua.

Só que Cavaco-Silva-Primeiro-Ministro já não está de maré, o que vem alicerçar a velha convicção nacional de que isto já não é o que era. Segundo o desenvolvimento da notícia e «de acordo com fontes sociais-democratas, desconhece-se, por enquanto, a forma como será analisada a pretensão de Freitas, ou se a mesma irá ser debatida na Comissão Política». Chamar-se-ia a isto «fugir com o rabo à seringa», se não estivéssemos a falar de alguém que é o presidente do Conselho de Ministros da Nação. Neste caso limitá-los-emos a referir o calibre da seringa: 45 000 contos a pagar pelo PSD, num total de 60 000 contos em débito. O «prá frente Portugal» deixou, de facto, muitos contos atrás. Por contar.

Assim sendo, ficamos todos quase tão ansiosos como o próprio Freitas do Amaral em relação à atitude que tomará Cavaco Silva.

Assumirá os compromissos aquiescidos nos tempos em que ele e Freitas eram os «compagnons de route» das presidenciais, pagando o que deve, como um «sócio» que se preza?!... Esperemos que sim.

Mas se sim, conseguirá abrir as bolsas do PSD com a eficácia com que fecha as bocas do seu executivo? Dúvida terrível, para o professor Freitas. Todavia não desanime: mesmo que o PSD não pague (o que é o mais certo), não há-de faltar por aí espírito de Natal que arrume a contita...

■ H. C.

Função Pública mal tratada



Uma administração pública eficiente, moderna e responsável com um verdadeiro aproveitamento dos recursos humanos passa forçosamente pela adopção de medidas correctas, transparentes e de diálogo recíproco entre trabalhadores, estruturas sindicais e Governo.

Mas não é esse o caminho que o Governo tem seguido e se propõe seguir agora nas GOP's e no Orçamento.

A reforma da Administração Pública continuará adiada e a gestão de recursos humanos entregue à óptica da mera gestão contabilística

e a um Ministério nada vocacionado para avançar com a reforma administrativa tão necessária e reclamada. (...)

O Governo promove a instabilidade na Administração, desde logo quando pretende reduzir 20 mil funcionários por ano até 1991, isto é, lançar para fora dos serviços 80 mil trabalhadores até àquela data. Intenta, desta forma, levar o pacote laboral e a nefasta lei dos despedimentos à Função Pública.

As acções desconexas propostas no Orçamento confirmam afinal a linha condutora da política do Governo: criar o subemprego e o desemprego na Função Pública.

Primeiro: Nas chamadas medidas de «reafectação» e «mobilidade».

Segundo: No incentivo às aposentações antecipadas, com dispensa de formalidades e com a utilização das «auditorias de gestão» (e quem não reunir as condições vai para o quadro excedentes).

Terceiro: Reduzindo despesas e extinguindo serviços sem qualquer critério.

Quarto: Premiando os serviços que dispensam funcionários e ameaçando dirigentes, técnicos e administrativos que não cumpram estas orientações do Governo.

Quinto: Procurando alte-

rar profundamente aspectos basilares do regime jurídico da Função Pública.

O novo sistema que o Governo pretende criar não será o abrir caminho para despedir trabalhadores que não o apoiam, os indesejáveis, na óptica do PSD?

(...)
Mas a proposta orçamental relativa à Função Pública tem um ponto extremamente grave. Procura alterar por via de autorização legislativa todo o regime jurídico da Função Pública, sem definir o sentido e a extensão das alterações, o que só por si enferma de inconstitucionalidade. (...)

Cláudio Percheiro

Lei das Finanças Locais não é cumprida



Neste Orçamento de Estado agora em debate o Governo demonstra de uma forma clara e sem equívocos que não está disposto a cumprir a Lei das Finanças Locais e quer dificultar a autonomia financeira das Autarquias, traçando o caminho para uma asfixia dos municípios, visando atingir as competências e a capacidade de decisão dos órgãos do poder local democrático.

(...)
Agora até o Ministério da Educação quer resolver o problema do atraso na construção de Escolas do Ensino Preparatório e Secundário à custa das autarquias, dando prioridade às construções em que as autarquias se comprometam a participar em pelo menos 30%! É demais!

Mas também o senhor ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações insiste que as autarquias venham a assegurar a manutenção das estradas secundárias desclassificadas (porque o seu custo é muito elevado para o Governo), en-

quanto persiste em não cumprir o artigo 13.º do OE/87 que assegura o pagamento de indemnizações compensatórias aos 5 municípios com transportes urbanos municipalizados.

O Governo não quer reconhecer que existe a Lei das Finanças Locais e que é necessário cumpri-la. E, volto a repeti-lo, no OE para 88 o Governo não cumpre a Lei das Finanças Locais. Desde

logo relativamente ao cálculo do Fundo de Equilíbrio Financeiro. O estrondoso erro de previsão do Governo de 40 milhões de contos não pode ser imputado às Autarquias. Não podem ser os municípios a sofrer as consequências dos erros de previsão do Governo e/ou da sua incapacidade para combater a evasão fiscal.

(...)
Para que a Lei 1/87 seja

cumprida deve ser usado no cálculo do FEF para 1988 um raciocínio idêntico ao que o Governo usou para fundamentar tecnicamente a evolução do IVA, isto é, o crescimento nominal do consumo que pressupõe de 9%. Então o FEF deve crescer pelo menos 9% (e não 1,9% como propõe o Governo) para que neste aspecto seja cumprida a Lei das Finanças Locais.

(...)
Ilda Figueiredo

Saúde: futuro inquietante



(...)
Sendo o direito ao trabalho e à estabilidade de emprego, indissociável da igualdade de oportunidades e tratamento, impunha-se, face a esta realidade, uma política de emprego e formação profissional, de modo a combater a realidade actual de desemprego, subemprego e trabalho precário das mulheres. O que prevê o Orçamento do Estado, de acções positivas neste campo, srs. deputados? Nada!

(...)
Também analisando a área da educação, verificamos que se há um crescimento de verbas, estas estão longe de corresponder ao desinvestimento que o sector tem sofrido ao longo dos sucessivos anos. (...)

E quanto ao analfabetismo? E as verbas da Acção Social Escolar? Não vemos como se poderão dar passos significativos já que as verbas continuam irrisórias.

As universidades, um dos sectores mais sacrificados do actual Orçamento, ver-se-ão

impedidas de desenvolver vários projectos em curso.

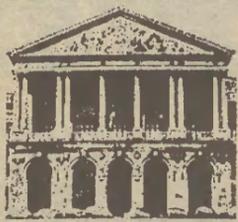
(...)
E na área da saúde que podemos dizer? Aí srs. deputados, o futuro é ainda mais inquietante.

Desde 1985 que as transferências do OE para o SNS (em relação às despesas globais do Estado sem PID-DAC) não param de diminuir e para 1988 será a mais baixa dos últimos dez anos.

E que dizer das verbas do SNS para 1988, nomeadamente para os hospitais distritais, que crescem apenas

Assembleia da República

Orçamento do Estado e GOPs • Orçamento do Estado e GOPs



5,1% que quase não chega para pagar salários?

Relativamente aos investimentos no sector da saúde, a situação é ainda mais grave.

No Orçamento inicial de 1987 para o PIDDAC não foi executado cerca de 1 milhão de contos (senão mais!) face aos dados controversos apresentados pelo ministro das Finanças e pela ministra da Saúde.

Também no Orçamento de 1987 previa-se para o PIDDAC de 1988, 13 milhões de contos, mas o que aparece na proposta de Orçamento de Estado para 1988 é apenas 8,4 milhões de contos, ou seja, menos 4,7 milhões de contos do que se previa.

(...)
Portugal é dos países que gasta menos com a saúde. Para 1988 a percentagem da saúde no PIB é de apenas 3,95 (dado diferente da do Governo) quando a média nos países da OCDE já em 1984 era 7,5%.

De toda esta análise do orçamento para a saúde ficam-nos claro como se pretende estrangular o SNS, constitucionalmente geral, universal e gratuito, para se privilegiar de facto a medicina privada dos grandes grupos económicos e os seguros de doença. (...)

Lúcia Amorim

Vai longe o tempo das promessas

(...)
Como vão longe as promessas eleitorais do senhor Primeiro-Ministro. — Prometeu justiça social e atribuiu agora à massa salarial apenas 25% do aumento do «rendimento nacional» por efeitos dos ganhos de produtividade. — Garantiu, de viva voz, que com o seu Go-

verno não haveria aumento da carga fiscal e temos agora o acréscimo de 1 ponto percentual da referida carga, a desmentir as declarações eleitorais.

Propagandeou a justiça tributária e agrava o imposto profissional, complementar o IVA e o peso dos impostos indirectos.

Prometeu olhar pelos mais desfavorecidos, mas

apresenta agora a política orçamental de diminuição de subsídios a bens e serviços essenciais e reduz em termos reais as despesas públicas com a saúde, estagna as dotações para o subsídio de desemprego e apresenta o pacote da legislação do trabalho visando a ampla liberalização dos despedimentos individuais.

— Comprometeu-se a se-

guir uma política de verdade, de rigor orçamental, de redução das contas públicas, e afinal, como ficou demonstrado, segue precisamente o caminho contrário.

— Garantiu que iria ter uma atenção particular com os agricultores e agora tributa-lhes com o IVA os tractores e as alfaias agrícolas.

— Apresentou com carácter imperativo um programa com gastos no sistema rodoviário de 35 milhões de contos para 1988. Afinal chegou-se a Dezembro e a dotação do PIDDAC fica-se nos 29 milhões, ou seja, uma bagatela de menos 6 milhões de contos no tal programa imperativo de pré-campanha eleitoral.

Estamos de facto longe das promessas, mas isto não embaraça o Governo.

Por isso não ficaremos nada surpreendidos se daqui a pouco o senhor Primeiro-Ministro nos vier dizer, mais uma vez, que a economia portuguesa teve o maior crescimento de todos os países da OCDE, o que é redondamente falso; que estamos a crescer aceleradamente, quando a taxa de crescimento prevista para 88 é inferior à dos últimos dois anos e inferior, por exemplo à da vizinha Espanha; que apresentamos uma das taxas menos elevadas de desemprego da Europa comunitária, o que é uma grosseira mistificação em face do aumento dos inactivos e da contagem como empregados

dos ocupados temporariamente; que as projecções macroeconómicas revelam elevada «performance», quando do que se trata é de tentar impor a perspectiva de uma taxa de inflação para com ela subordinar as negociações salariais; que estamos a aumentar a solidez da economia quando na verdade se agravam as suas vulnerabilidades, nomeadamente nos défices estruturais — alimentar, energético e em bens de equipamento.

No entanto, o que certamente o senhor Primeiro-Ministro não dirá é que Portugal foi o único país da CEE que ganhou com a favorável conjuntura externa em todos os tabuleiros, que no biénio 86/87 Portugal disfrutou da melhor conjuntura internacional do pós-guerra e que o Governo com este Totoloto, não robusteceu o aparelho produtivo nem atenuou as dependências nem os desequilíbrios das contas públicas.

O que não dirá com certeza, mesmo glosando o ministro das Finanças e citamos, é que «olhando para os anos desde 1984, nunca houve um biénio como 86/87 com tão elevada «performance» para os grandes empresários da especulação das OPV's que só até Novembro tinham realizado um encaixe de mais de 80 milhões de contos e que os respectivos ganhos continuam a não ser tributados. (...)

Carlos Carvalhas

Mais impostos menos justiça social

Nas grandes Opções do Plano e Orçamento do Estado para 1988, o Governo pretende concretizar o que no seu programa anunciou como «escolhas dolorosas». Escolhas dolorosas para grande maioria dos portugueses, para os trabalhadores e outras camadas laboriosas. Nas GOP's o Governo propõe, para o mundo do trabalho três vertentes que determinam a sua opção classista.

A primeira, é a contenção dos salários, enquanto que os ganhos da mais-valia reverteria para o capital. Na prática, a confirmar-se tal opção, os rendimentos do trabalho continuariam a diminuir na distribuição do rendimento nacional, agravando o desequilíbrio existente, já profundamente injusto para os trabalhadores.

A segunda, em nome da

«flexibilização» e da «modernização» tenta atingir os direitos fundamentais dos trabalhadores através da alteração da legislação laboral, criando condições para a liberalização quase total dos despedimentos individuais.

A terceira, referente à segurança social, expressa a formulação «menos Estado melhor Estado», procura a redução do papel que ao Estado incumbe na prossecução da justiça e solidariedade social.

A segurança social é por definição na lei um direito universal devendo para o efeito o Governo garantir a administração do sistema (Lei n.º 28/84, de 14 de Agosto). (...)

O Orçamento para 1988 não é um orçamento de fartura, mas sim um orçamento altamente restritivo como se comprova pelas seguintes razões, a saber:

— Estagnação da verba

para subsídios de desemprego, salários em atraso e subsídios para os jovens à procura do primeiro emprego;

— Redução em +50% do subsídio de renda de casa;

— Condicionamento ao subsídio de doença de largos milhares de trabalhadores;

— O previsível não aumento real das já degradadas pensões e reformas cuja actualização em 1/12 resultou em que mais de 1 milhão e 450 mil reformados recebam valores iguais ou inferiores a 13 000 escudos, e destes cerca de 1 milhão usufrui pensões entre 5160\$00 a 11 000\$00;

— O irrisório aumento das prestações pecuniárias à família, cuja desvalorização real foi acentuada. Vejamos o exemplo do abono de família que em 1987 correspondia apenas a uns ridículos 4,6% do total das despesas com uma criança.

(...)

Apolónia Telxela

Nacional

Agricultura e Pescas CEE é que põe e dispõe



Da análise das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado para o sector da Agricultura, conclui-se e confirma-se:

— Que as chamadas «Grandes Opções» e as acções propostas pelo Governo se reduzem, ao fim e ao cabo e no fundamental, ao enquadramento e aplicação dos programas e regulamentos comunitários.

O Governo não tem, nem política agrícola nem estratégias autónomas para o desenvolvimento da nossa agricultura.

— Que os programas comunitários e a sua aplicação avulsa estão longe de corresponderem, ou de se compatibilizarem, com a dimensão das exigências dos interesses nacionais (...)

— Que o Orçamento do Estado para o sector agrícola vive de e para os programas financiados pela Comunidade, e põe a descoberto uma atitude política negligente e demissionária por parte do Governo. (...)

— Que por esta via, a política do Governo vai acentuar os já gravíssimos desequilíbrios estruturais e regionais do sector e está autolimitando, na prática, a margem de manobra, já de si reduzida, que o período de transição proporcionava à nossa agricultura e aos nossos agricultores.

Passemos agora aos factos que confirmam as nossas

conclusões e traduzem os resultados de uma política que não é de agora, porque já vem sendo implementada desde a adesão de Portugal à CEE por este Primeiro-Ministro, por este ministro das Finanças e por este ministro da Agricultura.

No campo da produção:

— As produtividades médias do continente mantêm-se estagnadas, e no caso das frutas e dos frutos secos estão em manifesta regressão, em resultado do envelhecimento e decrepitude dos pomares.

— Nas culturas anuais as variações das produções são conjunturais e excessivamente irregulares, sendo as áreas cultivadas influenciadas pelo estímulo dos preços que, como sabemos, tendem a estagnar ou mesmo a baixar, sobretudo no caso dos cereais e do leite.

— Todos os indicadores técnicos apontam para a estagnação tecnológica.

— A investigação e a experimentação são insuficientes. A experimentação aplicada é quase inexpressiva, sobretudo se tivermos em conta o carácter e a implementação zonal que a mesma deveria ter.

(...)

O brutal agravamento da nossa balança comercial agro-alimentar traduz, em si mesmo, esta situação.

(...)

Rogério de Brito

Estudantes de Letras em luta

Os estudantes das faculdades de Letras vêm desenvolvendo acções de luta pela reestruturação curricular dos cursos, por saídas profissionais condignas e, ultimamente, no centro destas movimentações, está o Decreto-Lei do Governo que prevê a efectivação de cerca de 15 mil professores provisórios com vínculo, o que originou já uma greve de 24 horas realizada no dia 10 deste mês e que abrangeu cerca de 18 mil estudantes.

Numa reunião efectuada no dia 27 de Novembro entre as Direcções Associativas representativas dos estudantes das Faculdades de Letras do Porto, Lisboa e Coimbra, da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, das Universidades de Aveiro, Évora, Trás-os-Montes, Alto Douro e Minho e da Escola Superior de Educação do Porto, foi decidido tornar pública a contestação global do protocolo assinado, em 17 de Julho de 1987 (dois dias antes das eleições legislativas), por um representante do Ministério da Educação (demissionário desde Abril) e da Federação Nacional de Sindicatos de

Professores. Consideram os estudantes que a avaliação das consequências da aplicação do protocolo aponta para o bloqueio generalizado do Sistema Educativo e para uma inversão da lógica de acesso, fixação e progressão do mercado de trabalho da docência.

O Secretariado da Direcção Central do Ensino Superior da Juventude Comunista Portuguesa emitiu um comunicado em que manifesta todo o «seu apoio à justa luta dos estudantes de Letras e outras áreas de formação educacional, pela não aplicação do decreto-lei e por soluções que respeitem

os interesses dos futuros licenciados-profissionalizados» e alerta para o facto de que a divisão e o conflito «só podem servir os objectivos do actual Ministério da Educação e as suas tentativas para paralisar e engodar professores e estudantes.»

O SDCES da JCP afirma que os estudantes e os professores têm interesses fundamentais convergentes e estão em comum empenhados no combate a uma política de educação contrária aos interesses do País.

A JCP apela ao reforço da acção e da unidade dos estudantes de Letras em torno dos objectivos fundamentais: «contra a aplicação do decreto-lei sobre a efectivação dos docentes que conduziria em linha recta ao bloqueio dos futuros licenciados-profissionalizados no acesso à efectivação; pela efectiva reestruturação das faculdades de Letras e pela expansão do Sistema Educativo, pela

regulamentação e aplicação da Lei de Bases do Sistema Educativo e por uma plataforma de entendimento e intervenção de todos os interessados na melhoria da qualidade do ensino e da formação do pessoal docente».

A organização da Juventude Comunista afirma que «a luta dos estudantes de Letras integra-se numa questão mais vasta e de fundo, que é a do estrangulamento crescente de saídas profissionais para milhares de jovens licenciados» e que «a luta por um emprego estável e condigno tornou-se hoje um objectivo central dos estudantes universitários.»

A JCP considera que a luta dos estudantes de Letras e de todos os professores é indissociável da luta contra a política do actual Governo e do Ministério da Educação e por uma política de desenvolvimento nacional, de melhoria do bem-estar dos portugueses, da democracia e do progresso.

O voto dos emigrantes na CEE

Na sequência de um prolongado processo iniciado já lá vão treze anos, foi recentemente reiterado o pedido à Comissão das Comunidades Europeias para a apresentação formal no decorrer do primeiro semestre do próximo ano de uma proposta de directiva que venha a conceder a todos os cidadãos dos Estados-membros o direito de voto e candidatura em eleições autárquicas com base no princípio da sua residência.

Definindo a posição dos comunistas portugueses sobre este assunto, o deputado Aboim Inglês manifestou o seu apoio à concessão deste direito aos imigrantes de países dos 12

Estados-membros da Comunidade, o que no caso de Portugal abrangerá centenas de milhares de emigrantes espalhados em vários países da CEE, a maior parte deles desde os anos 60.

E depois de recordar a contribuição activa dos nossos compatriotas para a criação de riqueza nos países de acolhimento e de salientar as discriminações de que em muitos casos ainda são alvo, Aboim Inglês manifestou o desejo de que este direito de voto venha a ser reconhecido, considerando por último que tal medida seria igualmente um contributo para «contrariar tendências xenófobas que se manifestam em alguns momentos e países».

Trabalhadores

Acções de massas de expressão pública

— preconiza a CGTP-IN

A CGTP-IN, que reuniu o seu plenário nacional na passada quinta-feira, onde aprovou uma resolução político-sindical, decidiu nomeadamente empenhar-se em «acções de massas de expressão pública», algumas já programadas para Lisboa, Porto e Setúbal. No dia seguinte, 18, a direcção da CGTP tomou posição sobre o aumento dos salários mínimos, decidido unilateralmente pelo Governo, «quando ainda se encontra em discussão no Conselho Permanente de Concertação Social a política de rendimentos para 1988, da qual faz parte a actualização do salário mínimo», sublinha a nota da comissão executiva da CGTP emitida em 18 do corrente.

O plenário da Central em que participaram 500 dirigentes de todo o País realfirmou que o tecto salarial, que o Governo pretende impor, é «inaceitável». Se fosse aplicado, acrescenta a nota, «representaria um aumento da injustiça e da exploração de quem trabalha».

Na resolução aprovada pelo plenário sublinham-se os principais problemas dos trabalhadores e da população, como o agravamento da precariedade do emprego; o elevado volume de desemprego e de subemprego; o agravamento das desigualdades sociais; a injusta distribuição do rendimento nacional.

Governo decide-se pelo valor mais baixo

Confrontado com um relatório de um grupo de trabalho nomeado por ele próprio para estudar a questão dos mínimos salariais, o Governo decidiu-se pelo «valor mais baixo», refere a CGTP.

O relatório do grupo de trabalho governamental continha hipóteses de revisão dos salários mínimos nacionais entre 27 100 escudos e 28 500 escudos, correspondendo este último valor à reindicação da CGTP-IN.

Segundo a direcção da Central, o relatório alertava o Governo para a perda da importância do salário mínimo, «se este continuar a crescer menos que o aumento dos salários médios».

Para a CGTP, o aumento do SMN em 7,9 por cento denota «profunda injustiça», pois os trabalhadores mais mal pagos têm «actualizações salariais abaixo dos restantes trabalhadores, como aconteceu em 1985 e 1986».

Quanto à revisão das leis do trabalho, as propostas do Governo são consideradas pelo plenário da Inter «simplesmente subversivas».

As alterações que o Governo, as associações do grande patronato e a UGT andam a anunciar relativamente às propostas de início avançadas no campo da legislação laboral são, para a

CGTP, «superficiais e quase encenação». Isto porque se mantém sem alteração «os factores subjectivos e objectivos da justa causa».

Sem apelo nem agravo

Da maneira como continuam redigidas as propostas do Governo, qualquer trabalhador, frisa a CGTP, por simples vontade do patrão, «pode ser despedido sem apelo nem agravo».

Quanto à discussão pública do «pacote» dos despedimentos, cujo início foi anunciado para o passado dia 17 do corrente, o Governo não atende aos «preceitos constitucionais e legais». Sem dispor de autorização legislativa da Assembleia da República para o efeito, o Governo faz coincidir essa discussão com o período do Natal e Ano Novo, «prejudicando, assim, a eficácia e o alcance da Lei 16/79», que manda ouvir previamente os interessados na nova legislação no prazo de um mês.

Ainda acerca do salário



mínimo, a Central unitária continua a defender a actualização para 28 500 escudos. Quanto ao SMN para os trabalhadores com idades compreendidas entre os 14 e os 17 anos, a nota emitida pela direcção da Inter na passada sexta-feira recorda que o seu valor «passa para 75 por cento do salário mínimo».

A aplicação desta norma efectua-se sem prejuízo do princípio de a trabalho igual salário igual, o que

«corresponde a uma reivindicação da CGTP-IN, apresentada no Conselho de Concertação» (CPCS).

Entretanto, a Comissão Nacional de Juventude da CGTP-IN apresentava, por seu turno, reivindicação idêntica na Presidência da República, na Comissão de Juventude da Assembleia da República e ao ministro-adjunto, Couto dos Santos.

Quanto ao plenário, na resolução político-sindical aprovada destacam-se os pontos

seguintes:

«1. Denunciar a monstruosa campanha de manipulação da opinião pública que o Governo e o patronato, com a cumplicidade da UGT, estão a promover no sentido de que estariam a produzir alterações positivas no anteprojeto de legislação laboral, e esclarecer os trabalhadores de que o conjunto negativo fundamental se mantém inalterado;

«2. Promover um grande e representativo movimento de

Petrogal: a luta furou o tecto

O plenário nacional de delegados sindicais da Petrogal realizado na passada quinta-feira decidiu convocar para esta semana plenos gerais de trabalhadores em todos os locais de trabalho para debater as acções reivindicativas a desenvolver no futuro. O plenário considerou que «a derrota imposta pelos trabalhadores ao Governo e ao conselho de gerência da empresa, com o derrube do tecto salarial de 7 por cento e a imposição de prosseguir com as negociações, é um facto de fundamental importância para a continuação da luta futura em defesa dos direitos e da melhoria das condições de vida e é, também, um contributo importante para a luta mais geral dos trabalhadores portugueses contra os baixos salários». Os delegados sindicais dirigiram uma saudação a todos os trabalhadores que estiveram na luta pela «grande unidade e firmeza de que deram prova».

Segundo o sindicato, cada médico de clínica geral do distrito é neste momento credor de um número de horas que varia entre 4 e 6 mil, pelo trabalho efectuado nestas condições desde Março de 1983, altura em que saiu o dito despacho.

Recentemente o SMZS denunciou o caso de uma médica que teve um acidente de viação (despiste) no dia 27 de Outubro após 72 horas consecutivas de serviço de urgência em regime de obrigatoriedade: das 8 horas de sexta-feira ao fim da noite de domingo; segunda-feira não lhe foi concedida a folga que a lei impõe, antes foi obrigada a deslocar-se a uma freguesia distante para um dia de consultas.

Foram entretanto divulgados mais apoios ao abaixo-assinado de médicos do distrito que prevê a possibilidade de agravamento do conflito com a ARS e o recurso à greve. A reunião de hoje é considerada «decisiva» pelo sindicato.

Metalúrgicos: Natal de preocupações

«Na época do Natal, quando mais se fala de paz e amor, patronato e Governo praticam

opinião a favor dos direitos dos trabalhadores;

«3. Empenhar-se em acções de massas de expressão pública, já programadas (Porto, Lisboa e Setúbal) e em outras que venham a ser decididas pelas estruturas regionais;

«4. Prosseguir e intensificar as acções de esclarecimento junto dos trabalhadores, realizando desde já o máximo possível de contactos, reuniões e plenos, a nível dos locais de trabalho;

«5. Preparar e concretizar, no mais curto espaço de

tempo, a realização por todo o País de grandes plenos regionais de dirigentes e activistas, com vista a assumir uma posição frontal de denúncia e de rejeição da «lei dos despedimentos» e acelerar a mobilização dos trabalhadores;

«6. Mandatar a direcção nacional da CGTP-IN e as uniões distritais para convocarem acções de massas de grande dimensão, a realizar no momento mais apropriado e da forma mais adequada», decidiu o plenário da CGTP-IN.

Privatizar os lucros (3)

A imprensa

«É notório que das muitas notícias, entrevistas e intenções manifestadas sobre a evolução das empresas de comunicação social pública portuguesas resulta um panorama muito nebuloso, onde o que se distingue com maior nitidez é o interesse de grandes grupos económicos nacionais e internacionais, alguns deles com provas dadas no controlo supranacional da informação» — afirmam os representantes dos trabalhadores das empresas públicas da imprensa num documento distribuído em conferência de imprensa. Os lucros que pretendem privatizar são aqui de outra natureza.

Há dezenas de empresas e títulos na imprensa diária e não diária. Não há qualquer impedimento à constituição de empresas privadas e o peso do sector público está longe de ser excessivo: 4 empresas e 7 títulos (Jornal de Notícias, O Comércio do Porto, Diário de Notícias, A Capital, Diário Popular, O Jogo e Record).

A imprensa pública garante um serviço público mínimo na informação escrita e é um importante meio para defender e assegurar a liberdade de expressão e informação. As suas qualidades são reconhecidas até pelos seus detractores.

As empresas públicas da imprensa — recordam a Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, os sindicatos, as comissões de trabalhadores e os delegados sindicais no documento — possuem parques gráficos próprios e títulos prestigiados e com raízes na imprensa portuguesa.

«As suas potencialidades e capacidades nem sempre têm sido aproveitadas — afirmam —, tendo-se assistido, pelo contrário, a um sucessivo empolamento, por meros objectivos políticos, de situações financeiras e económicas cuja resolução nunca foi encarada de forma séria pelos governos».

Os representantes dos trabalhadores da imprensa pública já apresentaram propostas de viabilização das empresas, a qual passa por «uma efectiva reestruturação económica e financeira» e só é possível com a participação construtiva, responsável e conhecedora dos profissionais que nelas trabalham.

No documento lembra-se, a propósito, o episódio que marcou a retirada à EPNC da feitura dos boletins do Tótilo e afirma-se que «é desejável que exemplos como o verificado com a ex-empresa proprietária de O Seculo, Modas e Bordados e Vida Mundial não se repitam: a empresa foi encerrada, os trabalhadores despedidos, o património vendido ao desbarato e o título pertence hoje a uma empresa privada».

Mas o que está em causa — na opinião dos representantes dos trabalhadores — «não é propriamente o interesse resultante dum investimento directo com lucros garantidos». O interesse dos privatizadores é outro: a tentativa de acabar com empresas públicas na imprensa significa que grandes grupos económicos pretendem retomar o seu domínio na comunicação social escrita, controlando e manipulando a informação ao sabor dos seus interesses e em prejuízo dos interesses da colectividade e do país.

Saudando as posições assumidas pelo Conselho de Imprensa, pelo Conselho da Comunicação Social e por diversas personalidades e cidadãos — que desejam ver assegurado o princípio e o direito da liberdade de informação e de expressão», o documento referido renova ao Governo a proposta do 2.º Encontro de estruturas representativas dos trabalhadores da comunicação social (que aguarda resposta desde Outubro de 1986) para a realização de um debate público sobre todas as questões do sector, nomeadamente a privatização.



Na mesa-redonda: mulheres contestam liberalização dos horários do comércio

Situação das mulheres prejudicada pela desregulamentação dos horários do comércio

Os trabalhadores do comércio conquistaram, ainda em pleno fascismo, o direito à semana inglesa e a redução do horário de trabalho de 48 para 44 horas semanais. Volvidos alguns anos após a revolução de Abril, a luta dos trabalhadores do comércio não só continua acesa, como ganha novo ímpeto. É que hoje, e apesar de Portugal fazer parte da CEE, onde em todos os países se verificam horários máximos semanais de trabalho de 35 a 40 horas, o nosso país é o único onde se praticam 44 horas semanais (segundo quadro divulgado pela Federação do Comércio). Mas como se isso não fosse suficiente, e servindo-se do Decreto-Lei n.º 417/83, que permite a liberalização total dos horários das casas comerciais, os grandes comerciantes querem agora impor a designada «semana dos oito dias», isto é, abrir os estabelecimentos comerciais das seis às 24 horas todos os dias, incluindo sábados e domingos. Foi tendo em atenção todos os problemas inerentes a esta grave situação, que a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços realizou, no dia 14 de Dezembro, em Lisboa, uma mesa-redonda sobre «as consequências para as mulheres trabalhadoras da desregulamentação dos horários de abertura e encerramento no comércio e nos serviços».

A mesa-redonda foi um interessantíssimo debate entre mulheres oriundas de vários sectores sociais e políticos: sindicalistas, uma deputada do grupo parlamentar do PCP e outra do PRD, autarcas, representantes da Comissão Parlamentar da Condição Feminina, Instituto de Apoio à Criança, Instituto de Defesa do Consumidor, a presidente da Liga Operária Católica.

O debate central gerou-se em torno do Decreto-Lei n.º 417/83 que liberaliza os horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, alegando para isso a defesa e os interesses do consumidor, e a criação de novos postos de trabalho. As mulheres foram unânimes na condenação desta lei, afirmando que a defesa do consumidor não é salvaguardada e representa uma violação para as mulheres trabalhadoras do sector, ao mesmo tempo que não concretiza o aumento dos postos de trabalho, só provoca o cometimento de novas ilegalidades em relação aos CCT. Do ponto de vista social é impraticável devido à inexistência de infra-estruturas sociais de apoio aos trabalhadores do comércio, fomentando a desorganização familiar.

Em relação à desregulamentação dos horários, a deputada do PCP, Odete Santos, disse que «a desregulamentação é uma tentativa de destruir as conquistas dos trabalhadores (...), é obrigatório as mulheres a trabalhar à

noite, como na indústria, é obrigar os trabalhadores a fazerem um maior número de horas semanais». Odete Santos disse também que tudo isto se prende até com questões de marginalidade, devido à falta de acompanhamento dos jovens. Referiu-se ainda à inexistência de um número suficiente de creches e de lares de apoio à Terceira Idade. «Obrigar as trabalhadoras do comércio a trabalhar ao sábado à tarde e ao domingo é desorganizar a vida em família, é contribuir para um aumento de tensões nervosas e para uma má educação dos filhos, é contribuir para uma sociedade que não é aquela que nós defendemos», concluiu a deputada comunista Odete Santos.

Um testemunho esclarecedor foi o da Palmira Cabral, trabalhadora do sector do comércio e sindicalista do Porto. Disse que concordava com a abertura das lojas à hora de almoço, mas explicou que isso não serve a desculpa aos projectos de liberalização de criar novos postos de trabalho: «há dez anos que a firma onde trabalho abre à hora de almoço. De princípio seria para meter mais gente, para servir melhor o consumidor, etc. Mas não aumentou o número de trabalhadores, na altura eram mais de 200 e agora 80. A loja cresceu, foram criados mais dois pisos. O facto de quererem liberalizar para empregar mais gente não corresponde à verdade: onde havia três pessoas passava a estar duas, onde estavam duas passa a estar uma». Palmira falou também do problema dos transportes em que chegam os trabalhadores a perder por dia três e quatro horas.

Quanto à questão da «defesa do consumidor», Isabel Cascão, do Instituto Português de Defesa do Consumidor, foi bem clara ao elucidar que, dos inquéritos já efectuados sobre esta matéria, «a maioria dos consumidores estava, sim, em grande parte de acordo com a abertura a hora de almoço», porque essa diversificação iria facilitar quem trabalha noutros ramos, cujo horário é incompatível com o do comércio. Isabel Cascão disse ainda que não se deve piorar a qualidade de vida dos trabalhadores do comércio, pois «nada justifica a melhoria da qualidade de vida dum estrato social em detrimento doutro».

Odete Filipe, do Departamento de Mulheres da CGTP, centrou a sua intervenção sobre a inexistência de segurança para a mulher trabalhadora, quer dentro dos grandes supermercados e centros comerciais, quer depois, na rua, quando sai à meia-noite. Aludiu à insuficiência de infra-estruturas sociais de apoio, e deu um exemplo concreto: «as creches e jardins de infância que encerram ao sábado e ao domingo. Onde ficam as crianças?»

«Esta liberalização veio a ser criada para uma exploração mais eficaz não só das mulheres, mas também dos jovens, nomeadamente nos centros comerciais e grandes supermercados; esta situação foi criada não para bem do consumidor e dos trabalhadores, mas para bem de uma meia-dúzia de grandes comerciantes que obtêm assim o lucro mais fácil, a dupla exploração das mulheres e da juventude, enfim, a obtenção do máximo lucro», esta foi uma das importantes declarações de Odete Filipe.

As sirenes vão voltar à marginal

— alerta o sindicato dos médicos

«Vamos novamente ter sinfonia de sirenes na super-saturada marginal» — alerta o Sindicato dos Médicos da Zona Sul, num comunicado em que chama a atenção para o facto de o hospital de Cascais se ver obrigado a enviar os seus fracturados para Lisboa. Na segunda-feira, pela sexta vez, aquele hospital não pôde contar com a equipa de ortopedia no seu serviço de urgência. Para onde foram? Para o hospital do Restelo (S. Francisco Xavier).

De há muito — relata-se na nota do SMZS — a cobertura ortopédica e traumatológica de Cascais, concelho com 200 mil habitantes, era assegurada por equipas médicas dos hospitais ortopédicos da Paredé, Sant'Ana e José de Almeida.

Mas quem decidiu a abertura de mais uma unidade central de urgência em Lisboa certamente desconhecia o enorme consumo de horas/especialista que tal opção

implicava — comenta o sindicato: «bastaria apenas carregar num botão para se formarem equipas pluridisciplinares altamente diferenciadas e em número suficiente para a necessária cobertura de 24 horas por dia».

Chegou a ser anunciado que a dita urgência funcionava em pleno, «atraindo ao engano milhares de doentes e sinistrados» denuncia o SMZS. «Na realidade, só agora dispõe de uma das

mais importantes áreas de urgência, a ortotraumatologia, mas à custa do hospital de Cascais».

Consequências, afinal, conlui a nota, «do primado da propaganda e da improvisação, em detrimento de uma gestão de recursos correcta».

Portalegre: reunião hoje

Está marcada para hoje, dia 23, uma reunião da ARS de Portalegre com a direcção do Sindicato dos Médicos da Zona Sul para discutir o problema da prestação de trabalho segundo um regime que contraria o que se passa noutros distritos e que a lei estabelece.

Os médicos de clínica geral devem trabalhar 45 horas

por semana: 20 em consultas, 12 nas urgências e 13 em actividades de saúde pública, investigação e outras. Na maior parte dos centros de saúde do distrito de Portalegre, por imposição de um despacho da ARS, trabalham em média 70 horas e não lhes são pagas as horas em excesso.

Segundo o sindicato, cada médico de clínica geral do distrito é neste momento credor de um número de horas que varia entre 4 e 6 mil, pelo trabalho efectuado nestas condições desde Março de 1983, altura em que saiu o dito despacho.

Recentemente o SMZS denunciou o caso de uma médica que teve um acidente de viação (despiste) no dia 27 de Outubro após 72 horas consecutivas de serviço de urgência em regime de obrigatoriedade: das 8 horas de sexta-feira ao fim da noite de domingo; segunda-feira não lhe foi concedida a folga que a lei impõe, antes foi obrigada a deslocar-se a uma freguesia distante para um dia de consultas.

Foram entretanto divulgados mais apoios ao abaixo-assinado de médicos do distrito que prevê a possibilidade de agravamento do conflito com a ARS e o recurso à greve. A reunião de hoje é considerada «decisiva» pelo sindicato.



PCP

Corgo, Tua, Tâmega, Sabor

O golpe final contra linhas férreas de Trás-os-Montes?

Corgo, Tua, Tâmega, Sabor: aquilo que desde há algum tempo se receava, parece agora confirmar-se. Governo e gerência da CP preparam a **sentença de morte** das linhas férreas transmontanas. Agora que a demagogia eleiçoeira já é coisa do passado, pondo de lado friamente os anseios e as necessidades de populações abandonadas desde sempre pelo poder central, lançando a confusão sobre uma eventual (e impossível!) exploração das linhas por parte das autarquias, o Executivo de Cavaco prepara nos gabinetes mais um atentado contra o desenvolvimento regional, que urge esclarecer junto da opinião pública e nomeadamente junto dos transmontanos.

Comentando esta situação, o Executivo da Direcção Regional de Trás-os-Montes (DORT) do PCP divulgou no passado dia 17 em Vila Real um breve apontamento em que sublinha a dado passo:

O plano a médio prazo da CP no valor global de 200 milhões de contos a investir de 87 a 91, nada prevê para vias férreas de Trás-os-Montes. Qualquer beneficiação pontual e limitada, como a introdução de uma nova automotora na linha do Corgo, não resolve o problema de linhas com material fixo e circulante extremamente degradados, poucas composições, e um reconhecido mau e inseguro serviço de transportes, de passageiros e mercadorias.

O programa do Governo PSD/Cavaco Silva, numa ambiguidade significativa, estabelece que «a rede de serviço público ferroviário de passageiros (...) será redimensionada e modernizada, podendo às linhas e ramais libertados desse serviço vir a ser dadas finalidades diversas: exploração por autarquias locais, por empresas especialmente constituídas

para o efeito, utilização nos serviços ocasionais de mercadorias ou pura e simplesmente encerradas a qualquer tráfego».

Em reunião recente na Assembleia da República do ministro dos Transportes com a Comissão Parlamentar do Equipamento Social, novamente foi referida a inevitabilidade do encerramento destas linhas, a não ser que as autarquias ou outras entidades assumissem a sua exploração.

O anteprojecto da lei de bases dos transportes terrestres apresentado pelo Governo de Cavaco Silva para debate e aprovação pela Assembleia da República, coerente com o programa governamental, prevê o encerramento de ramais da CP que não são «social e economicamente justificativos» ou a sua transferência para as autarquias se estas pretendem evitar o encerramento.

A CP está a elaborar planos concretos de «como» e «quando» encerrar aquelas linhas, dos possíveis transportes alternativos, etc. Irá ensaiar, inclusive, o encerramento de partes de algumas

linhas. Por exemplo, na linha do Corgo, tentará começar pelo fecho do troço Vila Real-Chaves.

É evidente para toda a gente, menos para o Governo PSD, a completa impossibilidade das autarquias assumirem a exploração das linhas. Impossibilidade manifesta, quer pelas dificuldades financeiras das Câmaras Municipais, bem patente dos níveis de endividamento de quase todas, quer porque isso se traduziria em encargos inportáveis dado o estado de degradação a que chegaram as linhas férreas. Encargos resultantes dos grandes investimentos necessários e dos custos de funcionamento e manutenção das linhas, que terão tendência a crescer, sem compensação a curto ou médio prazo.

Falar em entregar as linhas e a sua exploração às autarquias é pretender atirar areia aos olhos das populações, numa manobra de baixa política que pretende atirar o odioso do problema para cima do Poder Local: mal avisadas andariam as Câmaras se por servilismo partidário ou vistas curtas, aceitassem o presente envenenado do Governo. Há um exemplo a meditar: o «negócio» feito por algumas Câmaras do Nordeste Transmontano, que trocaram a linha do Sabor pelo prato de lentilhas de algumas estradas e pontes.

A DORT do PCP reafirma a sua posição e sublinha a importância regional, actual e futura, das linhas férreas transmontanas, justificadas social e economicamente.



Uma vida consagrada à luta pela liberdade e pela democracia

Homenagem do PCP a Francisco Miguel

«Obrigado, amigo», disseram os Pioneiros de Portugal. «Seriam necessários muitos livros e muitas palavras bonitas para falar de ti», afirmou pouco antes Rogério Moreira, da Comissão Central da JCP e em nome dela. Comovidamente, as centenas de pessoas presentes nas instalações da Voz do Operário, em Lisboa, no passado sábado, aplaudiram estas e outras intervenções. É que o amigo em questão — homenageado nesse dia durante um almoço por iniciativa do PCP e a propósito do seu 80.º aniversário — chama-se **Francisco Miguel**. Comunista há 55 anos, 21 dos quais vividos na prisão, é o português que mais tempo passou nas cadeias políticas do fascismo. É membro do CC do PCP e antigo deputado. É sobretudo alguém, como sublinhou mais adiante Domingos Abrantes, da Comissão Política e Secretariado do CC do PCP, cuja vida «se confunde com a vida do PCP», toda «consagrada à luta pela liberdade e pela democracia, à causa dos trabalhadores e da sua emancipação».

António Abreu, do CC do PCP, abriu a sessão de homenagem após o almoço lendo diversas saudações enviadas, nomeadamente a de Álvaro Cunhal, impossibilitado de estar presente. Seguiu-se a intervenção de Rogério Moreira, em nome da JCP, e a entrega de uma pequena lembrança dos Pioneiros de Portugal. Domingos Abrantes proferiu então um breve discurso em nome do CC do PCP onde, depois de invocar alguns aspectos da vida de luta, coragem e determinação de Francisco

Miguel (nomeadamente «um facto pouco conhecido — o de ter sido o camarada Francisco Miguel o primeiro funcionário do Partido que, frente à polícia, adoptou a conduta de assumir frontalmente a sua condição de membro do PCP e, por essa razão, se recusar a prestar quaisquer declarações, conduta que veio posteriormente a ser adoptada como orientação partidária»), afirmou:

«Não somos um Partido onde há separação entre os novos e os velhos, entre os de antes e depois do 25 de Abril. Aos militantes forjados nos tempos difíceis da clandestinidade, juntaram-se muitos milhares de novos militantes que, com a sua energia, dedicação, talento e espírito revolucionário, têm dado um decisivo contributo para que o Partido continue a afirmar-se como força política indispensável à solução dos problemas do nosso povo e do nosso país, com a sua influência e intervenção construtivas em toda a vida nacional.»

Finalmente Francisco Miguel dirigiu-se aos presentes com alguma ironia, afirmando que «até me parece mentira que tenha 80 anos, mas não há dúvida que nasci em 27», reafirmando a sua confiança no povo e no Partido que definiu como a razão principal da sua luta passada e presente.

Após isto e antes de apagar as velas do bolo de aniversário, o camarada Francisco Miguel fez questão em libertar as pombas que, entre outros presentes, lhe tinham oferecido.

Em preparação

Assembleia da célula do Partido na RTP

Um conjunto de militantes que, de forma regular, se tem reunido para procurar dar resposta a uma diversificada intervenção dos comunistas na vida da Radiotelevisão Portuguesa (RTP) entenderam que era oportuno propor aos militantes uma reflexão e decisões sobre a actividade futura, orientadas para a ultrapassagem das debilidades que se sentem na intervenção deste organismo do Partido. Por tudo isto, foi decidido marcar para o próximo dia 9 de Janeiro a 3.ª Assembleia da célula do PCP, a realizar no Centro Vitória, em Lisboa.

Alargar a influência do Partido e das suas propostas entre os trabalhadores da RTP, melhorar a resposta aos interesses e questões profissionais e actualizar as propostas do PCP para o futuro desta empresa de serviço público contam-se entre os principais objectivos da Assembleia, para a qual foi proposta a seguinte ordem de trabalhos:

1. Discussão e votação do relatório de actividade e das propostas;

2. Eleição do secretariado da célula;

3. Intervenções de encerramento.

A Assembleia terá início às 14 e 30, estando previsto um jantar-convívio com inscrições prévias.

O trabalho preparatório da Assembleia decorre em torno do melhoramento do projecto de relatório. Até ao próximo dia 4 são recebidas propostas individuais e colectivas dos militantes para esse importante documento.

Acontece no Município de Coimbra

Aliança PS/PSD/CDS impõe aumentos na água e transportes

Coimbra precisa de uma Câmara que defenda os interesses do concelho e que trabalhe no respeito pelos interesses do povo — sublinha a Comissão Concelhia do PCP numa breve nota que fez chegar aos órgãos de Comunicação social onde protesta contra os recentes aumentos dos preços dos transportes e da água decididos pela CM e propostos, respectivamente, pelos vereadores do PS Álvaro Seco e do PSD/CDS Manuel de Oliveira.

Estas decisões foram tomadas por maioria, com os votos contra dos dois vereadores da CDU, Santos Cardoso e José Carlos Viana, e com os votos a favor dos vereadores do PS, PSD/CDS e PRD.

Tal como os dois vereadores da CDU deixaram bem claro na discussão e declarações de voto, trata-se de duas decisões profundamente erradas e injustas:

• Os aumentos da água não eram necessários para a cobertura das despesas normais dos SMASC, dado que estes serviços continuam sem aproveitar importantes recursos à sua disposição. De ano para ano, são os

consumidores de água que estão a suportar, através das tarifas e dos seus aumentos sucessivos, os investimentos dos SMASC em novas obras, isto para não falar já na derrama cujo produto reverte integralmente para estes serviços. Ao propor e ao votarem favoravelmente estes novos aumentos, o vereador responsável e os restantes membros do executivo preferiram exigir mais sacrifícios ao povo do concelho do que corrigirem e melhorarem a gestão do património do Município.

• Os aumentos dos transportes são injustificáveis, dado que não houve qualquer resposta do Governo

sobre o financiamento regular dos custos sociais dos transportes colectivos de Coimbra através do Orçamento de Estado (como faz com Lisboa e Porto), nem tão pouco o Governo transferiu ainda os 125 000 contos atribuídos no ano corrente. Face a esta indiferença do Governo para com o concelho de Coimbra, a Câmara Municipal, em vez de passar dos ofícios e das entrevistas para a tomada de uma atitude firme de pressão e de lutar, se necessário, para satisfazer a justa pretensão do concelho de Coimbra, preferiu descarregar aumentos para cima dos utentes dos transportes.

Ao mesmo tempo que salienta a posição coerente, firme e corajosa tomada pelos vereadores da CDU, o Partido Comunista Português denuncia a existência desta aliança de facto do Partido Socialista com o PSD/CDS para fazer pagar ao povo de Coimbra os custos de uma política errada e injusta.

José Dias Coelho

O exemplo de luta e coragem de José Dias Coelho, que há 26 anos foi assassinado a tiro por uma brigada da polícia política do fascismo, foi recordado no último sábado em Alcântara num homenagem simples mas significativa em que interveio o camarada **Manuel Pedro**, membro do Comité Central do PCP. «Dias Coelho sabia que em cada dia e cada minuto da sua vida de lutador antifascista punha em perigo a sua vida e a sua liberdade», lembrou Manuel Pedro no local onde o jovem artista e militante tombou há 26 anos, hoje **Rua Dias Coelho**.

Fuga de Peniche

• **Comemoração no dia 9**

A histórica fuga de Peniche (3 de Janeiro de 1960) será assinalada em mais um aniversário durante uma jornada que o Partido promove no dia 9 de Janeiro, que incluirá visita ao antigo forte (hoje também museu), um almoço de confraternização e intervenção alusiva à efeméride. As inscrições para o almoço-convívio podem ser feitas através do telefone (062)72744.

Internacional

Compromissos de Acapulco aproxima países da América Latina

Os chefes de Estado da Argentina, Brasil, Colômbia, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela, recentemente reunidos em Acapulco, no México, com o objectivo de discutir os problemas políticos e económicos dos respectivos países, aprovaram um documento a que significativamente chamaram «compromisso de Acapulco para a paz, o desenvolvimento e a democracia», cujo objectivo é a conjugação de esforços para a definição de um projecto de desenvolvimento da América Latina e Caraíbas.

O documento, aprovado em 29 de Novembro passado, foi posteriormente enviado aos países da região, tendo vindo a provocar reacções de adesão de inegável importância. É o caso de Cuba, que através de uma carta de Fidel Castro aos signatários do «Compromisso de Acapulco», expressou a sua adesão ao «imperativo histórico de construir um projecto comum de desenvolvimento apoiado na iniciativa e nas capacidades próprias, bem como na vontade de impulsionar o processo de integração regional, o fortalecimento da identidade cultural e uma presença mais efectiva nos nossos países nas relações internacionais».

Na sua carta, Fidel Castro manifesta a sua concordância com a análise feita no referido documento «sobre os principais problemas contemporâneos, em particular os que fazem da América Latina e do Caribe um continente que em vez de avançar retrocede no domínio económico, com dezenas de milhões de homens, mulheres e crianças atormentados pela fome, as doenças e o analfabetismo».

O dirigente cubano salienta ainda a importância das declarações dos presidentes Miguel de La Madrid, do México, Raul Alfonsín, da Argentina, José Sarney, do Brasil, Alan García, do Peru e Julio María Sanguinetti, do

Uruguai, no sentido da reintegração de Cuba na Organização dos Estados Americanos (OEA). **Essas manifestações, afirma Fidel Castro, mostram as mudanças ocorridas no continente desde o infausto dia em que Cuba foi separada da Organização dos Estados Americanos, sublinhando**

ção da paz e da segurança da região; a consolidação da democracia e o respeito pelos direitos humanos; a recuperação da capacidade das respectivas sociedades para conseguir um desenvolvimento estável e autónomo; a solução do problema da dívida externa; o estabelecimento de um sistema comercial internacional justo, aberto e livre de protecctionismos; o impulso do processo de integração entre os respectivos países e com toda a América Latina e o Caribe; a participação mais efectiva dos respectivos países na economia internacional; o desenvolvimento autónomo e acelerado da ciência e da tecnologia; o fortalecimento da capacidade

maior atenção dos chefes de estado reunidos em Acapulco. Da sua análise, ressalta a conclusão de que os desajustes no sistema económico internacional afectaram profundamente as economias dos países em causa, constituindo fonte de instabilidade e recessão.

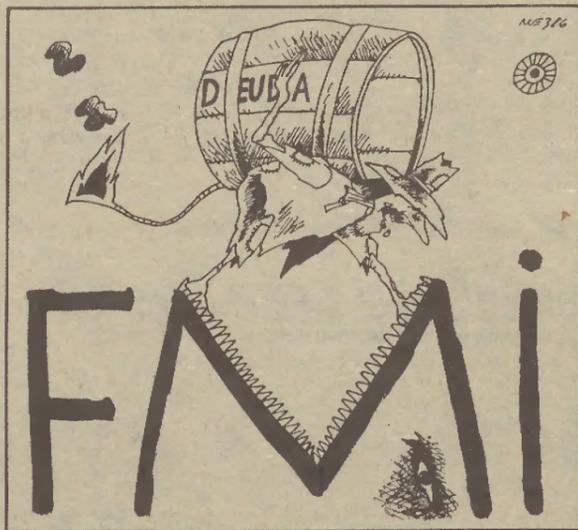
Durante a presente década, afirma-se no documento de Acapulco, enfrentamos uma regressão da cooperação económica internacional. O problema da dívida externa, a transferência massiva de recursos financeiros para o exterior, a extraordinária subida das taxas de juro, a deterioração na relação de preços no intercâmbio e a proliferação do protecctionismo levaram a uma redução nos níveis de vida e nas possibilidades de um desenvolvimento autónomo dos nossos países.

Reconhecendo que os resultados alcançados até agora com as medidas implementadas para fazer face ao problema da dívida externa são insuficientes, e que as negociações desenvolvidas até à data representam apenas paliativos temporários, não constituindo uma solução permanente do problema, o documento defende a elaboração de uma estratégia comum que, entre outras coisas, assente no reconhecimento do carácter político do problema da dívida e na aceitação de que qualquer solução deve incluir como condição necessária o crescimento estável dos países devedores.

De salientar que estas posições têm vindo a ganhar um crescente apoio na América Latina. Ainda na semana passada, de 15 a 18, se realizou em Brasília uma reunião de parlamentares, estadistas e representantes de círculos sociais e económicos latino-americanos, justamente para debater as vias de reforço da unidade e do alargamento do processo de integração dos países da região com o objectivo de solucionar o problema da dívida externa.

Na inauguração da assembleia, da iniciativa do Parlamento latino-americano, um representante brasileiro declarou que o endividamento externo é um problema comum cuja solução implica a necessidade de elaboração de uma política unificada em relação aos credores com o fim de alterar a injusta ordem económica internacional.

O presidente do Parlamento latino-americano, Luis Augustin Leon, assinalou por seu turno que a gigantesca dívida dos países da região é um problema político que não deve ser solucionado apenas pelos banqueiros mas sim pelos governos, devendo a responsabilidade ser compartilhada, em medida igual, por devedores e credores.



que Cuba mostrou a sua permanente fidelidade aos princípios da unidade e integração latino-americana e caribenha que a revolução cubana, inspirada em José Martí, tem tido como divisa permanente.

Na sua análise, os oito presidentes dos países citados consideraram que os principais desafios que têm de enfrentar são a preserva-

ção da negociação dos oito governos e da região no seu conjunto; e a reafirmação da identidade cultural da região e o intercâmbio de experiências educativas.

A dívida externa

Como é natural, o problema da dívida externa da América Latina mereceu a

Não há solução militar para o conflito salvadorenho

«O problema salvadorenho não pode ser resolvido por via militar, tendo em consideração a situação e correlação de forças actual, apesar do envolvimento não disfarçado dos EUA no conflito» afirmou recentemente Mário Aguinada Carranza, membro da Comissão para o Diálogo entre os rebeldes e o governo, em entrevista ao «Pravda».

Segundo Mário Carranza, a consciência daquela realidade tem feito com que a ideia de conversações de paz ganhe cada vez mais adeptos, embora seja «impossível prever por quanto tempo irão prosseguir os combates em El Salvador». A guerra — disse — torna-se cada vez mais encarniçada e assiste-se ao crescimento do potencial de ambos os exércitos.

Recorda-se que o exército salvadorenho tem mais de 50 mil efectivos e é apoiado pela administração norte-americana que, para além de fornecer material de guerra, tem 300 conselheiros militares a prestar-lhe assistência.

Não obstante, de acordo com recentes declarações de Venâncio Salvatierra, membro da direcção da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), entre Janeiro e Novembro deste ano o exército salvadorenho sofreu 7180 baixas, cerca de um sétimo do total dos seus efectivos.

Segundo aquele dirigente da FMLN, o governo de Napoleón Duarte enfrenta problemas de deserção em massa e de queda completa da moral dos soldados, ao mesmo tempo que as derrotas constantes no campo de batalha provocam sérias divergências na cúpula militar.

Para Venâncio Salvatierra, a supremacia militar das unidades da FMLN sobre o exército do regime pró-americano eleva o prestígio dos patriotas no cenário político, testemunhando a sua força e influência no país, criando por outro lado condições favoráveis para se reiniciar o diálogo, interrompido pelo governo, com o fim de alcançar uma paz justa em El Salvador.

Daniel Ortega desmente aumento dos efectivos militares

O presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, desmentiu categoricamente notícias veiculadas pela imprensa ocidental, segundo as quais o seu país se preparava para criar um exército de 600 mil homens.

A Nicarágua, disse Daniel Ortega em recente entrevista ao «Washington Post», **respeita o plano centro-americano de regularização pacífica da situação e prontifica-se a entabular conversações com os seus vizinhos e os Estados Unidos sobre a redução dos armamentos.**

Já indicámos, sublinhou, a necessidade de fazer com que toda a nossa população aprenda a manejar as armas a fim de defender o país. Não se trata da necessidade de organizar um exército de 600 mil efectivos, porque isso não tem sentido; o nosso país é incapaz de sustentar um tal exército.

O presidente nicaraguense afirmou, por outro lado, ao discursar na sessão de encerramento de uma assembleia sindical nacional, que alguns partidos da oposição se procuram aproveitar da actual conjuntura política para criarem uma «frente interna». **O governo da Nicarágua, disse a propósito, respeita os direitos da oposição civil, mas não admitirá que ela se transforme em representante dos «contras».**

Por seu turno, o vice-presidente Sérgio Ramírez afirmou em entrevista ao «Granma» que o seu governo está disposto a discutir com os «contras» as condições de um cessar-fogo, mas nunca, quaisquer que sejam as condições, os problemas da política interna, que são regularizados pela Constituição do país em vigor.

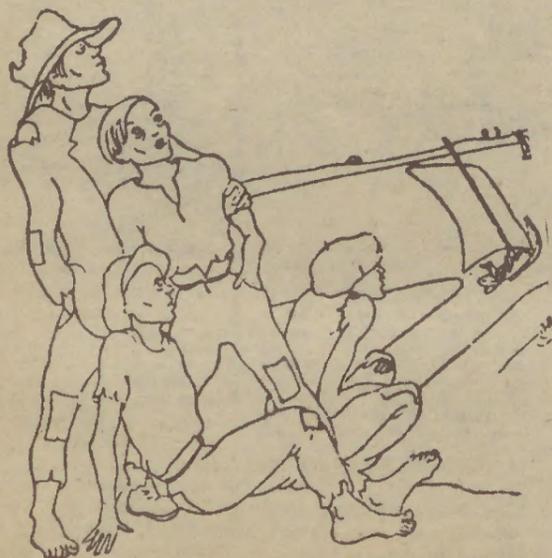
Também Daniel Ortega, em entrevista ao «Le Monde», recusou tal possibilidade, dizendo que os «contras» devem depor as armas e aproveitar a amnistia declarada na Nicarágua, acrescentando que se o fizerem terão a oportunidade de participar na vida política do país, gozando de direitos iguais aos dos partidos da oposição.

Esquadrões da morte nas Honduras

O Comité hondurenho de Defesa dos Direitos do Homem denunciou em Tegucigalpa que um grupo de oficiais chilenos e salvadorenhos visitou em Novembro passado a capital das Honduras para ensinar às unidades especiais da polícia a técnica dos assassinatos políticos.

A denúncia, feita em carta aberta suscrita por 64 dirigentes sindicais, professores universitários e membros do referido Comité, adianta que durante essa visita foi igualmente elaborada uma lista de 40 personalidades a serem liquidadas, devendo os assassinatos assumir o aspecto de «acidentes». De referir que nos últimos anos, nas Honduras, morreram ou desapareceram sem deixar rasto mais de 150 pessoas.

Obras completas de SOEIRO PEREIRA GOMES



Internacional

Violência israelita nos territórios árabes ocupados

A tensão que se vive desde há 15 dias na Margem Ocidental e na Faixa de Gaza, motivada pela brutal repressão israelita sobre a população árabe dos territórios ocupados, voltou a subir no início desta semana com a declaração do estado de sítio para fazer frente à greve geral de três dias declarada contra a ocupação sionista.

Desde o passado dia 9, quando quatro árabes de Gaza morreram na sequência duma colisão entre o seu veículo e um camião militar israelita, que terá sido deliberadamente provocado por este, que as forças israelitas vêm reprimindo com violência inaudita as manifestações de protesto, o que provocou já dezenas de mortos e centenas de feridos.

Unanimemente condenada pela comunidade internacional, a violência israelita está a provocar igualmente divergências em Israel, tanto a nível civil como militar. Em Tel-

-Aviv, milhares de israelitas manifestaram-se no sábado contra a repressão nos territórios ocupados, enquanto a nível do governo e do exército se dividem as opiniões, aumentando de tom as críticas à utilização de soluções militares para um problema que se reconhece ser político.

«Não poderemos resolver esta questão», dizem já altos responsáveis do exército, «enquanto não tivermos encontrado uma solução política. Estamos a administrar aspirina quando seria necessário um tratamento sério».

Ao mesmo tempo que as administrações militares da Cisjordânia e de Gaza falam da «perda de controlo da situação», reconhecem que os territórios ocupados se assemelham «cada vez mais ao Soweto».

Os próprios Estados Unidos, que sempre têm vetado as resoluções da ONU condenando Israel, se manifestaram «profundamente preocupados», reconhecendo que as medidas israelitas nos territórios ocupados «eram por vezes contrárias às normas internacionalmente reconhecidas».

Também a União Soviética condenou a violência de Israel. Num comunicado divulgado pela Tass, a URSS advertiu que «os crimes que estão a ser perpetrados pelos invasores são um prelúdio de um ataque contra os seus vizi-



Nos territórios árabes ocupados a violência está sempre na ordem do dia

nhos árabes» e salienta a necessidade da realização de uma conferência de paz sobre o Médio Oriente.

«O meio para uma paz justa e duradoura passa pela convocação da conferência», diz o comunicado, sublinhando que «é altura de Tel-Aviv ouvir a voz da razão».

O «Palestine Al-Thawra»,

órgão central da Organização de Libertação da Palestina (OLP), lançou entretanto um apelo de solidariedade para com o povo palestino, exortando os governos, entidades religiosas, políticas e humanitárias a condenar a repressão israelita e a prestar todo o auxílio médico e humanitário possível às vítimas da repressão.

Coreia do Sul Grandes manifestações contra a fraude eleitoral

Kwangju, Seul, Kuro, a catedral de Myongdong — nomes e locais repetem-se. Na Coreia do Sul, as massas voltaram à rua. Desta vez, não para exigir a realização de eleições democráticas, mas a anulação de resultados eleitorais generalizadamente denunciados como fraudulentos. Uma eleição feita à medida dos interesses da ditadura. Para que ganhasse o homem do ditador, Roh Tae-Woo. O mesmo cuja designação desencadeou os decisivos protestos populares de Junho passado.

Com 90% dos votos escrutinados, os resultados oficiais atribuíam 36,4% dos votos a Taw-Woo, 27,1% a Kim Young-Sam e 26,3% a Kim Dae-Jung. A mais simples operação aritmética indica que, na base da eleição formal do homem do ditador, e de par de múltiplas e descaradas fraudes praticadas — está a divisão da oposição, que assim necessariamente não reflecte, em termos práticos, a enorme amplitude do protesto popular.

Este um factor óbvio. A somar ao da fraude.

De acordo com uma lista divulgada pela Coligação Nacional para a Democracia,

que reúne um representativo número de religiosos, intelectuais e estudantes, houve inclusive 25 casos de roubo de urnas de votos! Facto a que há que juntar muitas outras formas de falsificação dos resultados eleitorais, da utilização de consideráveis somas em subornos, à destruição de boletins de voto e à multiplicidade de votos por eleitor. Passando pela campanha dos órgãos de comunicação, com as vulgares ameaças de caos, em caso de vitória da oposição. E ainda pela presença policial nas ruas. 77 mil polícias destacados para «manter a ordem». Todo o corpo policial — 120 mil

effectivos — colocado em estado de alerta.

Manifestações contra a fraude

Mal os resultados oficiais começaram a ser conhecidos, milhares de sul-coreanos saíram às ruas das principais cidades do país, em manifestações de protesto contra as irregularidades que afeioaram os resultados eleitorais aos designios do ditador, e exigindo a anulação das eleições presidenciais. Mais de 1600 pessoas foram presas nas manifestações de Kwangju, Seul e outras cidades, e dezenas ficaram feridas devido às car-

gas policiais. Muitas ruas centrais se tornaram novamente intransitáveis, devido à acumulação de gases lacrimogéneos. Mais uma vez a catedral de Myongdong é ocupada pelos manifestantes, como local de resistência e protesto.

Uma notável reacção popular que testemunha da determinação do povo da Coreia do Sul, em alcançar de facto a democracia. A recusa firme em aceitar, através de uma paródia de eleições, a ditadura contra que tem lutado a custo já de tantas vidas.

Ao longo destes anos a luta contra a ditadura tem-se alargado a diferentes sectores sociais. Aos jovens estudantes do levantamento de

Kwangju, de 1980, esmagado com a mais brutal repressão, dirigida exactamente por quem hoje está no poder, juntaram-se, nas grandes lutas de Junho deste ano, sectores operários e camadas médias. Milhares de estudantes exigiram nas ruas: «Abaixo a ditadura e o imperialismo americano», colocando mesmo como perspectiva «Elevar a luta e unificá-la até à instauração de uma democracia e à reunificação com a Coreia do Norte».

Lutas e empenhamento de massas que não podem ser irradosados a golpes de fraude nem mesmo de repressão. Como a própria experiência da Coreia do Sul indica.

Novo secretário-geral do PC da Checoslováquia

• PCP envia saudações

Milos Jakes é o novo secretário-geral do Partido Comunista da Checoslováquia, eleito por unanimidade em sessão do Comité Central. Substituiu Gustav Husak, que abandona as funções a seu pedido, após 18 anos à cabeça do PC da Checoslováquia. Husak mantém-se como Chefe de Estado e membro do Presidium do Partido.

Milos Jakes era membro do secretariado do Comité Central e do Presidium do

Partido, e presidia desde Junho de 1981 à Comissão do Comité Central para os problemas da Economia Nacional.

Na sua primeira declaração depois da eleição, Milos Jakes afirmou que o programa do 17.º Congresso do Partido continua a ser «a linha de orientação», na perspectiva de «um desenvolvimento completo do homem, das suas capacidades criadoras, aumentar o nível de vida material e intelectual da

população, assegurar a justiça social, os direitos e as liberdades cívicas».

Por ocasião da eleição do novo secretário-geral do Partido Comunista da Checoslováquia, Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, enviou um telegrama de saudação:

«Em nome do Partido Comunista Português envio-lhe saudações fraternais e votos de sucesso por motivo da sua eleição para secretário-geral do Partido Comunista da Checoslováquia».

ANO 29 - Nº 51 - 23 DEZEMBRO DE 1987 - PREÇO 150\$

Publicação do Partido Comunista Português

Avante!

COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Em anos sucessivos, em Dezembro, a classe operária e o povo português perderam 4 abnegados combatentes: **Alfredo Caldeira**, membro do CC do PCP e **António Guerra**, operário vidreiro e comunista responsável, foram assassinados no Tarrafal; **Socorro Pereira Gomes**, escritor de vanguarda e dirigente do Partido, faleceu na clandestinidade; **Dias Coelho**, notável figura de artista e militante responsável do Partido, foi cobardemente abatido a tiro, pelos algozes da Pide, numa rua de Lisboa.

Todos eles foram exemplos de coragem, de firmeza, de intransigência revolucionária face ao inimigo, de abnegação sem limites à causa da classe operária e ao Partido Comunista Português. Recordamo-los e apontamo-los como exemplo a todos os comunistas».

(«Recordemos os melhores combatentes mortos» — «Avante!», VI Série, n.º 362, Dezembro de 1965)

AVANTE! PROLETARIADO DE LUTAR OS INTERESSES

«Bases gerais de um novo regime jurídico de imprensa e não uma autêntica proposta de lei de imprensa que consignasse sem sofismas a liberdade desta, foi o que o governo enviou a essa paródia de parlamento que é a chamada Assembleia da República».

O processo é sempre o mesmo: começam por falar em liberdade e direitos e terminam por precisar bem uma infinidade de normas restritivas que anulam inteiramente aqueles.

As «novas bases do regime jurídico da imprensa» deixam as coisas talvez pior que antes. Com medo da espada sempre suspensa sobre o pescoço, jornalistas, directores e editores de jornais e até os simples tipógrafos passarão a autocensurar-se ainda com mais atenção e rigor que antes. Os «superiores interesses do País», os «interesses comuns», os «actos subversivos», a «defesa do bem comum», os «interesses individuais dignos de protecção», o «interesse superior da colectividade», etc., etc., etc., são alcapões de tal forma sensíveis que ao mais pequeno toque se abrem para darem passagem para a prisão aos incautos. Enfim, a grande inovação de M. Caetano é a substituição da prévia censura pelo «exame prévio».

(«Abolição da censura Liberdade de Imprensa!» — «Avante!», VI Série, n.º 423, Dezembro de 1970)

ANO 24 - Nº 51 - 23 DEZEMBRO DE 1987 - PREÇO 150\$

Publicação do Partido Comunista Português

Avante!

COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Num magnífico movimento de unidade, os vendedores de jornais de Lisboa encontram-se em greve desde o dia 1 de Novembro, exigindo 20 centavos por exemplar, o que não é demasiado se atendermos a que o aumento do custo dos jornais foi de 30 centavos e foram apenas concedidos aos vendedores mais 3 centavos (de 12 para 15). Nos primeiros dias de greve apenas a «República» era vendida pelos arduos, porque se recusou a aumentar para o preço decretado pelos grandes tubarões da imprensa por intermédio do Grémio e apoiados pelo governo. (...)»

Como defensor fiel dos grandes capitalistas, o governo colocou-se abertamente contra os trabalhadores e contra o público. Tomou medidas repressivas contra os vendedores, autorizou a criação de postos de venda com o fim de render os vendedores pela fome (...). O movimento dos vendedores tem tido o apoio da população que, em muitos casos, continua a entregar-lhes o dinheiro dos jornais que não recebe, ou pagando a «República» por 8 e 10 tostões».

(«Greve dos vendedores de jornais» — «Avante!», VI Série, n.º 96, Dezembro de 1946)



As grandes lutas de Junho têm hoje a sua continuidade

4.º Congresso dos metalúrgicos e mineiros:

A força da «ferrugem» na luta pelo pão e por Abril

Na semana passada foram notícia os cortes da via férrea pelos trabalhadores das Indústrias Nacionais de Defesa, EP (INDEP), em Braço de Prata, e da estrada Porto-Braga pelos da FERUNI, na Trofa.

Até ao passado dia 18 o conselho de gerência da INDEP devia ter pago o 13.º mês. Não o fez, nem deu quaisquer garantias de quando se efectuará o pagamento. **Os salários de Novembro já foram pagos, mas com um atraso de mais de quinze dias e após várias acções de protesto dos trabalhadores:** paralisação do trabalho, concentrações junto da administração e do Ministério da Defesa, corte do trânsito na Avenida Infante D. Henrique, plenários com elevada participação, tanto do pessoal da Fábrica de Braço de Prata, como de Barcarena, três dias de vigília à porta do Primeiro-Ministro.

Para ontem, dia 22 — por decisão do plenário de sexta-feira — estava marcada uma greve a partir das 14 horas, seguida de concentração junto à residência oficial do Primeiro-Ministro, exigindo o pagamento do 13.º mês e a garantia do pagamento dos salários dentro dos prazos, pela viabilização da empresa, com a demissão da actual gerência

(presidida pelo general Casimiro Proença) e a nomeação de gestores competentes, e por uma tabela salarial justa.

Na FERUNI o protesto dos trabalhadores tem a ver com a falta de pagamento dos salários desde Setembro e a ameaça de encerramento da empresa, com o consequente despedimento de 400 trabalhadores. Os metalúrgicos da

FERUNI aguardam há 10 anos contratos de viabilização da empresa, «ouvem promessas e fazem sacrifícios, sem que até hoje nada se tenha feito de concreto» — como denuncia o sindicato do Porto (STIMMDP). Tal como na INDEP, esta acção não é a primeira: já no dia 3 de Novembro os trabalhadores da FERUNI (e da EFI) tinham efectuado concentrações junto às instalações das empresas, cortando a circulação ferroviária.

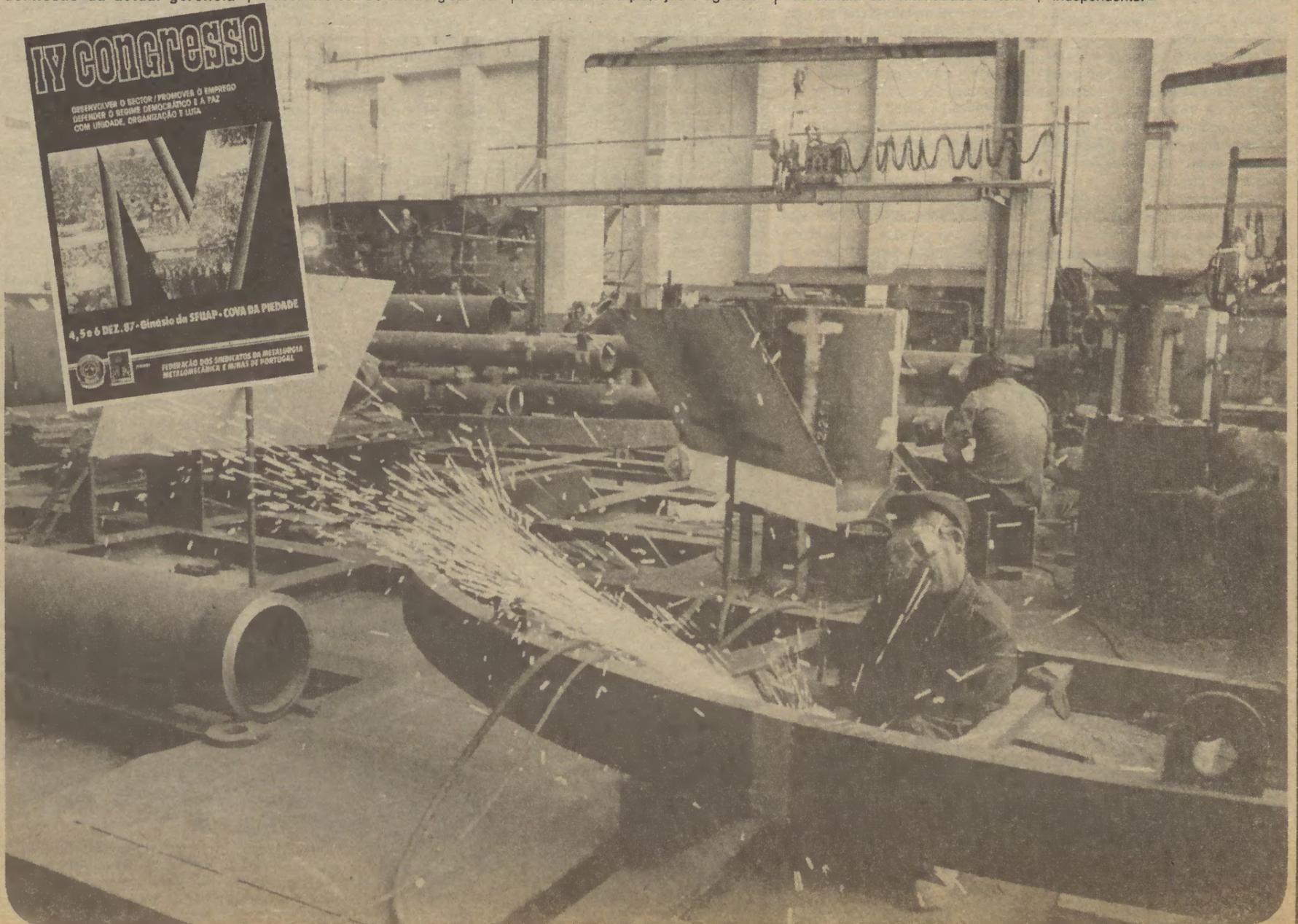
Outras acções de protesto têm-se realizado em várias empresas, nomeadamente nas do sector empresarial do Estado. São, no fim de contas, a ponta de um iceberg chamado crise — que tem causas, tem responsáveis e tem saída, que a direita e o patronato teimam em ocultar, ao mesmo tempo que intensificam a exploração e agravam

as condições do trabalho; os trabalhadores são quem mais sofre os seus efeitos e são também quem mais se preocupa em encontrar soluções e quem mais firmeza demonstra na luta pela sua concretização.

«Perante as dificuldades e perigos que se colocam aos trabalhadores, mas com a confiança inabalável no futuro, o congresso declara que os metalúrgicos e mineiros não aceitam a situação presente como inalterável — lê-se logo no início do Programa de Acção aprovado pelo 4.º Congresso da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal/CGTP-IN, que decorreu entre 4 e 6 deste mês na Cova da Piedade —, porque não acreditam em fatalidades e têm

plena convicção de que as potencialidades das transformações democráticas saídas do 25 de Abril, conjugadas com a luta dos trabalhadores, acabarão por repor Portugal no caminho do progresso e da justiça social».

Os trabalhadores da «ferrugem» continuam a ter um papel decisivo, como parte destacada da classe operária, no combate aos trabalhadores e aos democratas portugueses pelo pão e por Abril. Neste «Em Foco» damos conta de alguns traços fundamentais da análise do sector feita no congresso da FSMMP e das propostas aí avançadas com a dinamização das empresas e a salvaguarda dos postos de trabalho, no quadro de uma política de desenvolvimento independente. ■



Metalúrgicos e mineiros reafirmam: Com a força da «ferrugem» os problemas têm solução

O desemprego surge hoje como um dos problemas sociais mais graves no sector metalúrgico. Nos últimos anos foram despedidos 10 mil trabalhadores no sector naval, 5500 em 7 empresas da metalomecânica pesada, 4 mil na montagem automóvel, 2 mil no sector mineiro e mais de mil na Siderurgia Nacional. Ao todo, foram liquidados 30 mil postos de trabalho desde 1984, quando se realizou o 3.º Congresso da FSMMP. Ainda segundo os documentos do *forum* de 4, 5 e 6 deste mês, mais de 40 por cento são desempregados de longa duração e quase dois terços são jovens com menos de 30 anos.

Pelo direito ao trabalho

A política que a direita pretende ocultar por trás da *modernização* e da *flexibilização*, denuncia-se nos documentos do 4.º Congresso, «pretende atingir precisamente o direito ao emprego e à segurança no emprego»: se nos últimos anos se tem vindo a agravar o recurso aos contratos a prazo, ao trabalho precário e aos despedimentos colectivos, com as alterações que agora o Governo pretende introduzir no ordenamento jurídico, «tudo aponta para a intensificação das ameaças ao emprego dos trabalhadores» — afirma-se.

A FSMMP imputa a principal responsabilidade pelo abuso generalizado do emprego precário aos organismos oficiais que têm por função fazer cumprir as leis. Assinala também «algum conformismo» de vários dirigentes e activistas sindicais em relação a este problema e lembra que, «se a actual lei dos contratos a prazo fosse cumprida, mais de 95% dos actuais contratados nessas condições passariam a efectivos».

Essa exigência abre a lista de reivindicações imediatas definidas no 4.º Congresso: devem passar a efectivos os trabalhadores abusivamente contratados a prazo e devem ser eliminadas todas as formas de trabalho ilegal, designadamente o aluguer de mão-de-obra.

Nesta temática se inclui o fenómeno dos salários em atraso, considerada «uma arma do patronato na luta contra os interesses dos traba-

lhadores visando a sua desmoralização e desmobilização e configurando uma actuação que tem sido caracterizada como um *lock-out* indirecto».

O número de trabalhadores da metalurgia com salários por receber passou de 39445, por altura do 3.º Congresso da FSMMP, para 25679 em Setembro de 1987.

A forte combatividade dos metalúrgicos em numerosas empresas devedoras foi, como se sublinhou no congresso da Cova da Piedade, um factor decisivo para aquela descida. E pode-se afirmar que mesmo hoje só a unidade e a determinação dos trabalhadores tem obrigado ao pagamento de salários e do subsídio de Natal em várias empresas.

Note-se, no entanto, que, apesar do decréscimo do total de trabalhadores com salários em atraso, a **divida global do patronato sofreu um grande aumento**, passando de 3357 mil contos em 1984 para 6114 mil contos em Setembro de 1987.

Além disso, aquela diminuição «não corresponde, em boa parte, a qualquer melhoria da situação dos trabalhadores, mas apenas à **transferência de metalúrgicos da categoria de empregados sem salários para a de desempregados**».

Justifica-se assim o facto de o Congresso ter apontado como um imperativo na acção dos trabalhadores «o prosseguimento da luta contra o desmantelamento das empresas, pelo desenvolvimento e aproveitamento da capacidade produtiva nacional, de forma a criar novos postos de trabalho; contra a reorganização dos grandes grupos económicos, contra os despedimentos e a

insegurança no trabalho, pela prestação integral e pontual dos salários».

Desenvolvimento independente: a alternativa

A metalurgia, metalomecânica e minas são determinantes para o desenvolvimento do País pelo carácter estratégico dos bens que produzem e dos recursos que exploram e no Programa de Acção são apontadas medidas para as desenvolver: a introdução de novos processos, equipamentos, materiais e técnicas; a modernização da indústria siderúrgica; o aproveitamento dos recursos mineiros nacionais; a reestruturação das empresas de metalomecânica do SEE e o desbloqueamento de projectos de investimento que assegurem uma distribuição equitativa das encomendas entre o sector público e o privado; a defesa do mercado interno e a moralização do mercado das montagens; a elaboração de um plano de renovação da frota da marinha mercante e das pescas, a reformulação do apoio financeiro à indústria naval e medidas de expansão do mercado; a reconversão da indústria automóvel, com o cumprimento dos acordos estabelecidos no domínio do projecto Renault, o aumento progressivo da incorporação nacional na montagem automóvel e a prorrogação do prazo de restrições às importações de veículos dos países da CEE.

Estas são algumas das medidas propostas no *forum* dos metalúrgicos e mineiros. Os documentos dali saídos — particularmente o Relatório e respectivos anexos — demonstram um conhecimento e um empenhamento profundos e sérios e merecem o estudo cuidado de quem se interessa pelo que se passa no sector.

A Federação, afirma-se nos documentos do congresso, defende **uma estratégia de desenvolvimento económico independente, que supere os atrasos e os dese-**

quilíbrios existentes; tal opção implica o aproveitamento dos recursos nacionais, a valorização da força de trabalho — com a criação de postos de trabalho, a estabilidade no emprego e a elevação do nível de vida dos trabalhadores — e a correcção dos desequilíbrios, tanto internos, como externos.

Afirmado estar consciente das dificuldades económicas e financeiras que atravessam muitas empresas, a Federação dos metalúrgicos e mineiros sublinha, no entanto, que **«não é com medidas que põem em causa, não só os interesses imediatos dos trabalhadores, mas os próprios interesses nacionais, que se resolve o que quer que seja»** e afirma-se disposta a analisar «e mesmo a negociar as medidas que visem de facto a recuperação destas empresas, sem pôr em causa os direitos dos trabalhadores e os postos de trabalho».

CEE: antes não fosse!

O balanço da entrada na CEE foi considerado altamente negativo: dois anos após a adesão os metalúrgicos e mineiros constatam que **nem um só aspecto positivo pode ser apontado a qualquer dos sectores abrangidos pela Federação como resultado de tal opção**.

O Programa de Acção denuncia o facto de não terem sido tomadas até hoje quaisquer «medidas sérias susceptíveis de minimizar os efeitos negativos da integração na CEE», sublinhando que, pelo contrário, **«tudo é feito na lógica exclusiva de uma rápida acumulação capitalista e das facilidades concedidas ao grande capital nacional e internacional, portanto, em prejuízo do desenvolvimento nacional e do bem-estar do povo português»**.

Uma resolução aprovada pelo congresso exige mesmo a **renegociação** dos acordos de adesão «no sentido de serem travadas as consequências desastrosas, actuais e futuras, para a economia nacional e

para os diversos sectores representados pela Federação, a progressiva perda da independência e da soberania nacional e as limitações à prossecução de uma política de desenvolvimento independente que resolva as principais necessidades e carências dos trabalhadores e do povo português».

O congresso recordou que «o capital transnacional, a quem o grande patronato português pediu ajuda para alterar a correlação de forças interna, aproveitou esta solicitação para penetrar nas diversas áreas da economia portuguesa, com todas as consequências negativas que daí advêm para a independência nacional».

O patronato e as forças que o apoiaram «viram na adesão à CEE um instrumento e um meio precioso para o desenvolvimento da sua ofensiva de recuperação capitalista e de concentração do aparelho produtivo nas mãos do capital», pouco interessando o atraso no nível de desenvolvimento das forças produtivas. Ora «para as transnacionais, este atraso era uma garantia para colocarem cá os seus excedentes, enquanto que para o retrógrado patronato português e forças que o apoiam a adesão à CEE era um pretexto para atacarem a reforma agrária, o sector empresarial do Estado e os direitos dos trabalhadores, em especial a legislação laboral» — como se isto fosse determinante para combater a concorrência dos países mais desenvolvidos.

4500 contos por um dirigente

A ofensiva dirigida pelo patronato contra o exercício da actividade sindical nas empresas confirma a importância deste nível de organização e faz com que deva continuar a merecer redobrada atenção.

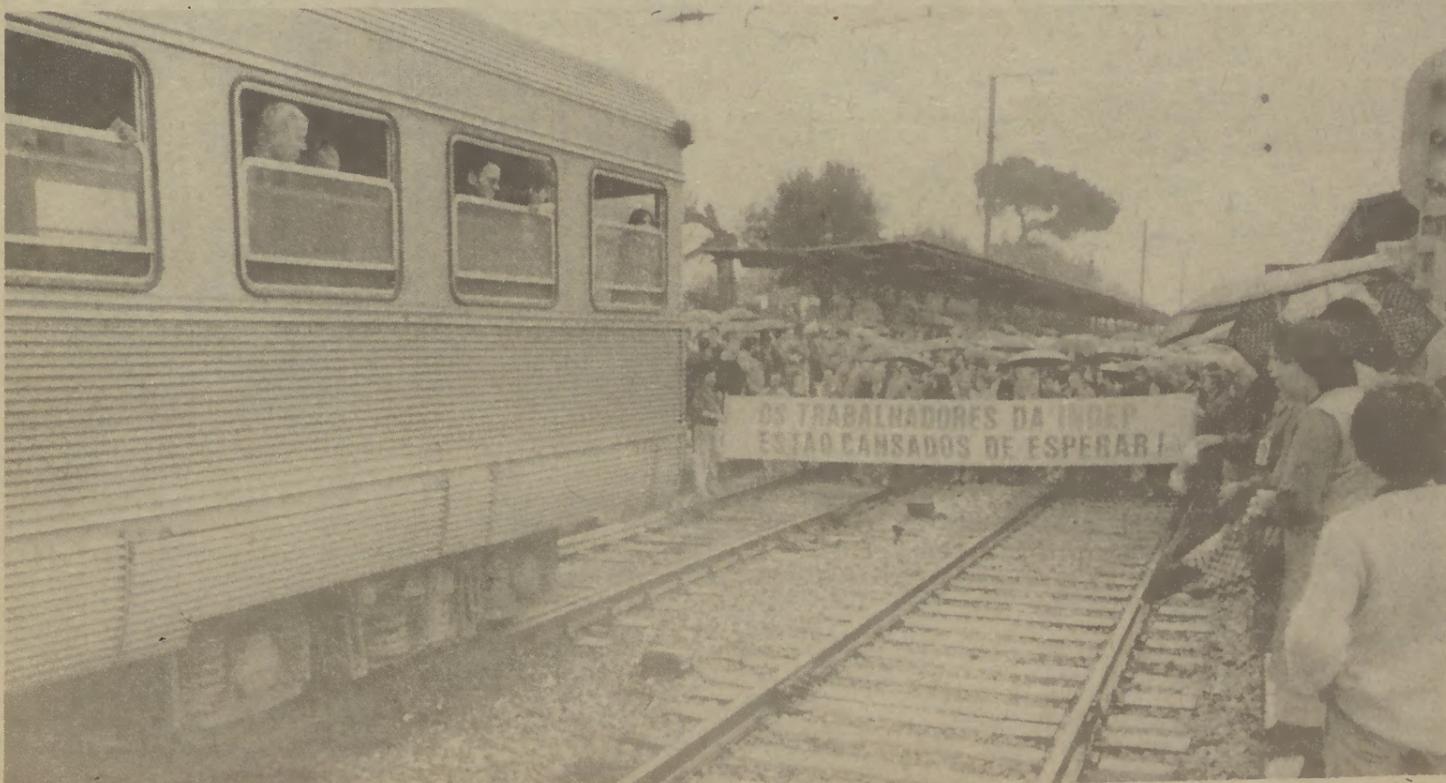
No congresso foram denunciadas situações concretas da ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e das suas organizações. Por exemplo:

«É relativamente frequente a pressão sobre activistas sindicais metalúrgicos para que saiam dos quadros das empresas a troco de verbas avultadas, sendo conhecidos casos de ofertas de mais de 4500 contos». Isso, a somar a despedimentos ilegais e selectivos (52 activistas despedidos na Lisnave e 17 na MDF) e outras formas de repressão, como preterências nas promoções e aumentos.

Outro dado pouco conhecido: o **valor da quotização descontada aos trabalhadores mas retida pelo patronato ultrapassa os 90 mil contos»**.

A inoperância caracteriza a resposta dos organismos oficiais a estes e outros casos de desrespeito pelas leis. De acordo com os documentos do congresso da Cova da Piedade, desde Janeiro de 1984 foram feitos pelos 16 sindicatos da FSMMP mais de 2500 pedidos de intervenção; a resposta da Inspeção do Trabalho foi da ordem dos 30 por cento. Só no ano de 1986 os sindicatos dirigiram à IGT 418 pedidos de intervenção; a Inspeção interveio em 123 casos e apenas de 13 deu conhecimento às organizações sindicais.

«O exercício efectivo dos direitos, o seu alargamento e aprofundamento, a sua prática no dia-a-dia — afirma-se no Programa de Acção — é a melhor forma de os



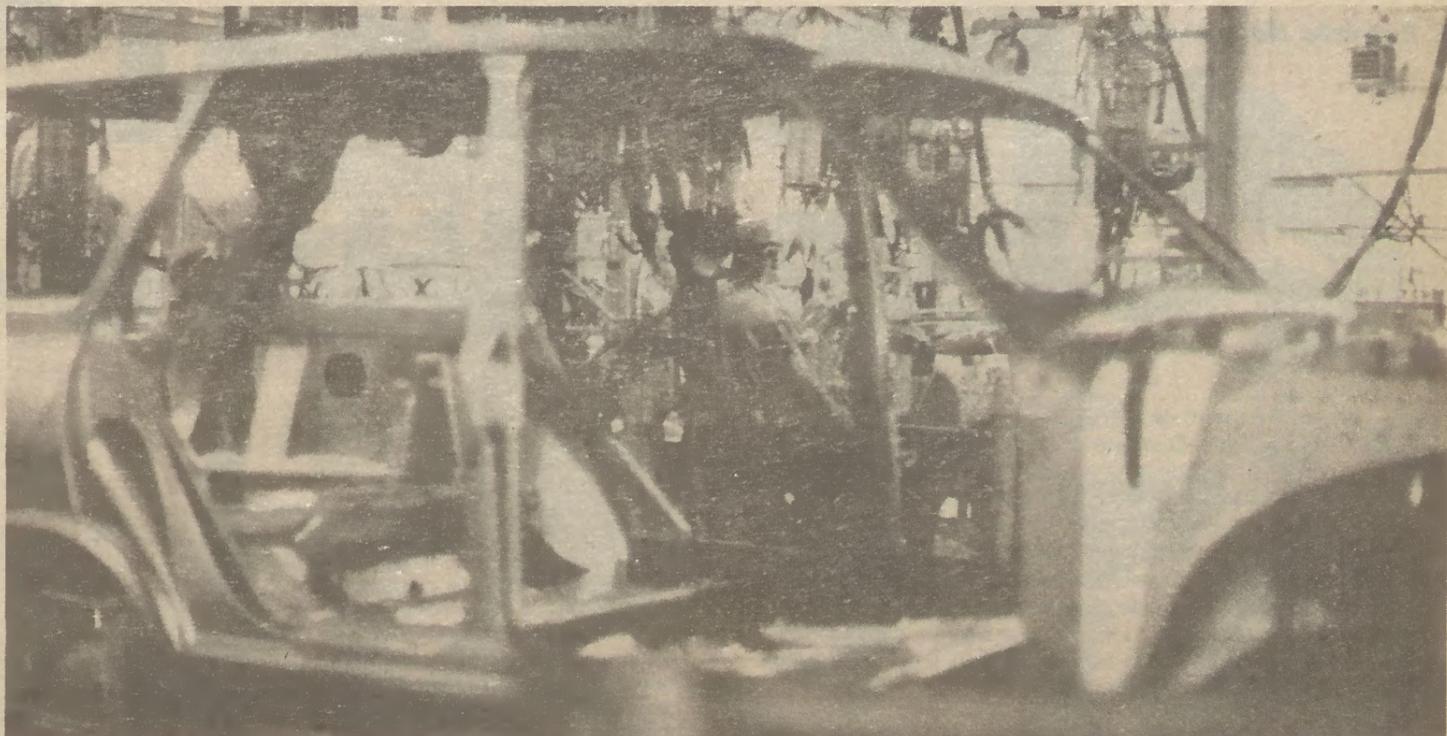
Os trabalhadores da INDEP cortaram na passada sexta-feira a circulação ferroviária em Braço de Prata durante meia hora. Com o 13.º mês por receber e sem garantia de pagamento na devida altura dos salários de Dezembro, depois de um atraso de mais de duas semanas no pagamento dos salários de Novembro, já paralisaram o trabalho, fizeram plenários muito participados, um desfile até ao Ministério da Defesa, uma vigília junto à residência do Primeiro-Ministro, divulgaram a segunda edição das suas propostas para viabilizar a empresa. Para ontem estava marcada greve a partir das 14 horas e deslocação à residência oficial de Cavaco Silva

defender e o caminho para a criação de melhores condições de vida e de trabalho»

○ valor da luta

Nos 3 anos em análise a luta permitiu aos trabalhadores conquistar mais de 10 por cento acima do que o patronato e o Governo pretendiam. Com a sua acção, os metalúrgicos e mineiros contribuíram para a queda dos sucessivos pacotes laborais e dos governos que os propunham; impediram que a semana máxima de trabalho fosse aumentada para 50 horas e conseguiram a redução do horário em muitas empresas; defenderam o direito à negociação e outras regalias; conseguiram a reposição da legalidade e a penalização de empresas que violaram a reintegração de activistas que o patronato ilegal e abusivamente pretendia despedir, como na Sorefame, na Casa Hipólito, na Facar.

Se a FSMMP e os trabajado-



A montagem de veículos automóveis tem vindo a decrescer, enquanto aumentam as importações, devido ao encerramento e/ou paralisação de linhas de montagem nacional pela importação e à recessão económica no País, que se reflecte na procura de veículos comerciais pesados. O 4.º Congresso da FSMMP exigiu a renegociação do acordo de adesão à CEE e prorrogação do prazo (31 de Dezembro) em que vigoram restrições às importações

res tivessem embarcado nas campanhas do patronato, do Governo e dos divisionistas e tivessem precipitado a assinatura das várias revisões de convenções colectivas de trabalho feitas desde 1984, os metalúrgicos e mineiros teriam perdido mais de 15 por cento daquilo que conquistaram.

Recordando que em 1986 o Pri-

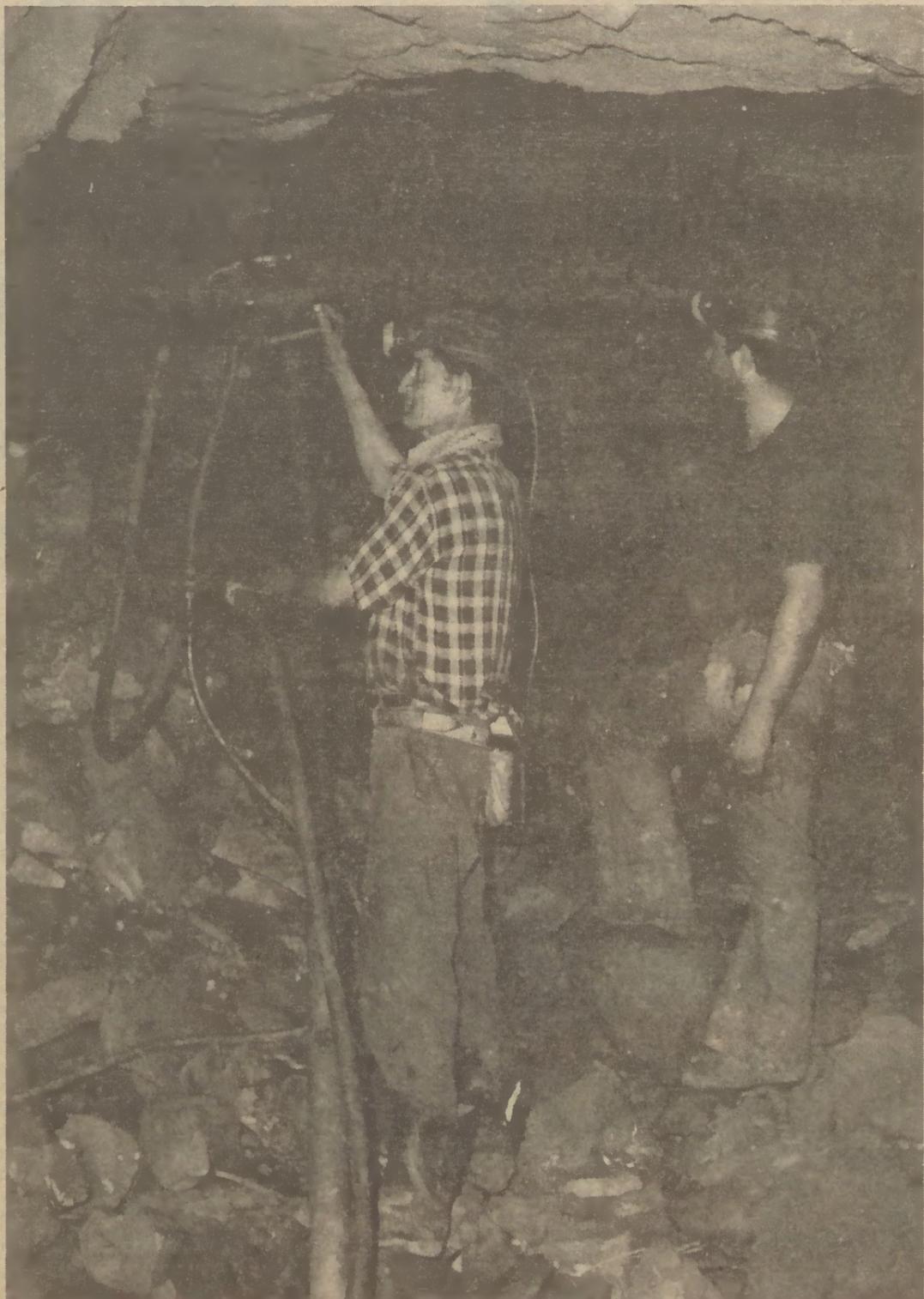
meiro-Ministro chegou a ameaçar os patrões que acordassem com os trabalhadores aumentos de mais de 15%, o Relatório apresentado ao 4.º Congresso da Federação dos metalúrgicos e mineiros sublinha que «com a nossa luta, todos os sectores por nós representados conquistaram mais».

E por quantificar, assinala o Rela-

tório, ficam os muitos postos de trabalho que sem a luta já teriam desaparecido ou os trabalhadores efectivos que já teriam sido substituídos por outros com vínculos precários; os direitos que teriam sido

perdidos, não fosse a luta intensa pelo seu exercício.

«Só nos restará no futuro seguir o mesmo caminho» é a justa conclusão de quem sabe o valor da luta. ■



O único País da CEE sem siderurgia poderá ser Portugal, a manter-se esta política – alertam os metalúrgicos e mineiros. Segundo os documentos do congresso, as reservas minerais da CEE beneficiaram de enormes acréscimos com a entrada de Portugal e de Espanha: 3200% no cobre, 250% nas pirites, 360% no tungsténio, 440% no antimónio, 70% no ferro. Enquanto o Governo se prepara para despedir 2 mil trabalhadores da Siderurgia Nacional e mantém encalxotado material moderno e caro, o nosso país importou da CEE, só em 1986, 53 milhões de contos de ferro e aço



«Não compreendemos como não há verba para os trabalhadores com baixa, mas há verba para sustentar o privilégio de meia dúzia de senhores» – comentaram ao «Avante!» membros da CT e delegados sindicais (na foto), referindo-se ao facto da administração da MLI não dispor de 200 contos por mês para pagar os complementos do subsídio de doença, mas ter dinheiro para pagar em soma idêntica ou superior (já chegou aos dois mil contos!) em «subsídios de deslocação» ao quilómetro

Mais um caso! Metalúrgica Luso-Italiana

A história refere-se à Metalúrgica Luso-Italiana. Mas quantas situações semelhantes não se têm verificado? Ela aqui fica, como mais um caso de uma empresa que está a ser destruída à custa, como é da praxe, de quem trabalha.

Em 1980-81 tinha 750 trabalhadores; hoje tem 250. Em 1984-85 a Lisnave/Grupo Mellos tomou conta da administração. Foi nessa altura que se iniciou o desmembramento da empresa, com o encerramento e transferência de secções, despedimentos e reformas antecipadas.

Surgiram então os salários em atraso. Em 1986 os trabalhadores aceitaram um calendário de pagamento em prestações e a administração comprometeu-se a pagar os salários por inteiro e no devido tempo em 1987, bem como uma percentagem da dívida aos trabalhadores no activo então existente. Apesar de alguns atrasos, os salários têm sido pagos todos os meses. No Verão foi suspenso o pagamento dos complementos do subsídio de doença.

No final de Novembro sucedeu aquilo para que a comissão de trabalhadores e os delegados sindicais vinham alertando: não foram pagos os salários e o 13.º mês por inteiro, ficando por pagar cerca de 5 mil contos.

Após algumas demonstrações de protesto dos trabalhadores desde os primeiros dias de Dezembro, a administração pagou mais alguns «bochechos». No entanto, não assumiu qualquer compromisso quanto à liquidação do resto da dívida.

Tendo em conta a péssima situação da empresa, os representantes dos trabalhadores deram um prazo até dia 23 (hoje) para que a dívida fosse liquidada. A administração não se comprometeu, nem garantiu o pagamento dos salários no final de Dezembro.

Entretanto, a dívida à segurança social põe em risco as regalias dos trabalhadores; a MLI também não paga aos sindicatos a quotização que aqueles descontam, não paga o seguro de trabalho. Além disso, deve ainda 30 mil contos de reformas antecipadas com que em tempos incitou vários trabalhadores a despedirem-se da empresa. ■

■ Rogério de Carvalho

PORTUGAL ESPAÑHA e a NATO

Portugal é membro da NATO desde a sua fundação em Abril de 1949. O regime ditatorial salazarista não constituiu impedimento à plena adesão e colaboração numa aliança que sempre se tem dito defensora da liberdade e da democracia. Invocando e à sombra dos princípios da ONU (organização que inicialmente não acolheu o Portugal fascista), a NATO imediatamente subverteu o espírito pacífico do diploma que a fundou pela introdução (por inspiração norte-americana) dos artigos 51.º e 52.º que visaram dar cobertura à criação de blocos militares de carácter regional e pela diplomacia de guerra-fria dos Estados Unidos

A Espanha apresentava então, tal como Portugal, uma configuração política ditatorial e fascista, ainda sobrecarregada com o tremendo estigma da guerra civil que ceifou um milhão de vidas, não só do povo espanhol mas também de milhares de combatentes pela liberdade de outras nacionalidades que na prática internacionalista acorreram à luta contra o nazi-fascismo e derramaram generosamente o seu sangue em solo espanhol.

A vitória dos aliados sobre a besta hitleriana, com destaque para as forças soviéticas que contaram 20 milhões de mortos num total de 50 milhões de vítimas da guerra, tornava impossível a aceitação do regime franquista na NATO, apesar da opinião contrária do governo dos EUA. Assim, e ladeando as objecções levantadas pela maioria dos participantes da NATO, em Setembro de 1953, a administração norte-americana optou por um acordo bilateral e assinou com Franco o chamado Pacto de Madrid que abrangia três áreas distintas: Acordo de Defesa; Acordo de Ajuda Económica; Acordo de Assistência de Ajuda Económica, e de Defesa Mútua.

As facilidades

A assinatura deste tratado proporcionou aos Estados Unidos importantes facilidades militares em território espanhol (que se mantêm nos tempos actuais), dos quais destacamos:

Base Aérea de Moron (Sevilha)
Base Aérea de Torrejos de Ardoz (Madrid)
Base Aérea de Saragoça
Base Naval de Rota (Cadiz)
Depósito de Combustíveis e Munições em Cartagena
Estações de Comunicações: Heemosa — Estação LORAN de Estaritz — Inoges — Soller — Estação meteorológica e sísmológica de Sonseca — Estaca de Bares — Guardamar del Segura.

O oleoduto Rota-Saragoça é uma instalação militar espanhola para abastecimento das bases americanas. Está ligado ao terminal marítimo de combustíveis da Base Naval de Rota, que inclui molhe de carga e descarga, grande depósito de combustível situados num dos extremos da base naval. Dispõem de estações de bombagem em Rota, El Arahah, Adamuz, Poblete, Loeches e La Muela, com depósito em Loeches, La Muela e El Arahah.

As forças armadas dos Estados Unidos possuem ainda depósitos de combustível em Cartagena — S. Pedro. Estão autorizadas a utilizar as instalações petrolíferas da Marinha espanhola de El Ferrol — La Grana. A assinatura do Tratado de 1953 foi o resultado dos esforços do capital norte-americano para se implantar solidamente em Espanha.

Com efeito, a guerra americano-espanhola nos finais do século passado culminou com a pesada derrota da Espanha e a liquidação da forte presença espanhola nas

terras e mares das Américas. Por isso, as tentativas iniciais para a penetração do capital americano em Espanha tiveram pouco êxito, deparando, além disso, com a enérgica resistência do capital inglês.

Durante a guerra civil, os governantes norte-americanos abasteceram os exércitos de Franco de gasolina, óleos e viaturas pesadas, o que deu lugar a uma enorme onda de protestos. Os dirigentes americanos declararam secamente que gasolina e automóveis não eram armas.

O preço e a paga

Esta prestação de serviços teve o seu preço e a sua paga. No final da II Guerra Mundial o regime franquista concedeu facilidades à aviação militar norte-americana. Como favores com favores se retribuem, os dirigentes dos EUA sempre recusaram dar o seu apoio a qualquer projecto que visasse a substituição de Franco, mesmo quando esses projectos provinham ou tinham o aval da Inglaterra e da França. Assim, em 1953, já o capital norte-americano estava firmemente implantado em Espanha.

Neste tecido de favores mútuos através dos quais o franquismo brigou quebrar o isolamento e o império norte-americano impôs a sua presença em terras de Cervantes, jogou um papel de relevo a presença do cardeal Spellman, à frente de 4000 americanos, na realização do 35.º Congresso Internacional e Eucarístico de Barcelona (1952), presidido pelo generalissimo.

A assinatura do Pacto de Madrid marcou o princípio do fim do isolamento de Franco. Por esta via foi efectuada a participação real e efectiva das FA's de Espanha nas forças da NATO, com o particular destaque para a Marinha, presente em manobras da NATO, e para a Força Aérea, com o seu C31, denominado «Combate Grande», para a vigilância do espaço aéreo. Este C31, con-



Forças Armadas portuguesas limitadas na sua autonomia e independência?

cebido e montado pelos americanos, que em parte o utilizam, está ligado a Portugal e à França, canal por onde chega toda a informação ao Comando da NATO.

Ao Exército nunca foi atribuída qualquer missão dentro da NATO. A sua missão principal, para não dizer única, era assegurar a repressão contra o povo espanhol. Basta atentar no sistema de forças, seu dispositivo, armamento e instrução, de que se destaca o forte dispositivo de forças sediado dentro de Madrid. A própria lei fundamental conljava aos militares a responsabilidade da garantia da segurança nacional e da defesa da ordem.

Os militares americanos passaram a colaborar na reorganização das forças militares e paramilitares espanholas; procedeu-se à renovação do equipamento e reciclagem dos quadros para melhor preparação técnica.

A ajuda económica cifrou-se na ordem dos 100 milhões de dólares e através dos investimentos os monopólios americanos alargaram a sua influência.

No capítulo da Assistência e Defesa Mútua foram concedidas importantes bases e outros apoios com a presença das forças norte-americanas em Espanha, que orça os 12000 homens (o «Diário de Lisboa» de 11 de Novembro de 1987 fala em 12500).

Com mais um passo de aproximação à NATO, o Tratado de 1953 será revisto e adaptado às novas condições. Cada vez mais se torna claro o papel reservado às Forças Armadas Espanholas numa perspectiva de integração na NATO, esperada para breve.

Novo tratado é assinado em 1976 entre os Estados Unidos e a Espanha. Estabelece uma Zona de Interesse Comum (ZIC) marítima, limitada a Oeste pelo meridiano 23, próximo dos Açores, a Norte pelo paralelo 48, à latitude da Bretanha Francesa, a Sul pelo Trópico de Câncer e a Leste no Mediterrâneo, por um meridiano que passa pelo limite Oeste das águas territoriais da Córsega e da Sardenha.

A fixação desta Zona reflecte a importância que a Espanha assume para os Estados Unidos. O mapa publicado por Alberto dos Santos no seu trabalho *La Península Lusó-Iberlque* (1), que reproduzimos, mostra-nos que a ZIC abrange toda a zona da NATO do IBERLANT, hoje sob a chefia de um almirante português, onde a nossa Marinha e Força Aérea têm missões atribuídas, para além da nossa competência em missão nacional de defesa da nossa costa e de vigilância da nossa ZEE.

Não é do nosso conhecimento ter sido esta delicada questão tratada por quem de direito nem comentada de forma clarificadora pela nossa



Oficiais superiores americanos: quem comanda a NATO?

imprensa. Quando referida em outros escritos também não topamos com qualquer esclarecimento.

«Triângulos»

Em 1982, a Espanha deu entrada na NATO, mas declinou fazer parte da sua estrutura militar. Portanto, as Forças Armadas de Espanha não estão integradas em nenhum comando NATO, nenhuma zona NATO lhe está atribuída nem lhe é definida missão alguma. Todavia a imprensa diária vai publicando notícias referindo sobre as pretensões espanholas a redistribuição das zonas NATO e a comandar a zona que controla a entrada do Mediterrâneo ou à constituição nestas coordenadas geográficas de uma zona militar independente onde as suas forças entrassem em número preponderante, o que equivale a propôr mesmo, o comando da referida zona.

Quer isto indicar que a Espanha não faz parte da estrutura militar da NATO, mas que se prepara para aderir? Têm estas manobras, veiculadas através da imprensa, o significado de um balão de ensaio? Uma das notícias (?) apresenta o triângulo Baleares-Gibraltar-Canárias. Hoje Gibraltar depende do GIBMED, sob comando inglês. Pretende a Espanha com este «Triângulo» («triângulos» cada um é livre de imaginar os que quiser) pôr o pé em Gibraltar, legitimamente reivindicando o regresso à Terra-Mãe, numa situação idêntica à de Ceuta e Melilla?

O Triângulo implica um corte na zona do IBERLANT. À guisa de compensação, existem analistas que sugerem um corte na zona do WESTLANT, de comando norte-americano, corte suficiente, pelo menos, para que os Açores possam ficar integrados no IBERLANT, sob comando português. Ponto em que, como é óbvio, o império norte-americano não dá mostras de querer abrir mão (é sobejamente conhecida a importância que as Lajes e a base de Rota, Cadiz, revestem na estratégia dos EUA). É, de facto, uma situação aberrante que território nacional permaneça numa zona NATO, de comando norte-americano. Há quem pense que esta é matéria delicada, de conteúdo «reservado», que não deve ser agitada debaixo do nariz do público. Não partilhámos desta opinião. O brio nacional, o respeito por todos nós, portugueses, não consente delon-

gas na resolução desta chaga, o seu tratamento deve figurar na agenda de todas as reuniões da NATO onde esteja presente um português.

O Governo espanhol solicitou a retirada americana da Base Aérea de Torrejon de Ardoz.

Nesta importante Base Aérea está sediado o QG da 16.ª Força Aérea e o Centro de Comando e Controlo do Combate Aéreo da Península Ibérica que dispõe das seguintes unidades:

— 401.ª Ala de Combate, dependente da USAF, formada pelas esquadras 612.ª, 613.ª e 614.ª, equipadas com aparelhos F-16 (com capacidade de transporte de armas nucleares).

— 34.ª Esquadra Estratégica, dependente do SAC, equipada com aparelhos KC-135 (reabastecimento em voo).

— Destacamento 9 da 37.ª Es-

quadrá de Salvamento e Recuperação Aeroespacial, dependente do MAC, equipado com aparelhos HH-1H.

— 406.ª Ala de Treino Tático de Combate (USAFE), dispoendo de aparelhos F5E. Nesta Base estaciona a 65.ª Divisão com 4500 homens.

Já em 1983 havia sido encarada a retirada desta Base para a Base de Saragoça, onde já se encontram os aviões de reabastecimento em voo, os KC-135, a cargo da Base de Torrejon, para minorar a poluição sonora provocada pela Base. A Espanha, para salvaguardar da sua posição, já comunicou que se reserva o direito de não prorrogar o Acordo.

Há quem especule sobre as intenções do Governo espanhol e relacione os F-16 com uma forma de pressão e uma moeda de troca para atingir o domínio sobre Gibraltar. É

assunto que no essencial diz respeito à Espanha.

Certa imprensa portuguesa tem noticiado o facto, adiantado interpretações, na falta de bases sólidas, admitindo a instalação dos aviões em Portugal, no caso da retirada de Espanha. Todo um noticiário confuso e contraditório que contribui objectivamente para a desinformação.

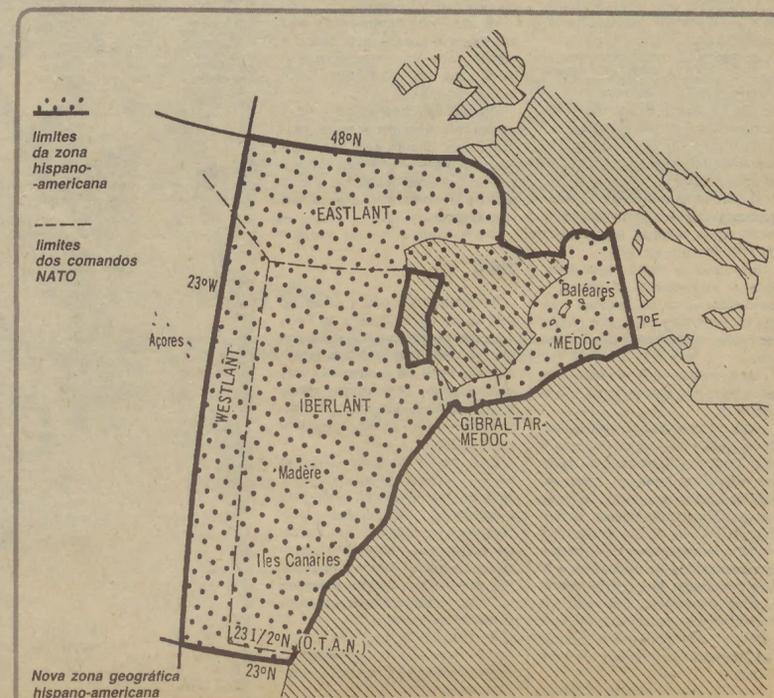
E não nos acusem de falta de respeito pelo trabalho dos jornalistas profissionais de brio. (A excepção só confirma a regra.) No geral escrevem o que podem para ser publicado e que outros querem. ■

(continua)

(1) «Les Cahiers de La Fondation pour les Etude de Defense Nationale», suplemento do n.º 8 (4.º trimestre de 1980) de *Strategie*
(2) «Diário de Lisboa», 11 Nov. 1987
(3) Subtítulo da responsabilidade da redacção



F-16: aviões americanos, riscos para os outros?



Nova zona geográfica hispano-americana

Cimeira de Copenhaga Acordos e desentendimentos

A Cimeira de Copenhaga redundou, como é conhecido, num fracasso. Nenhum entendimento foi possível entre os chefes de Estado e governo da CEE, no que respeita às reformas em debate — que se ligam à aplicação do Acto Único Europeu, que coloca como objectivo o grande Mercado interno europeu, para 1992. Reformas do financiamento comunitário, da política agrícola e dos fundos estruturais.

O desentendimento reflecte naturalmente contradições importantes entre os Estados mais desenvolvidos da CEE, em particular entre a RFA, a França e a Grã-Bretanha. Mas de forma alguma

coloca em causa os objectivos centrais, que são os objectivos dos grandes monopólios e multinacionais destes mesmos Estados.

A supressão de barreiras comerciais, de circulação de capitais, mercadorias, pessoas e serviços — significa maior liberdade de movimento em particular para o capital monopolista europeu que passará a dispor de um mercado alargado de 320 milhões de pessoas.

Para os trabalhadores são outras naturalmente as perspectivas.

Com o desmantelamento e cortes drásticos na produção de sectores industriais inteiros, e o con-

sequente agravamento do candente problema do desemprego.

E ainda com as gravosas consequências socio-económicas do livre jogo do mercado capitalista no plano regional. Livre jogo que, como a prática demonstra, contribui para o aprofundamento das diferenças entre países e zonas mais desenvolvidos e menos desenvolvidos.

Destas e de outras questões — nomeadamente das possibilidades e direcções de luta neste contexto — **falámos com Barros Moura, deputado do Partido Comunista Português no Parlamento Europeu.**

Diálogo de que aqui damos conta.

CEE, uma construção dos monopólios

Para poder beneficiar de mais verbas nos fundos estruturais — o que é importante — Portugal terá de dar o seu acordo ao resto e abdicar de uma política nacional de desenvolvimento. Seria um preço muito alto...

Começamos por avançar com este curto extracto da nota da SIP do PCP sobre a Cimeira de Copenhaga, para entrarmos no complexo terreno das contradições e objectivos que se cruzam no quadro da CEE. A questão dos fundos estruturais, do seu financiamento, da sua aplicação, estão no centro dos debates. E por aí começamos.

As reformas em estudo destinam-se a pôr em prática um dos aspectos do Acto Único, a coesão económica e social, que teoricamente significaria um desenvolvimento equilibrado do conjunto dos países da comunidade. Esse objectivo formal tem um instrumento preferencial para a sua concretização: o reforço da acção dos fundos estruturais (social, regional e agrícola). Para o que se torna necessário o aumento dos recursos para financiamento dos fundos.

A proposta da Comissão Europeia, presidida por Jacques Delors, no sentido de um aumento de recursos financeiros, pressupõe naturalmente um aumento das contribuições dos países membros — aponta no sentido de ligar as contribuições dos Estados ao Produto Interno Bruto (PIB), que teria por consequência fazer pagar mais aos países mais ricos.

O que tão pouco chega. O reforço dos fundos estruturais pressupõe ainda outras reformas, em particular da PAC (política agrícola).

Em torno de todas estas questões — no momento, em debate — exacerbam-se as contradições e lutas de interesses dos vários grupos de capital, das diferentes multinacionais.

Uma realidade que entretanto não deve levar-nos a escamotear o fundamental.

Que os mesmos que renhidamente, e cada um, «puxam a brasa à sua sardinha», **partilham de facto os objectivos básicos.** Todos estão de acordo quanto à realização do grande mercado interno, no quadro do Acto único. O que significa, **«abolir todas as regras, desregular todos os mercados, a livre circulação de capitais mercadorias e serviços, sem nenhuma barreira para defender as produções nacionais ou a propriedade nacional dos meios de produção.»**

«As grandes multinacionais, nomeadamente americanas, poderão então beneficiar das espe-

ciais vantagens deste mercado mais vasto», no quadro da lógica do livre jogo das forças de mercado, em que, como a experiência demonstra, as grandes empresas e países, os que há partida têm maiores vantagens comparativas, são os que mais ganham.

«**Não há choques entre os grandes neste plano.**»

A realização do grande mercado, tende a acentuar ainda «o carácter da divisão internacional do trabalho, em detrimento das economias mais atrasadas».

«É isto — no fundo — que põe em causa a coesão económica e social», que teoricamente se pretende obter através do reforço dos fundos estruturais.

«**Pensar que bastam os fundos estruturais para resolver os problemas — embora seja importante a luta pelo reforço dos fundos e a sua concentração em zonas menos desenvolvidas — é um erro crasso.**»

PAC

A comunidade gasta cerca de dois terços do Orçamento na PAC, «que se traduz na subvenção aos preços para assegurar um determinado nível de rendimento aos agricultores», beneficiando sobretudo a produção dos países do Norte da Europa — cereais, carne, produtos lácteos.

Este sistema de subvenções leva de facto à acumulação de stocks, exigindo mais despesas ainda para a conservação dos produtos, «excedentários» no quadro de um mercado interno que não proporciona o seu escoamento, e sem possibilidades de concorrer no mercado internacional, face aos preços praticados pelos Estados Unidos.

A reforma da PAC, em debate neste momento, vai no sentido de diminuir produções, mesmo mantendo terras incultas.

Uma lógica inconcebível, tendo em conta as enormes necessidades

• uma conversa com Barros Moura



França, manifestação contra o desmantelamento do sistema de protecção social e de saúde. Maior campo livre para o capital significa restrição dos direitos básicos dos trabalhadores



Manifestações de trabalhadores gregos contra uma política económica que sacrifica os seus interesses

alimentares, a fome que grassa pelo mundo. Mas uma lógica de acordo com os interesses e política correntes dos monopólios.

E na CEE, é dos interesses e política dos monopólios, do grande capital, que se trata.

Nos diferentes países, são também diferentes as consequências previsíveis de uma reforma da PAC. Na RFA, por exemplo, ela está associada a um reforço da concentração capitalista no campo. Em diferentes realidades, os pequenos e médios agricultores serão particularmente atingidos.

Quando se debatem questões ligadas a uma reforma da PAC, com contracção das verbas que lhe são actualmente destinadas, é praticamente inevitável uma referência à Grã-Bretanha.

A Grã-Bretanha não é grande beneficiária da PAC, nomeadamente pelo peso das ligações económicas e do abastecimento agrícola das antigas colónias.

Neste contexto a Grã-Bretanha, tendo em conta a sua contribuição para o orçamento comunitário, considera ter direito a um regime de excepção — a restituição anual de uma parte da sua contribuição. Restituição para que todos os países — mesmo os mais atrasados — contribuam.

É neste quadro que se desenrolam os desentendimentos entre os grandes do capital — os critérios de contribuição financeira ou de distribuição de fundos.

Também no que respeita aos fundos para o desenvolvimento, se regista concorrência por parte dos governos dos países mais desenvolvidos. Concretamente invocando necessidades de apoio às regiões industriais em declínio ou à reconversão de regiões agrícolas.

Portugal

«As tendências dominantes na reforma da PAC — redução das produções agrícolas, em particular nos domínios em que ela é excedentária no quadro da CEE — brigam com as necessidades de Portugal de aumento da produção agrícola».

Além disso o mecanismo, de subvenção dirige-se aos preços — no sentido do seu congelamento. No caso de Portugal os preços são à partida mais elevados que os da comunidade, o que necessariamente torna os nossos produtores menos competitivos.

Um exemplo, entre outros, das dificuldades que a adesão à CEE — e mais ainda com o tratado de adesão elaborado — coloca ao nosso país, pondo em cheque o seu próprio desenvolvimento económico nacional.

Por isso o PCP considera fundamental a revisão dos aspectos mais negativos do tratado de adesão, e nomeadamente exige:

- o reconhecimento da especificidade da agricultura portuguesa;
- a não aplicação das regras restritivas;
- o alargamento dos períodos de transição;
- o reforço do apoio financeiro à modernização da agricultura;
- a interpretação lata do protocolo 25 (que permitiria que Portugal pudesse aumentar a sua produção agrícola).

Em síntese — o reconhecimento do direito de Portugal ao máximo de regimes específicos (agricultura, siderurgia, indústria, minas, etc.), isentando o nosso país das regras restritivas pelo máximo período possível.

O governo português, tende entretanto a ignorar os aspectos de fundo da situação criada para o nosso país, e a aceitar «compensações financeiras» à consagração de facto da dependência económica nacional. «Um preço muito alto...» — como no princípio deste texto foi assinalado.

Direcções de luta

A CEE «é uma construção dos monopólios, que naturalmente põe de fora os trabalhadores. O que não quer dizer que os trabalhadores não tenham conseguido — através da luta — fazer consagrar alguns princípios que tenderiam a defender os seus interesses».

Concretamente, os principais tratados consagram o princípio da igualização, no progresso, das condições de vida e trabalho dos trabalhadores, nivelando por cima.

Face à prática concreta do capital, cujo interesse é explorar uma mão-de-obra barata e «flexível», os trabalhadores dispõem de uma base jurídica para uma luta unida, quer por uma igualização de condições, no progresso, quer pelo direito de intervenção, enquanto trabalhadores. O que assume particular importância para os diferentes sectores de trabalhadores nas empresas multinacionais.

Outro domínio importante de acção em que «se pode justificar a nossa luta» — é o da coesão económica e social.

O funcionamento, a própria lógica da CEE, que é a lógica dos monopólios — vai de facto ao arripio de

uma evolução no sentido desta coesão, de um desenvolvimento equilibrado.

Mas a nossa resposta deve ser lutar contra esta divisão internacional do trabalho.

E «lutar pela coesão económica

e social, não é apenas lutar por mais fundos. Estamos a demonstrar na prática que esta lógica de desenvolvimento é injusta. Estamos a chamar à luta por uma outra divisão internacional do trabalho. ■



Contra o desemprego, um dos mais graves problemas sociais que atinge brutalmente os trabalhadores do mundo capitalista. Manifestantes britânicos exigem o direito a um futuro

Os números da desigualdade crescente

• Se em 1980 os três mais pobres países da CEE (Itália, Irlanda, Grécia) tinham um PIB que era 63% do dos mais ricos (Luxemburgo, RFA, Holanda), em 1985 já só era 59%. O país mais pobre (Grécia) também baixou, relativamente ao mais rico, passando de 47% para 43%.

• Quando a CEE foi constituída (6 países) a relação entre a região mais desenvolvida e a mais atrasada era de 1 para 3. Em 1980, já com 9 países (mas ainda sem a Grécia) essa relação era já de 1 para 6. Com a entrada de Espanha e Portugal, a região mais pobre (Bragança) está numa relação de 1 para 15 da região mais desenvolvida.

• No «Relatório Económico Anual

1986-1987, comunicação da Comissão ao Conselho, de 17/Outubro/86, pode ler-se:

«... o cidadão médio dos quatro Estados-membros mais pobres (Espanha, Grécia, Portugal e Irlanda), que representam cerca de 20% da população actual da Comunidade, dispunha no ano passado, 1985, de um rendimento real inferior de metade ao do cidadão médio dos quatro países mais ricos (RFA, França, Dinamarca e Luxemburgo). Se considerarmos os extremos (Portugal e Luxemburgo), a relação é praticamente de 1 para 3»;

«Desde 1970, esta evolução contrária à convergência real é também observada ao nível das regiões da Comunidade europeia, onde as dis-

paridades absolutas se acentuaram consideravelmente».

• Lord Cockfield (responsável do «Livro Branco» sobre a realização do «mercado interno» previsto pelo Acto Único):

— «o mecanismo desencadeado pelo Acto Único conduzirá em substância a tornar os ricos mais ricos».

• Fundos estruturais, repartição — um recente relatório do Parlamento Europeu mostra que a repartição, entre 1975 e 1984, dos fundos estruturais, formalmente destinados a corrigir desfazamentos de desenvolvimento — beneficiou sobretudo os países mais ricos. As regiões mais atrasadas de Itália, Inglaterra, Irlanda e Grécia, beneficiaram apenas de 41%. ■

Gazetilha

por *Ignotus Sum*

Estava na cara!

Várias vezes foi dito
e foi redito
na verborreia
desencadeada
foi dito (pois dizer
e prometer
não custa nada...)
que iam desaparecer
a grande velocidade
todos os bairros de lata da cidade.

E vai-se a ver depressa
o que é que sucedeu?

Tal promessa
foi um ar que lhe deu
e as barracas de então
de que então falaram
não diminuíram não,
ainda aumentaram...

Mas ó senhores, claro! Com certeza
«estava na cara», assim se diz agora.
Quem semeia a pobreza
como pode depois mandá-la embora...

Foram «levados»

Pois. A Bolsa lá veio e até deu brado.
Com ela se queria
mostrar que isto é uma «economia
de mercado»...
Mas a Bolsa caiu na apatia
e há quem diga, choroso: Fui levado...

Claro que foste, pá, dando assim fé
ao capital feroz,
A Bolsa é dele, isso é,
mas afinal quem desembolsa somos nós...

Mais ninguém

«Com a CEE
agora é que é!»
Este brado foleiro
correu o País inteiro.

Eram contos de réis
como sabeis
a entrar
a entrar
por aí, à mão cheia
como se fosse o mar
a cobrir toda a areia.

Porém, agora, com o desaguado
está tudo congelado
e aqui e além já uma voz se arroja
a dizer que...
no caso de...
... a CEE pode fechar a loja.

Por isso é que eu com
aquele grande tino
que só o poeta tem
digo: o nosso Destino
nós o ordenaremos. Mais ninguém!

O papão

Vai-te míssil, podes ir,
vai-te já, míssil danado
a Europa quer dormir
um soninho descansado.

Por cima das nossas casas
a partir de agora, a gente
pode abrir as nossas asas
e voar serenamente.

Livre, livre o coração
coração é, não destroço.
Podemos levar pela mão
sem medo, o filho que é nosso.

Vai-te míssil, podes ir
de cima deste telhado.
A Europa quer dormir
um soninho descansado.

Pontos Cardeais

Dialogante

Recém-chegado do Século XXI, onde deixou uma fundação a enterrar-se no passado, Freitas do Amaral anunciou finalmente que vai repegar num projecto do seu passado e, para não destoar, também passadista para os portugueses. Trata-se da liderança de um partido que quase todos esqueceram — o CDS —, de seu nome «Centro Democrático Social». Tendo-o abandonado quando as coisas corriam mal, com a esperança que a sua despartidarização o guindasse a Belém, Freitas arrependeu-se. Volta, que estás perdoado, disseram alguns na barafunda centrísta. Freitas volta. Nem de frente nem de costas. Ambiguamente, que é a sua postura predilecta. Diz que vai ser oposição ao PSD no Governo. Mas que não hostiliza. Que é amigo, mas que há «diferenças específicas». Que «não está de costas voltadas», mas que isso de o PSD não haver convidado o CDS «para uma frente alargada» «tem custos». Que «está francamente decepcionado», mas disposto ao diálogo... Para a revisão constitucional, claro. Só que o CDS não é o que falta à direita. O PSD espreita para o seu lado esquerdo...

Silêncio

Aqui há tempos, não há muito, o Primeiro-Ministro Cavaco Silva mostrou-se francamente contrário a que os ministros do seu gabinete tomassem a palavra. «Não gosto que os ministros andem por aí a falar», terá dito. Isto com certeza porque vale mais o silêncio que uma data de palavras ocas a tapar como remendos as realidades gritantes. Mas a lei do silêncio parece ter invadido todo o PSD. Agora foram os deputados — a crer numa notícia do «Expresso» — que receberam uma carta da direcção da bancada social-democrata, três dias antes do debate do Orçamento de Estado, recomendando boca-fechada. Mais propriamente, a carta chegava a recomendar, citando o «Expresso», que «fossem evitados pedidos de esclarecimento ou perguntas ao primeiro-ministro e restantes membros do Governo, para impedir consumos escusados do tempo disponível para o debate»... Esta do «consumo do tempo», embora inédita, terá sido ultrapassada em autoritarismo, por uma outra recomendação. A de que os deputados, no «diálogo com a oposição» não deviam «produzir intervenções sem o conhecimento prévio da

direcção». Tudo isto terá deixado os deputados governamentais... sem fala. Se eles não produzem intervenções, que é que produzem? Por outro lado, as preocupações cavaquistas não terão deixado os deputados da oposição a falar sozinhos. Nomeadamente os comunistas, que preferem sempre falar com o povo. Mesmo que o Governo os queira calados.

Terrorismo

Às vezes é preciso esperar muito tempo para se conhecer em profundidade determinada afirmação ou postura de certa personagem. Nem tudo é claro logo de início, embora tudo seja claro no raciocínio dos principais interessados — a personagem em questão e os visados pelo seu raciocínio ou pelas suas palavras. Por exemplo, o caso de Ângelo Correia. Alguma gente poderia pensar que ele estava a combater o terrorismo quando inventou aquela da «insurreição dos pregos». E que a repressão que desencadeou como verdadeiro ministro do «Interior» tinha as suas razões no tão badalado «terrorismo», interno ou externo que ele fosse, nesses anos da «AD». Agora, o descarado político do PSD vem repor toda a verdade. E afirma em entrevista ao «Semanário»: «A pior forma de combater o terrorismo é aumentar a repressão». Bem nos queria parecer — a

nós, aos trabalhadores, à maioria do povo — que o que ele queria, quis e continua a querer, não é combater o terrorismo. É combater os trabalhadores, a maioria do povo, os comunistas. Com quantos pregos tiver à mão...

Decepção

Por mais de direita que sejam os projectos da direita no poder, há sempre alguém mais à direita — no poder ou fora dele — a afirmar que se ficou muito aquém do que poderia ter-se avançado na destruição da democracia. Nem que seja para que o vulgar cidadão — com sentimentos democráticos, mas com pouca prática — acabe achando que afinal isto não foi tão mau como se diz, ou que isto não vai ser tão mau como se faz crer. Useiro nesse papel de mais papista que o papa, está João Jardim, o pequeno chefe madeirense, que grita sempre mais alto que isto vai sempre andando devagar para as suas ambições. Afirma-se hoje decepcionado com... o projecto de revisão constitucional do PSD! E até ameaça com a «clandestinidade», se a sua «autonomia», que vê maltratada com esta revisão, em vez de se afirmar, fique na mesma. «A autonomia não recuará mais», grita ele. Sabendo nós o que quer dizer «autonomia» na boca de Jardim, sabemos também o que ele quer dizer com «clandestinidade». Mas sabemos, de mais, que isto é mais uma cortina de nevoeiro sobre um problema sério.



Agenda

Avante!

Ano 57 - Série VII
N.º 730
23 de Dezembro de 1987
4.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente

**PASSAGEM
87 ANO 88
SETUBAL**

31-12-1
ÀS 21HO
balle com



Passagem de ano 87/88

Vem aí um novo ano! E como é da tradição, o melhor é entrar nele em ambiente de convívio, com amizade e confiança nos dias que nos esperam. A pensar em tudo isto, diversas organizações do PCP estão a planear passagens de ano com muita animação e alegria. Já salientámos o exemplo do Funchal, na Região Autónoma da Madeira. Hoje chamamos especialmente a atenção para o distrito de Setúbal, onde, como temos referido, decorre uma campanha de fundos para o novo CT da DORS. Pois, nesse distrito, vão ocorrer várias festas de fim de ano, uma delas na antiga sede da Mecânica Setubalense, junto às Fontainhas. Trata-se de uma iniciativa da Comissão de Freguesia de S. Sebastião (Setúbal), do PCP. Já para a semana contamos dar aos nossos leitores — à semelhança do que fizemos com as bancas e mercados de Natal — uma lista tanto quanto possível completa das festas organizadas pelos militantes comunistas: de Lisboa ao Porto, de Leiria à Serra da Estrela, do Minho ao Algarve, «passando» pelas Regiões Autónomas. Aceite o convite e se está mesmo interessado contacte desde já o Centro de Trabalho da sua área de residência: é provável que aí haja festa e convívio, na «entrada» para 88.



Lisboa
Voz do Operário
a partir das 22 horas
Discoteca • Café-Concerto
• Video
Bilhetes a 400.
Mesa 4 pessoas 1500

Couço
Salão da Tabaqueira
a partir das 22 horas.
Baile com conjunto musical
• Serviço de Bar

Setúbal
Antiga sede
da Mecânica Setubalense
a partir das 21 horas.
Baile convívio • Serviço de Bar

Samora Correia
CT do PCP
a partir das 22 horas

Alpiarça
CT do PCP
a partir das 21.30
Jantar convívio • Baile



PICHON (Michel) (1945-). França. In «Les chefs-d'oeuvre du dessin d'humour».
Edições «Planète». Paris, 1968

COUÇO

PASSAGEM DE ANO
1987
1988

'SALÃO DA TABAQUEIRA'
22.00 HORAS

CONJUNTO MUSICAL
EUTERPE

FESTA de ANO Novo 1988
NO VOZ DO OPERÁRIO
23 de Dezembro a partir das 21h

Serviço de BAR
• Bons pratos
• Boa música
• Bom ambiente

Discoteca
Café-Concerto
VIDEO

1987 1988

PASSAGEM D'ANO 87/8

ALPIARÇA
NO C.T. DO P.C.P.
JANTAR CONVIV
21.30 H

86/87 87/88 VAI SER MELHOR!

PASSAGEM do ANO !!

NO CENTRO DE TRABALHO DO FUNCHAL DO

* PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



1917 Há 70 anos uma revolução transformou o mundo!

A Revolução Socialista de Outubro, cujo 70.º Aniversário este ano se comemora, iniciou uma nova época na história da Humanidade.

As profundas transformações revolucionárias por ela introduzidas — e que o presente livro tão impressivamente nos relata e mostra — não tiveram apenas consequências na sociedade russa ou, além disso, se limitaram somente a influir no panorama mundial de então. Elas marcaram também as enormes e variadas alterações à escala mundial nos últimos setenta anos.

Sem esquecer a Revolução Socialista de Outubro é impossível compreender as profundas mudanças económicas, sociais e políticas que caracterizaram o nosso tempo, modelaram o nosso presente e perspectivaram o nosso futuro.



Albert Nenarókov é um historiador soviético, autor de obras sobre a história da Grande Revolução Socialista de Outubro, a guerra civil e o desenvolvimento cultural da URSS. Livros seus foram também editados no Brasil, Bulgária, Canadá, Estados Unidos da América, Hungria, Japão e RFA.

Albert Nenarókov História ilustrada da Grande Revolução Socialista de Outubro 1917 na Rússia mês a mês

EDIÇÕES PROGRESSO EDITORIAL "AVANTE"

Com a qualidade «Avante!» a diferença de uma visão científica do mundo

Quarta

RTP1

- 10.00 – Às Dez
- 12.15 – Telenovela «Tudo ou Nada»
- 13.00 – Jornal da Tarde
- 13.30 – Série «A Caixinha Encantada»
- 15.20 – Série «Odisseia»
- 16.55 – Série «Max, o Computador»
- 18.20 – Série «Iratán Iracema»
- 18.55 – Série «O Império de Carson»
- 19.30 – Telejornal
- 20.05 – Boletim Meteorológico
- 20.15 – Telenovela «Roque Santeiro»
- 21.20 – Vamos Jogar no Totobola
- 21.40 – Lotação Esgotada «Os Salteadores da Arca Perdida», real. Steven Spielberg (EUA/1981)
- 00.00 – 24 Horas
- 00.30 – Remate

RTP2

- 13.15 – Totally Live
- 14.10 – Agora, Escolha!
- 15.40 – Piano Bar
- 16.35 – Trinta Minutos Com...
- 17.10 – Telenovela «Os Imigrantes»
- 18.00 – Ponto Por Ponto
- 19.00 – Fórmula One
- 19.55 – Série «Hitchcock Apresenta»
- 20.20 – Série «O Sol aos Quadrados»
- 21.00 – Jornal das Nove
- 21.35 – Fantasia e Realidade
- 22.00 – Amy e o Anjo
- 22.50 – Série «As Leis do Amor»

Quinta

RTP1

- 10.00 – Às Dez
- 12.15 – Telenovela «Tudo ou Nada»
- 13.00 – Jornal da Tarde
- 13.30 – Brinca Brincando
- 15.25 – Série «Odisseia»
- 17.00 – Série «Max, o Computador»
- 17.35 – Sumário
- 17.40 – Brinca Brincando
- 18.20 – Série «Iratán Iracema»
- 18.55 – Série «O Império de Carson»
- 19.30 – Telejornal
- 20.00 – Boletim Meteorológico
- 20.05 – Mensagem do Cardeal Patriarca de Lisboa
- 20.20 – A Menina das Flores
- 21.00 – A Noite das Cem Estrelas
- 22.05 – Vem aí o Pai Natal
- 22.55 – Canções de Natal
- 23.30 – Missa do Galo – Madeira

RTP2

- 13.15 – Totally Live
- 14.10 – Pano Para Mangas
- 15.40 – Série «Horizontes de Glória»
- 16.35 – Trinta Minutos Com...
- 17.10 – Telenovela «Os Imigrantes» 154.º epis.
- 18.00 – Ponto por Ponto
- 19.00 – Fórmula One
- 19.55 – Série «Hitchcock Apresenta»
- 20.20 – Série «O Sol aos Quadrados»
- 21.00 – Jornal das Nove
- 21.35 – Já Está!
- 22.55 – Série «As Teias da Lei»

Sexta

RTP1

- 09.00 – Às Dez
- 10.40 – Missa
- 12.15 – Telenovela «Tudo ou Nada»
- 13.00 – Jornal da Tarde
- 13.30 – She Ra
- 14.20 – Pessi e Illusia
- 15.40 – Série «Odisseia»

TV O Programa

- 17.05 – Os Amigos de Gaspar
- 17.35 – Sumário
- 17.40 – Brinca Brincando
- 18.25 – Série «Iratán Iracema»
- 18.50 – Série «O Império de Carson»
- 19.30 – Telejornal
- 20.00 – Boletim Meteorológico
- 20.05 – Conto de Natal
- 20.40 – Série «De um Natal ao Outro»
- 21.35 – O Programa das Festas
- 22.05 – A Noite das Cem Estrelas
- 23.10 – Pela Noite Dentro – «O Leito Conjugal», real. Martin Lavut (Canadá/1986)

RTP2

- 13.15 – Totally Live
- 14.10 – Agora, Escolha!
- 15.40 – Série «O Mundo é um Palco»
- 16.35 – Trinta Minutos Com...
- 17.10 – Telenovela – Os Imigrantes»
- 18.00 – Ponto Por Ponto
- 19.00 – Leontyne Price. Canta Natal
- 20.00 – Série «Hitchcock Apresenta»
- 20.20 – Série «O Sol aos Quadrados»
- 21.00 – Jornal das Nove
- 21.30 – Toscanini – «9.ª Sinfonia de Beethoven»



22.30 – Série «Mancha na Paisagem»

Sábado

RTP1

- 09.00 – Juventude e Família
- 12.05 – Série «A Água e a Vida»
- 12.30 – Série «Estrada Larga»
- 13.00 – Notícias
- 13.10 – Série «Especial National Geographic»
- 14.05 – Parlamento
- 14.35 – Concurso – «Sobe e Desce»
- 15.35 – Sessão da Tarde – «Amor Proibido», real. Paul Aaron (EUA/1981)
- 17.20 – Toque de Classe
- 18.00 – Saber Saúde
- 18.15 – Viva Música
- 19.15 – Sete Folhas
- 19.45 – Totoloto
- 20.00 – Jornal de Sábado
- 21.00 – Boletim Meteorológico



21.20 – Série «Duarte & Companhia»
22.20 – Espectáculo
23.15 – Cinema da Meia-Noite – «O Inquilino», real. Roman Polanski (França/1976)

RTP2

- 09.00 – Compacto Tottaly Live
- 13.00 – Compacto «Tudo ou Nada»
- 16.00 – Troféu
- 20.05 – Música na América



21.05 – Série «Alexandre o Grande»
22.00 – Concordo ou Talvez Não

Domingo

RTP1

- 09.00 – Juventude e Família
- 11.15 – Missa
- 12.30 – TV Rural
- 13.00 – Notícias
- 13.10 – Série «Ritmos da Cidade»
- 14.00 – Série «Casa de Irene»
- 14.25 – Série «O Planeta Terra»
- 15.20 – Primeira Matinée – «Sissi e o Destino», real. Ernst Marischka (Austria/1957)
- 17.15 – Clube Amigos Disney
- 19.00 – Série «Um Anjo na Terra»
- 20.00 – Jornal de Domingo
- 20.30 – Boletim Meteorológico
- 20.40 – Eu Show Nico
- 21.55 – Série «Um Sonho Para Durar»
- 23.00 – Domingo Desportivo

RTP2

- 09.00 – Music Box
- 10.00 – Troféu
- 12.30 – Juventude e Família
- 13.05 – Caminhos
- 13.35 – Novos Horizontes
- 13.55 – TV Mulher
- 14.20 – Especial – Music Box
- 15.20 – Troféu
- 17.10 – Série «A Evolução do Homem»
- 18.00 – Série «5.ª Dimensão»
- 18.55 – Piano Bar
- 20.00 – Série «Quem Sai aos Seus»
- 20.25 – Arte e Letras
- 21.30 – Cineclube – «Obras Primas do Cinema Mudo Americano – Aves de Rapina», real. Eric Von Stroheim (EUA/1923)

Segunda

RTP1

- 10.00 – Às Dez
- 12.15 – Telenovela: «Tudo ou Nada»
- 13.00 – Jornal da Tarde
- 13.30 – Série: «The World of Puppetry»
- 14.25 – Série: «O Mundo da Natureza»
- 15.20 – Série: «Odisseia»
- 16.55 – Série: «Max, o Computador»
- 17.35 – Sumário
- 17.40 – Brinca Brincando
- 18.20 – Série: «Iratán Iracema»
- 18.55 – Série: «O Império de Carson»
- 19.30 – Telejornal
- 20.05 – Boletim Meteorológico
- 20.15 – Telenovela: «Roque Santeiro»
- 21.30 – Concurso: «Saber a Valer»

- 22.30 – Série: «A Clínica da Floresta Negra»
- 23.25 – 24 Horas
- 00.00 – Remate.

RTP2

- 13.15 – Totally Live
- 14.10 – Agora, Escolha
- 15.40 – Concurso Internacional com Elizabeth da Bégica
- 16.35 – Trinta Minutos Com...
- 17.10 – Telenovela: «Os Imigrantes»
- 18.00 – Ponto Por Ponto
- 19.00 – Fórmula One
- 19.55 – Série: «Hitchcock Apresenta»
- 20.20 – Série: «O Sol aos Quadrados»
- 21.00 – Jornal das Nove
- 21.35 – Bolsa e Negócios
- 22.00 – Ópera: «Aida».

Terça

RTP1

- 10.00 – Às Dez
- 12.15 – Telenovela: «Tudo ou Nada»
- 13.00 – Jornal da Tarde
- 13.30 – Série: «The World of Puppetry»
- 14.25 – Série: «O Mundo da Natureza»
- 15.20 – Série: «Odisseia»
- 16.55 – Série: «Max, o Computador»
- 17.35 – Sumário
- 17.40 – Brinca Brincando
- 18.25 – Série: «Iratán Iracema»
- 18.55 – Série: «O Império de Carson»
- 19.30 – Telejornal
- 20.05 – Telenovela: «Roque Santeiro»
- 21.25 – Programa da Direcção de Informação
- 22.20 – Série: «Acção em Miami»
- 23.25 – 24 Horas
- 23.55 – Remate.

RTP2

- 13.15 – Totally Live
- 14.10 – Dois Dedos de Conversa
- 15.40 – Série: «A Gaveta Secreta»
- 16.35 – Trinta Minutos Com...
- 17.10 – Telenovela: «Os Imigrantes»
- 18.00 – Ponto Por Ponto
- 19.00 – Fórmula One
- 19.55 – Série: «Hitchcock Apresenta»
- 20.20 – Série: «O Sol aos Quadrados»
- 21.00 – Jornal das Nove
- 21.35 – Série: «Lá em Casa Tudo Bem»
- 22.05 – CinemaDols: «O Nosso Herói». Real. Bill Forsyth (Grã-Bretanha/1983).

Proprietários de todos os países: UNI-VOS!

O militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

O PCP NA DEFESA DA DEMOCRACIA

DOCUMENTOS APROVADOS PELO COMITÉ CENTRAL

Realizar o balanço da organização e combater com persistência as deficiências orgânicas

Cinema A selecção Teatro O Cartaz

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Crimes do Coração	★★	—	★★	—	—
B	Os Intocáveis	★★	★★	★★	—	★★
C	Mélo	★★★★	★★★★	★★★	★★★★★	★★★★★
D	Nascido para Matar	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
E	Querido Liliás	—	★★	★★	★★	★★
F	O Sacrifício	—	★★★★★	★★★★★	★★★★★	—

A — Real. Bruce Beresford — Amoreiras/6 (14.15, 16.45, 19.45, 21.45, 00.15) — Lisboa.
 B — Real. Brian de Palma — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa
 C — Real. Alain Resnais — Quarteto/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 D — Real. Stanley Kubrick — Estúdio Sheza (15.30, 21.30) — Lisboa.
 E — Real. Artur Semedo — Estúdio 444 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30); Roxy (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 F — Real. Andrei Tarkovsky — Quarteto/4 (15.00, 18.30, 21.30) — Lisboa.

Classificação de * a *****

• LISBOA

Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às 16.00. **Relatório Para Uma Academia**, de Kafka, enc. de Durval Lucena.
Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb., às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. **A Dama do Maxim's**, de Georges Feydeau, pelo Novo Grupo, enc. de João Lourenço.
Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a sáb., às 20.30 e 22.45, sáb. também às 16.00, dom. às 16.00 e 21.30. **Lisboa, Tejo e Tudo**, de César Oliveira, Solnado e Fialho Gouveia, enc. de César Oliveira.
Teatro do Bairro Alto, Rua Tenente Raul Cascais, 1-A. De 3.ª a sáb., às 21.00; dom., às 16.00. **Grande Paz**, de Edward Bond, pelo Teatro da Cornucópia, enc. de Luís Miguel Cintra.
Teatro da Cantina Velha, Cidade Universitária. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom., às 16.00 e 21.30. **A Espuma dos Dias**, de Boris Vian, pelo Grupo

IBIS, enc. Paulo Filipe.

Teatro da Cisterna da Escola Superior de Belas-Artes, Largo da Academia Nacional de Belas-Artes. De 2.ª a 6.ª às 18.00 e 22.00, sáb. e dom. às 15.00, 18.00 e 22.00. **Cidade-Rei**, pelo Teatro Espaço, enc. de Águeda Sena.
Teatro Ibérico, Rua de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb., às 21.30; dom., às 17.00. **Leonas de Amor e Morte**, de Yukio Mishima, enc. de José Blanco Gil.
Teatro Maria Matos, Av. Miguel Contreiras. De 3.ª a dom. às 20.30 e às 22.45, dom. também às 16.00. **Toma Lá Revista**, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. de Francisco Nicholson.
Teatro Maizum, Rua dos Poiais de S. Bento, 75. De 4.ª a sáb., às 21.30. **Bela-Calígula**, de Augusto Sobral.
Teatro Nacional D. Maria II, Rossio. De 3.ª a 6.ª às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. **Guerras de Alecrim e Manjerona**, enc. de Carlos Avilez.

Teatro do Século,

Rua do Século, 41. De 4.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. **Metro-Cabaret**, de Fernando Gomes.
Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço**, enc. Armando Cortez.
Teatro, Rua do Heroísmo, 86. De 3.ª a sáb., às 21.45, dom. às 17.00. **Edipo Rei**, de Sófocles pelo Tear, enc. de Moura Pinheiro.
Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto Figueiredo. De 4.ª a sáb., às 21.30, dom., às 16.00. **O Balcão**, de Jean Genet, enc. de Carlos Avilez.
Teatro Garcia de Resende. Diariamente às 21.30. **Solness, o Construtor**, de

Henrik Ibsen, enc. de Luís Varela.

• SETÚBAL

Teatro de Bolso, Rua Balneário Dr. Paula Borba. De 5.ª a dom., às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **O Médico à Força**, de Molière, pelo Teatro de Animação de Setúbal, enc. Carlos César e Asdrúbal Teles.

Para Crianças

• LISBOA

Comuna, sala 2, Praça de Espanha. Sáb. e dom. às 15.00. **Viagem**, de Sophia de Mello Breyner, enc. de João Brites, pelo o Grupo o Bando.
Junta de Freguesia de Carnide, Largo das Pimenteirias, 6-A. **A Moda da Minha Avó**, pelo Teatro de Animação os Papaléguas.
TIL — Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. dom. e feriados, às 16.00. **O Avestruz Mecânico**, de Carlos Manuel Rodrigues. Enc. Bento Martins.

Exposições

• LISBOA

Armindo Cardoso — «20 Anos de Fotografia». Integrada na V Feira do Livro do CESL.
Arquitectura/Património — Museu das Janelas Verdes. Diariamente das 10 às 17 (até 17/1).
Artesanato — Exposição-venda de Natal. MDM, no Espaço Maria Lamas, Av. Duque de Loulé, 111-4.ª De 2.ª a sáb. das 10.00 às 20.00 (até 6/1).
Azulejos — Colectiva (Bartolomeu, Pomar, Paula Rego, Menez, Lurdes Castro, João Vieira). R. Academia das Ciências, 2-C. De 3.ª a sáb. das 11.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30.
Batarda — Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113.
Blombos Pintados — Galeria EMI/Valentim de Carvalho, Rua da Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a dom. das 15.00 às 19.00.
Brinquedos Cabovardianos — Museu Nacional do Traje (ao Lumiar). De 3.ª a dom. das 10.00 às 12.30 e das 14.30 às 17.00.
Brito Miranda — Pintura. Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.
Carlos Martins Pereira — «As Lágrimas das Coisas». Clube Cinquenta, Rua de S. Mamede ao Caldas, 9-1.ª. De 3.ª a 6.ª das 17.00 às 20.00, sáb., das 15.00 às 20.00 (até 13/1).
Cyril Bourquin — Pintura. Galerias de Exposições Temporárias. Fundação Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.
Colectiva — «Fora de Formato». Galeria Novo Século, 23-A. De 3.ª a sáb., das 14.00 às 20.00 (até 31/12).
Colecção da Livraria Buchholz — Lda. Galeria Arcada. Arcadas do Parque, 18. De 4.ª a 6.ª, das 11.00 às 20.00.
Colectiva — Gravura e Serigrafia. Atelier 2 (António Inverno), R. da Emenda, 66, 3.ª. De 2.ª a 6.ª das 14.30 às 20.00.
Colectiva — Escada Centro Arte, R. Bela Vista à Graça, 81. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00; sáb. das 10.00 às 14.00.
Colectiva — Artex Galeria, R. Nova do Almada, 85. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 09.00 às 13.00.
Diálogo com Soares dos Reis — Escul-

tura. Sociedade Nacional de Belas Artes.
Francisco Simões — Escultura e desenhos. Galeria de S. Mamede, Rua Escola Politécnica, 167.
Gordillo — Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00; sáb. das 10.00 às 13.00.
Índios da Amazônia — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo. De 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).
Irene Buarque — Pintura «Um Jardim Bem Fechado». Galeria Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb., e dom. das 16.00 às 19.00 (até 10/1).
Joaquim Bravo — Desenho «Sapatos Andados». Loja do Desenho, Rua da Academia das Ciências, 2-B (até 16/1).
José Guilherme Toledo — Desenhos. Fundação Ricardo Espírito Santo, Largo das Portas do Sol, 2 (até 30/12).
José Moga — Desenho. Loja do Desenho, R. Academia das Ciências, 2-B. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.30.
Juan Muñoz — «Estudos para a descrição de um lugar». Galeria Cómicos, Rua Tenente Raul Cascais, 1. De 2.ª a sáb., das 15.00 às 20.00.
Kika Costa — Tapeçaria. Galeria Ana Isabel, Rua da Emenda, 111-1.ª. Diariamente das 14.00 às 19.00 (até 30/12).
Laura Cesana — Pintura. Centro Europeu de Línguas, Av. Padre Manuel da Nóbrega, 43-2.ª dt. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 20.00, sáb., das 11.00 às 13.00 (até 31/1).
Lilly Rosa e Gary Hansmann (EUA) — Pintura e gravura. Galeria de Exposições Temporárias, Fundação Gulbenkian.
Luís Vasconcelos — Fotografia «Elementos de Paisagem — Jardim Botânico 87». Associação Portuguesa de Arte Fotográfica, rua das Chagas, 17-2.ª dt. De 2.ª a sáb., das 14.00 às 22.30.
Manuel Gantes e Isabel de Sá — Desenho. O Tempo do Gato. Diariamente das 16.00 às 19.00.
Museu da Água de Manuel da Mala — Recinto dos Barbadinhos, rua do Alviela (à Calçada dos Barbadinhos), n.º 12.

ARMINDO CARDOSO 20 anos de fotografia.



Nicolau Tudela — Pintura e desenho. Galeria de S. Bento, Rua do Machado, 1. Diariamente das 14.00 às 20.00 (até 30/12).
Porcelanas — Da colecção Porcelanas Europeias do Palácio Nacional da Ajuda. Museu Gulbenkian, Av. de Berna. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.
«Rio Tejo» — Atelier 15, Rua Freitas Gazu, 24-D.
Salvador Dalí — Escultura. Livraria Barata, Av. de Roma, 11. De 2.ª a sáb. das 12.00 às 23.00 (até 9/1).
«Sinais Expostos da Misericórdia» — Museu de S. Roque, Largo de Trindade Coelho. Das 10.00 às 12.30 e das 14.00 às 17.00 (até final de Dez.).
«Têxtels Mexicanos» — Museu Nacional do Traje. Parque do Monteiro-Mor. De 3.ª a dom., das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.30.

• PORTO

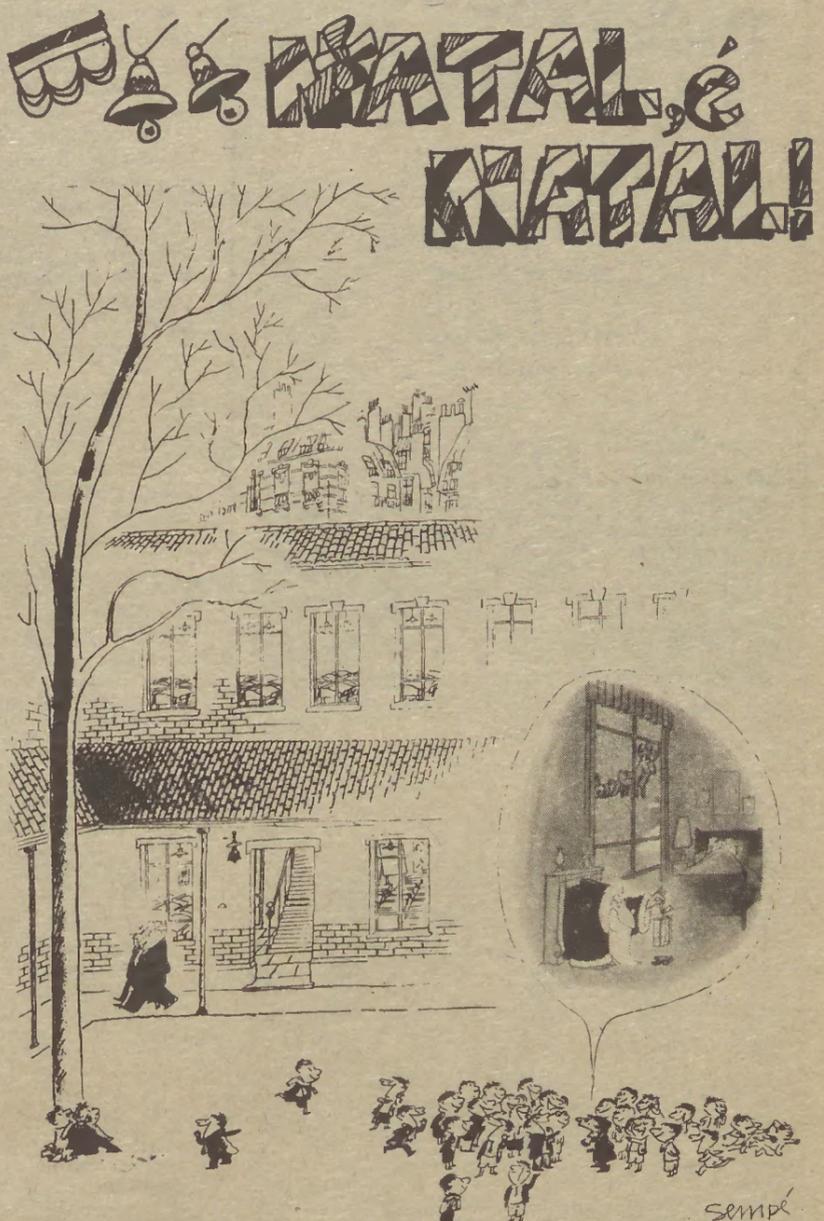
«Boom» Natal 87. — Galeria EG, Caminho da Fonte de Cima 33/130. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00.
Colectiva — Zen Galeria, Rua D. Manuel II, de 2.ª a 6.ª, das 15.00 às 20.00.
Colectiva — Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00.
Costa Camelo — Pintura. Quadrado Azul, Rua Costa Cabral, 777, loja 8. Diariamente das 10.00 às 12.00 e das 15.00 às 22.00 (até 7/1).
Desenhos Realistas — Museu Nacional de Arte Moderna. Casa de Serralves. De 3.ª a 6.ª, das 14.00 às 20.00.
Gravuras — Da Colecção Calouste Gul-

benkian. Museu Soares dos Reis (até 24/1).
Isabel Pavão — Pintura. Cooperativa Arvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1.
José Rodrigues e Pedro Tudela — Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 67 e 68.
Vitor Costa — Pintura. Galeria Módulo, Av. da Boavista, 854.
Xana e José de Guimarães — «Arqueologias». Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00.

• OUTRAS LOCALIDADES

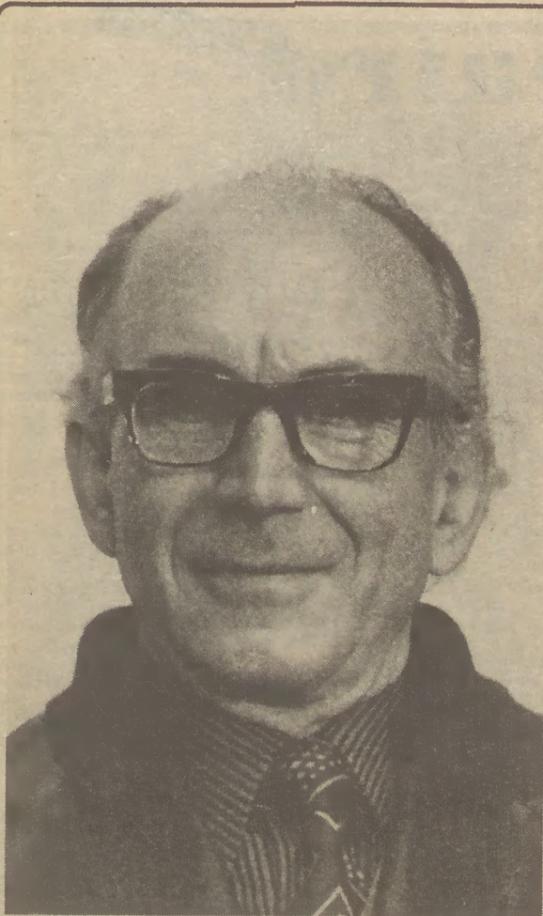
6.ª Exposição do ARTEVER — Associação de Artes Plásticas da Amadora. Galeria Municipal da CMA. AMADORA.
Jorge Mealha — Cerâmica. Centro Cultural (até 15/1) ALMANSIL.
Helena Felícia — Óleos. Galeria S. Marcos, Rua de S. Marcos, 3. Diariamente, das 10.00 às 22.00 (até 31/12) — AZEITÃO.
António Barros — «Amant Alterna Camenae». CAPC, Rua Castro Matoso, 18. Diariamente das 15.00 às 18.00 e das 22.00 às 24.00 (até 30/12) COIMBRA.
António Olalo — Pintura. Galeria dos Milagres, Edifício Coimbra 7.º — COIMBRA.
Catarina Baleiras — «Desenhos II». CAPC. COIMBRA.
Colectiva — Circulo de Artes Gráficas, Rua Castro Matoso, 19 — COIMBRA.
Colectiva — Escultura. Museu Nac. Machado de Castro, Lg. Dr. José Rodrigues. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 — COIMBRA.
João Paulo Felícia —

...e ainda Música, debates, etc.



Tempo Fim de Semana

Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica para o Continente: céu pouco nublado ou limpo, vento fraco, nevoeiros matinais.



FRANCISCO MIGUEL DAS PRISÕES À LIBERDADE

Texto organizado
por
Fernando Correia
Colecção «Resistência»



Na venerável galeria dos heróicos combatentes antifascistas portugueses que durante décadas se opuseram ao regime opressor, é fácil encontrar dezenas de homens e mulheres com longos anos de prisão e vidas inteiras de sacrifício e sofrimento inteiramente consagradas à luta pela libertação do povo e da pátria. Mas difícil é encontrar alguém que, como Francisco Miguel, tanto e durante tanto tempo tenha sofrido e lutado.

Síntese semanal da IMPRENSA

Trabalho infantil — «retorno à barbárie»

«Lamentar passivamente a sorte de crianças exploradas não é próprio de Natal nem de gente normal». E, de facto, como que a dar sentido a uma frase a vários títulos imprecisa, nos últimos dias entidades e iniciativas diversas vieram para os jornais não apenas denunciar mas definir posições de luta contra esse flagelo social que é a exploração do trabalho infantil.

Foram, nomeadamente, organizações católicas e a Intersindical — esta promovendo em Braga, no último fim-de-semana, um seminário que fez o levantamento da situação que nesta matéria se vive naquele e em muitos outros distritos, e adoptou as reivindicações correspondentes.

Rejeitando a «responsabilidade primordial das famílias» tantas vezes a propósito invocada, o seminário da CGTP fez notar que «o Direito do Trabalho começou com as leis de limitação da exploração de crianças e jovens, sendo pois significativo de um retrocesso social inadmissível que a estratégia lucrativa do capital assim tenha provocado o actual retorno à barbárie».

5 a 10 contos por mês

● A Juventude Operária Católica denunciou a generalização do trabalho clandestino e ilegal entre «a larga maioria» da juventude.

Em conferência de imprensa, ontem realizada, para divulgar um relatório sobre as condições de trabalho da juventude portuguesa, o dirigente da JOC, Américo Morgado, afirmou que proliferava todo o tipo de contratos de trabalho, em que não são dadas quaisquer garantias sociais.

«A economia clandestina está a servir-se dos jovens, pondo em causa as suas condições de segurança e de equilíbrio a todos os níveis», disse Américo Morgado.

«Existem crianças entre os 9 e os 14 anos, a trabalharem 9 a 14 horas por dia e a ganhar entre 5 e 10 mil escudos por mês», acrescentou:

No «dossier», agora divulgado, afirma-se que foram detectadas 1939 empresas onde trabalhavam 4574 menores de 16 a 18 anos, 1746 de 14 a 16 anos e 123 jovens abaixo dos 14 anos.

O trabalho infantil predomina nas indústrias de confecção de calçado, de construção civil, têxtil, ceramista e no trabalho doméstico.

Os distritos mais afectados pelo trabalho de menores são os do Porto, Braga, Lisboa, Santarém, Aveiro e Coimbra.

«Chamo-me Alice e tenho 12 anos. Trabalho nas confecções para ajudar os meus irmãos. Levanto-me às 7.30 e deito-me às 23 horas. Ganho 3 contos por mês», é um dos depoimentos recolhidos pela JOC.

(«A Capital», 18 Dez.)

8 a 12 horas por dia

● «Em apenas 21 das mais de 500 paróquias de Braga, segundo os dados de inquéritos conduzidos pela LOC diocesana, foram detectadas 399 crianças sujeitas à exploração do trabalho, com horários que vão de 8 a mais

de 12 horas por dia e retribuições salariais predominantes entre 7 e 10 mil escudos. As dificuldades económicas das famílias foi a resposta apurada como causa da situação, em 19 das 21 áreas inquiridas.

O levantamento foi efectuado durante o ano em curso e revela que as confecções e a construção civil são os sectores de actividade que mais utilizam mão-de-obra infantil.

As respostas, além de vincarem a predominância da exploração do trabalho infantil nas áreas da confecção e da construção civil, suscitam questões que «têm necessariamente de nos fazer reflectir», como o facto de a maioria dos horários praticados ser de 10 ou mais horas por dia e os salários entre 7 e 10 mil escudos.

Foram, entretanto, entre as 399 crianças detectadas no inquérito, apurados casos de sujeição a salários de quatro mil escudos e apenas se encontraram 12 situações em que esse pagamento oscilava dos 15 aos 17 contos.

«O facto de haver crianças a trabalhar só oito horas por dia não nos deve iludir quanto à gravidade deste candente problema», observa a LOC, que entende que a questão não está em trabalhar mais ou menos horas, mas sim em «trabalhar ou não trabalhar».

Eliminar as causas

No comentário que faz aos resultados dos inquéritos, o Secretariado Diocesano da Liga Operária Católica sublinha um aspecto que pretende «deixar bem claro». Trata-se da actuação governamental em relação à «praga social» para cuja erradicação «da sociedade portuguesa e concretamente da diocese de Braga» muito há a fazer.

«A LOC diocesana de Braga reconhece que algumas medidas anunciadas pelo Governo no combate a este flagelo social podem ser úteis, mas espera que não se fiquem (as medidas) no

mero ataque às consequências, antes pelo contrário, procurem eliminar as verdadeiras causas do problema» (o sublinhado é da própria LOC).

A pergunta «na sua terra ou povoação vizinha existem crianças com menos de 14 anos a trabalhar», nenhuma resposta foi negativa. Quantificados os «sins», estabeleceu-se um quadro de 399 crianças que trabalham nas confecções (306), na construção civil (69) e em actividades várias (as restantes). Este número, porém, foi prejudicado pela falta de quantificação dos casos existentes na indústria do calçado.

O leque salarial usado pelos exploradores do trabalho infantil, em relação àqueles casos concretos vai de 4 a 17 mil escudos, mas acima de 10 contos apenas se verificaram 43 situações. Foi detectado um caso, na zona de Braga, em que a remuneração era mesmo inferior a 4 mil escudos mensais.»

(«Diário de Notícias», 17 Dez.)

Inter: um problema mais vasto

● «Cerca de 300 pessoas corresponderam, com a sua presença e participação, ao apelo da CGTP-IN, que aprazou para o estúdio do Teatro Circo o seminário sobre o tema «Homens de amanhã — que futuro?». Carvalho da Silva, numa intervenção final, aludiu ao conjunto de medidas concretas para combater a exploração do trabalho infantil no nosso país, medidas que a CGTP, em muitos casos, já apresentou ao Governo.

O coordenador da central sindical disse da necessidade de transmitir à sociedade portuguesa a dimensão de um problema «que abala a nossa consciência individual e colectiva» e referiu-se às medidas concretas, muitas delas já apresentadas ao Governo, destinadas a minimizar, «a curto prazo», a gravidade da situação.

Tais medidas passam pela «adopção de uma política de desenvolvimento socioeconómico que assegure a satisfação das necessidades básicas das populações, que garanta um rendimento familiar digno e que corrija as assimetrias regionais» e impõem, desde já, a actuação concreta em relação à situação e condições na escola, à formação profissional, à idade mínima para admissão no trabalho (16 anos), à fiscalização e penalização das infracções e dos infractores.

O «rigoroso cumprimento da escolaridade obrigatória» e a criação de cursos de formação subsidiados para os jovens que não concluíam esse período de escolaridade na idade exigida estão entre as soluções preconizadas e que se conjugam com o pagamento das despesas escolares e do alargamento das dotações financeiras dos serviços de acção social escolar.

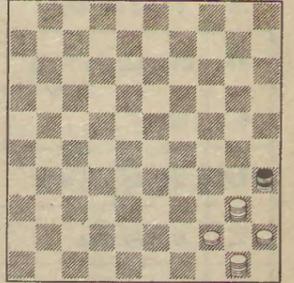
A ratificação pelo Estado português da convenção n.º 138 da OIT é outra das medidas apresentadas que se liga à questão da elevação da idade mínima do trabalho para os 16 anos.

No domínio da fiscalização, é defendido o reapetrechamento da Inspeção-Geral do Trabalho, o agravamento das multas e a punição criminal nos casos de reincidência.»

(«o diário», 21 Dez.)

Damas

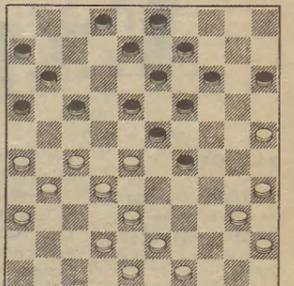
DAMAS
CXXXIII
23 de Dezembro de 1987
Proposição N.º 133
Por: Cornelis Blankenaar
Holanda, 1899
Br.: [4]: (40)-44-45-(50)
Pr.: [1]: (35)



Jogam as Brancas
e ganham

**

Golpe N.º 133
Por: Roger Serf
França, 1922
Pr.: [15]: 2-3-6-8-9-11-13-14-15-16-17-18-19-23-29
Br.: [15]: 25-26-27-28-31-32-35-36-38-40-42-43-45-48-49



Jogam as Brancas
e ganham um peão

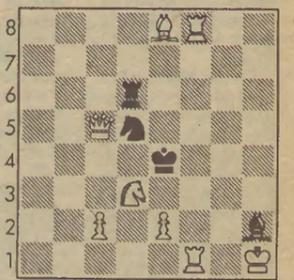
**

Soluções do N.º CXXXIII
N.º 133 (CB): 40-34 (35x49) 50-11 (49-16) [se: (49-35) 11-2 e 45-40 ou 2-30+/ se: (49-38 ou 32 ou 27 ou 21) 11-33 ou 28 ou 22 ou 17+] 11-44 (16-2) [se: (16-49) 45-40+] 45-40 e+
Golpe N.º 133 (RS): 27-22 (18x27) 32x12 (23x32) [se: (8x17) 28-22 e 26-21 e 31x24 B+1] 38x27 (8x17) 27-22 e 26-21 e 31x24 e 25x34B+1

■ A. de M.M.

Xadrez

CXXXIII
— 23 de Dezembro de 1987
Proposição N.º 133
Por: S. Ekstrom
«Tidskrift for Schack» 1942
Pr.: [4]: Cd5, Bh2, Td6, R64
Br.: [8]: Psc2,é2, Cd3, B68, Tsf1,8, Dc5, Rh1



Mate em dois lances

Jogo N.º 133
Moscou, 1983
Br.: Anidaiev — Pr: Vaganian
1. d4,Cf6; 2. c4,ç5; 3. d5,b5; 4. Cf3,Bb7; 5. Cç3,b4; 6. Ca4,é6; 7. Bg5,d6; 8. é4,Bé7; 9. é5,d:é5; 10. d:é6,Dç7; 11. é:f7+,R:f7; 12. Bé3,Td8; 13. Dç2,Rg8; 14. Df5,Dd7; 15. D:d7,Cb:d7; 16. B:é2,Bç6; 17. b3,Cé4; 18. Bd3,Cf2; 19. R:f2,é4; 20. B:é2,Tf8; 21. Thd1,é:f3; 22. B:f3,Cé5; 23. B:ç5,Taé8; 24. Rg1,B:f3; 25. g:f3,C:f3+; 26. Rg2,B:ç5; 27. C:ç5,Té2+; 28. Rg3, Cd2; 29. h3, Tf3+; 30. Rh4,Tg2 (ameaçando o mate por: 31. ..., g5+...) e brancas abandonam.

Solução do N.º 133
Chave: 1. é3! (ameaça: 2. Dd4++)
1. ..., C joga; 2. Cf2++
1. ..., Cf4; 2. D:é5++
1. ..., Cf6; 2. Bg6++

■ A. de M. M.